



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PELOTAS  
Faculdade de Educação  
Programa de Pós-Graduação em Educação

Dissertação de Mestrado

# O destino dos Expostos e Órfãos

uma análise sobre os cuidados e assistências aos infantis  
desvalidos na Província de São Pedro do Rio Grande do  
Sul (1837-1860)



Laryssa Celestino Serralheiro

Pelotas, 2023

**LARYSSA CELESTINO SERRALHEIRO**

**O destino dos Expostos e Órfãos: uma análise sobre os cuidados e assistências aos infantis desvalidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1860)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Pelotas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Educação.

**Linha de Pesquisa:** Filosofia e História da Educação

**Orientador:** Prof. Dr. Elomar Antônio Callegaro Tambara

**Coorientador:** Prof. Dr. Fernando Cezar Ripe da Cruz

Pelotas, 2023

Universidade Federal de Pelotas / Sistema de Bibliotecas  
Catalogação na Publicação

S487d Serralheiro, Laryssa Celestino

O destino dos expostos e órfãos : uma análise sobre os cuidados e assistências aos infantis desvalidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1860) / Laryssa Celestino Serralheiro ; Elomar Antônio Callegaro Tambara, orientador ; Fernando Cezar Ripe da Cruz, coorientador. — Pelotas, 2023.

153 f. : il.

Dissertação (Mestrado) — Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2023.

1. Assistência institucionalizada. 2. História da educação. 3. Infância. 4. Criança. I. Tambara, Elomar Antônio Callegaro, orient. II. Cruz, Fernando Cezar Ripe da, coorient. III. Título.

CDD : 370.98165

**Laryssa Celestino Serralheiro**

**O destino dos Expostos e Órfãos: uma análise sobre os cuidados e assistências aos infantis desvalidos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul (1837-1860)**

Dissertação aprovada, como requisito parcial, para obtenção do grau de Mestre em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas.

**Data da Defesa: 10/07/2023**

**BANCA EXAMINADORA**

---

**Prof. Dr. Elomar Antonio Callegaro Tambara (Orientador) – UFPel**

Doutor em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

---

**Prof. Dr. Fernando Cezar Ripe da Cruz (Coorientador) – UFPel**

Doutor em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

**Prof. Dr. Eduardo Arriada – UFPel**

Doutor em Educação pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS)

---

**Profa. Dra. Hardalla Santos do Valle – UFPel**

Doutora em Educação pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel)

---

**Profa. Dra. Terciane Ângela Luchese – UCS**

Doutora em Educação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS)

## AGRADECIMENTOS

Definitivamente o decorrer dessa pesquisa emergiu por variados sentimentos e bastantes aprendizados, às vezes essa trajetória foi um pouco solitária, especialmente por ter iniciado em tempos de pandemia, mas, inegavelmente, acredito que Deus colocou diversas pessoas no meu caminho que contribuíram, de alguma forma, para que eu pudesse apresentar esse trabalho nesse momento. Por essa razão, inicio agradecendo a Ele, o qual tenho fé que me deu sabedoria e perseverança para a concretização de mais uma etapa acadêmica a qual me envolvi intensamente.

Primeiramente, sou grata à CAPES pelo financiamento dessa pesquisa. Agradeço ao meu orientador Prof. Elomar Tambara pela confiança e por ter me acompanhado até a concretização dessa produção acadêmica. Também não poderia deixar de agradecer ao meu coorientador Prof. Fernando Ripe por todas as partilhas de ideias, indicações de referenciais teóricos, análises críticas e sugestões no decorrer da realização dessa dissertação. Sem dúvida, sua presença e seus conhecimentos foram importantes para lapidar novas concepções acerca dos estudos de infância, bem como considero que o mesmo contribuiu para tornar esse processo, às vezes muito árduo e marcado de inseguranças, um pouco mais leve. Porém, não deixando de ser incisivo sobre seu ponto de vista em questões a serem problematizadas nesse estudo, que, obviamente, acredito terem sido pertinentes.

Agradeço aos professores Eduardo Arriada, Hardalla do Valle e Terciane Luchese por aceitarem compôr a banca de defesa, considero que todas as contribuições e sugestões foram relevantes para essa pesquisa. Agradeço às professoras Patrícia Weiduschadt e Giana Amaral pelas disciplinas ministradas as quais fui integrante, tenho certeza que os estudos realizados sobre a cultura escolar, instituições educativas e o uso das fontes foram pertinentes para adquirir novas aprendizagens acerca do papel do historiador da educação. Ainda sobre as fontes, sem elas não seria possível a realização dessa pesquisa. Por isso, agradeço à todos que me atenderam e possibilitaram localizar documentações voltadas à temática em questão nos Arquivos Históricos, especialmente a historiadora Giovanna Ferreira, do Centro de Documentação e Pesquisa da Santa Casa de Porto Alegre, a qual prontamente me auxiliou a localizar as fontes necessárias em diversos momentos em que estive consultando no acervo da Irmandade.

Agradeço a companhia de todos os colegas integrantes do CEIHE (Centro de Estudos e Investigações em História da Educação), em especial, a Thayná Marsico por todo o apoio e parceria nessa trajetória acadêmica. Também agradeço às amigas da Pedagogia, Ana Carolina Scoothood, Izabel Perdoni, Larissa Duarte e Pâmela Kosinski por todo o carinho. Não podia deixar de mencioná-las, pois estiveram ao meu lado antes mesmo de entrar no Mestrado, sendo umas das incentivadoras a dar continuidade no campo da pesquisa em Educação. Como costumamos dizer, a Universidade Federal de Rio Grande (FURG), onde nos graduamos, nos presenteou com essa amizade. Por fim, agradeço aos meus pais Cosme e Deise por todo o apoio, paciência e conselhos nos momentos de inseguranças e incertezas. Sou grata ao meu melhor amigo, meu irmãozinho Lucas, por me tirar risadas sinceras e o companheirismo nos tempos vagos. Amo vocês!

*Quando observo o bom Povo Rio-Grandense,  
Vir hoje proteger, limpar o pranto,  
A tantos innocentes infelizes,  
Que sua compaixão eximia implorão;  
Extasiada então, reconhecida,  
Escuto a gratidão no centro d'alma.  
Que manda presurosa dar Vos Graças,  
Em meu nome, e da lagrimosa infancia,  
Que apenas começando a dar hum passo,  
E a debil voz soltar das tenues fauces,  
Surrindo aos vossos dons, ao vosso affecto,  
Vem tributar-Vos sentimentos puros,  
Pelos meus ternos titubeantes labios [...]  
Congresso Bem-feitor, preclaro, eximio  
Auxiliadora dextra estendei prestes  
A tantos Innocentes sem amparo,  
Sem pais, sem alimentos, sem vestidos,  
Chorasas vítimas de infortunio acerbo.  
E se ante as almas, que a virtude acende,  
He grande intercessor a adversidade,  
Nossa dor mitigai, tornai á vida  
Debeis Meninos, que inda um podem  
Prestadios Serviços dar a Patria,  
Uteis Cidadãos vir ser hum dia:  
(O Noticiador, 01/07/1833).*

## **LISTA DE QUADROS**

**Quadro 1** – Produções acadêmicas realizadas acerca da assistência à infância desvalida

**Quadro 2** - Mapa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

**Quadro 3** – Demonstrativo dos Menores do Arsenal que faleceram na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1860-1870)

## **LISTA DE TABELAS**

**Tabela 1** – Mapa enviado pelo Diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre ao Presidente da Província sobre a ocupação dos Ofícios pelos Menores Aprendizes

## **LISTA DE FIGURAS**

**Figura 1** - Localização das cidades onde tinham as Rodas dos Expostos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no Período Imperial

**Figura 2** – Arsenal de Guerra de Porto Alegre, final do século XIX

**Figura 3**– Asylo Nossa Senhora da Conceição

**Figura 4** – Asylo Coração de Maria

## **LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS**

**AHPAMV:** Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho

**AHRGS:** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul

**CAPES:** Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

**CEIHE:** Centro de Estudos e Investigações em História da Educação

**RPP:** Relatório do Presidente da Província

## RESUMO

O presente estudo, inscrito no campo da História da Educação, tem como propósito analisar a institucionalização da assistência à infância desvalida na Província de São Pedro do Rio Grande Sul entre os anos de 1837 e 1860. O processo de sensibilização social e das ações de acolhimentos institucionalizadas e assistencialismo infantil em nosso país está diretamente relacionada a partir da constante prática de abandono de infantis às margens das ruas e lugares ermos, uma situação encontrada com recorrência em diversas regiões do Brasil desde o Período Colonial. No território Rio-grandense não foi diferente, em um primeiro momento, as Câmaras Municipais, como órgãos governamentais e jurídicos, ficaram responsáveis pelo atendimento e encaminhamento dos pequenos desvalidos às famílias que desejassem criá-los. Entretanto, devido a obstáculos administrativos e de ordem financeira para o custeio do atendimento das crianças ditas “enjeitadas”, as Santas Casas de Misericórdia de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas passaram a assumir esse dever mediante ordenamento da Assembléia Legislativa Provincial. A partir de um pesquisa histórica, por meio de uma perspectiva teórica e metodológica culturalista, identificamos um conjunto de documentos, produzidos pelas Assembleias Legislativas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, subsídios para compreendermos o delineamento de diferentes ações que foram propostas a fim de criar possíveis destinos aos órfãos e desvalidos. Como principal dispositivo para acolhimento, as Santas Casas instituíram as Rodas dos Expostos como mecanismo caritativo e de proteção à infância desamparada e abandonada. Como resultado, surgiu uma rede de assistência institucionalizada às crianças em situação de vulnerabilidade social a fim de evitar, no extremo sul brasileiro, a ampliação das taxas de mortalidade infantil, bem como reduzir o número de crianças desvalidas perambulando pelos centros urbanos. Baseado nisso, as Misericórdias incumbiram-se de prestar amparo no que diz respeito ao direcionamento de bebês de 0 a 3 anos às amas-de-leite, zelar pela saúde dos pequenos enfermos e os enviar às famílias criadeiras. Entretanto, diante da constante frequência de crianças que adentravam nas Casas das Rodas dos Expostos, as Mesas Administrativa das Santas Casas passaram a debater sobre o futuro destino dos órfãos e expostos que completassem 7 ou 8 anos de idade. Identifica-se que a diferença de gênero influenciou para a possibilidade de encaminhamento às outras instituições assistenciais, educativas ou militares, que foram sendo formalizadas paulatinamente. Dessa maneira, para fundamentar nossas investigações das temáticas aqui apresentadas, nos apropriamos da análise documental, utilizando as Atas de Vereança, os Relatórios dos Presidentes da Província, as Atas das Sessões da Mesa Administrativa de Porto Alegre, os Relatórios da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande e, também, jornais locais do período investigado.

Palavras-chave: Assistência institucionalizada; História da Educação; Infância; Criança;

## **ABSTRACT**

The present study, inscribed in the field of History of Education, aims to analyze the institutionalization of assistance to underprivileged children in the Provincia de São Pedro do Rio Grande Sul between the years 1837 and 1860. The process of social awareness and welcoming actions institutionalized and child welfare in our country is directly related from the constant practice of abandoning children on the sidelines of the streets and isolated places, a situation found with recurrence in several regions of Brazil since the Colonial Period. In the territory of Rio Grande do Sul it was no different, at first, the City Councils, as governmental and legal bodies, were responsible for the care and referral of underprivileged children to the families that wanted to raise them. However, due to administrative and financial obstacles to the cost of caring for so-called “foundless” children, the Santas Casas de Misericórdia of Porto Alegre, Rio Grande and Pelotas began to assume this duty by order of the Provincial Legislative Assembly. From a historical research, through a culturalist theoretical and methodological perspective, we identified in a set of documents, produced by the Legislative Assemblies of the Provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, subsidies to understand the outline of different actions that were proposed in order to create possible destinations for orphans and the underprivileged. As the main device for reception, the Santas Casas instituted the Foundling Wheels as a charitable and protective mechanism for helpless and abandoned children. As a result, a network of institutionalized assistance to children in situations of social vulnerability emerged, in order to avoid, in the extreme south of Brazil, the increase in infant mortality rates, as well as to reduce the number of underprivileged children wandering around urban centers. Based on this, the Misericórdias were responsible for providing support with regard to directing babies from 0 to 3 years old to wet nurses, looking after the health of the sick children and directing them to the breeding families. However, given the constant frequency of children entering the Foundling Wheels, the Administrative Boards of the Santas Casas began to debate the future fate of orphans and exposed children who turned 7 or 8 years old. It is identified that the gender difference influenced the possibility of referral to other assistance, educational or military institutions, which were gradually formalized. In this way, to base our investigations of the themes presented here, we used documentation, such as the Council Minutes, the Reports of the Presidents of the Province, the Minutes of the Sessions of the Administrative of Porto Alegre, the Reports of the Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande and also local newspapers of the investigated period.

**Keywords:** Institutionalized assistance; History of education; Infancy; Child;

## SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO .....	15
2. AS IDEIAS DE INFÂNCIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS: POR UM DEBATE TEÓRICO .....	24
2.1 As concepções das infâncias no Brasil e as tendências à institucionalização da assistência e da educação: da Colônia ao Império .....	33
2.2 A Roda dos Expostos: origem, intencionalidade, expansão e transformações socioeducacionais .....	38
2.3 As práticas de assistência à infância abandonada e órfã na historiografia brasileira .....	46
3. ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL .....	55
3.1 “Mudança profícua aos infelizes abandonados”: os cuidados aos órfãos e expostos nas Santas Casas de Misericórdia de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.....	60
3.2 “Mas entre a criação e a aprendizagem que se faz deles?”: as primeiras ações para o direcionamento dos expostos à instrução e/ou ao trabalho.....	90
4. O DESTINO DOS EXPOSTOS: A EDUCAÇÃO E O TRABALHO COMO SUBTERFÚGIO.....	98
4.1 De expostos à menores aprendizes: o processo administrativo para a constituição de corpos masculinos dóceis, obedientes e instrumentalizados.....	99
4.2 As meninas órfãs e expostas: a condição feminina e sua inserção social.....	114
CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	135
REFERÊNCIAS.....	141
FONTES.....	150
JORNAIS.....	153

# 1. INTRODUÇÃO

Antes de iniciarmos às discursões voltadas a essa pesquisa, considero interessante tecer algumas reflexões em relação ao meu percurso intelectual, um movimento de escrita que apresentará minhas primeiras inquietações que surgiram ainda na Graduação até a tomada de decisão de investigar a temática aqui apontada. A partir disso, destaco o quanto o apoio familiar foi fundamental para a minha constituição enquanto jovem-pesquisadora desde a minha inserção no universo escolarizado até a conclusão do Ensino Superior, além de ser grata por todos os professores e professoras que participaram da minha jornada educacional, tantos nos espaços escolares quanto nos religiosos, e que formaram a cidadã que sou, principalmente, aqueles que estiveram presentes na minha infância.

O meu desejo de me tornar pesquisadora se originou desde a inserção na Graduação em Pedagogia, na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), ou talvez antes dela, uma vez que meus pais, devido suas formações profissionais, estiveram envolvidos no meio acadêmico, o que, de certa forma, contribuiu para influenciar meus interesses temáticos em torno das concepções voltadas à História, Sociedade, Cultura e, especialmente, Educação. Dessa maneira, ainda na Graduação, em decorrência de uma disciplina voltada aos Fundamentos e Metodologias da Educação Infantil, desenvolvi um artigo científico intitulado *Friedrich Froebel: o precursor da Educação Infantil*, que foi apresentado no II Encontro Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas (II EIPCH), na UFPel, em 2018. Assim, considero, que as crianças pequenas foram um dos principais personagens sociais que se fizeram presentes na minha formação profissional-acadêmica.

Durante essa investigação, pude observar com mais criticidade as questões vinculadas às ideias de infância e de criança a partir do século XIX. Diante de uma perspectiva histórica e educacional, essa temática se tornou pertinente para o desenvolvimento do meu interesse na linha de pesquisa em História da Educação com o foco no estudo das infâncias. Apesar de a minha pequena experiência, considero essa primeira pesquisa, associada naquilo que acreditava se tratar da gênese da Educação Infantil, como relevante para minhas decisões futuras, notadamente, em relação à minha trajetória investigativa até meu ingresso no Mestrado. Assim, indagações acerca da História da Infância brasileira se tornaram

emergentes, tendo em vista que meus referenciais teóricos estavam voltados, em grande parte, a partir de estudiosos europeus, como por exemplo, Philippe Ariès (2014), pesquisador o qual suas ideias serão debatidas posteriormente nessa produção acadêmica. Com base nisso, na busca por teóricos brasileiros, me deparei com as obras *História das Crianças no Brasil*, organizado por Mary Del Priore (2021) e *A institucionalização de crianças no Brasil: Percurso histórico e desafios do presente*, de Irene Rizzini e Irma Rizzini (2004). Desse modo, adquiri curiosidade para entender quais eram as ações do Estado frente ao cuidado e tratamento das crianças abandonadas por meio de um viés assistencialista e paternalista no decorrer do século XIX, no Período Imperial, que foi marcado por diversas transformações socioeducacionais, assim como as concepções acerca das crianças brasileiras. A partir de estudos realizados por meio de alguns autores, como, Freitas (2003) e Rizzini (2004), naquele momento entendia que havia um certo descaso em relação à seguridade social das crianças nesse período, uma vez que a sociedade brasileira era culturalmente marcada pelo abandono e pelo trabalho infantil. Baseado nisso, desenvolvi meu Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), realizado entre 2020 e 2021, intitulado *Assistência à Infância no Brasil: da salvação ao subterfúgio do Estado (1825-1850)*, o qual procurei analisar as práticas de assistência institucionalizada com crianças inseridas nas Roda dos Expostos das Santas Casas de Misericórdia, o que também será explicado com maior detalhamento no próximo capítulo. Nessa ocasião compreendi que minhas indagações ainda não tinham sido completamente sanadas, portanto, decidi ingressar no Mestrado como oportunidade de expandir minhas investigações acerca da temática.

Ao ingressar no Programa de Pós-graduação em Educação, na Linha de Pesquisa Filosofia e História da Educação, da Universidade Federal de Pelotas (UFPEl), sob pertinentes orientações dos Professores Elomar Tambara e Fernando Ripe, decidi limitar a espacialidade da minha produção à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. O contexto de formação dessa localidade, no que diz respeito à expansão regional no Brasil Meridional, emergiu com maior incidência em decorrência da deflagração da Guerra da Cisplatina, conflito ocasionado mediante disputas territoriais entre as Províncias Unidas do Rio da Prata pelo domínio da Cisplatina, hoje conhecido como Uruguai. Nesse contexto, “[...] o Rio Grande do Sul passou a efetivamente ser ocupado e principalmente a deter uma importância

estratégica militar significativa geopolítica imperial” (TAMBARA, 2000, p. 11). Essa convulsão bélica gerou uma separação definitiva entre o território de origem portuguesa e espanhola, inserindo no povo sulista uma identidade cultural própria, fazendo o território ser mais povoado com habitantes falantes predominantemente de língua portuguesa. De acordo com Tambara (2000, p. 11) “dessa situação depreende que o processo de ocupação do Rio Grande do sul possui um caráter tardio. Mormente se comparado a outras províncias do Império [...]”. Na medida que o desenvolvimento populacional foi se estabelecendo, buscou-se uma especificidade de caráter econômico à favor do Império “[...] que preenchesse lacunas em uma estrutura já montada. E esta foi conseguida pela organização de um sistema agro-pastoril. A formação de estâncias e fortins foi então a característica fundamental da emergente organização social gaúcha” (TAMBARA, 2000, p. 11).

Ainda sobre o Rio Grande do Sul, notamos que também houve a incidência de mulheres pressionadas a enjeitar sua ascendência devido ao controle cultural do pudor feminino frente a condenação pela ilegitimidade de suas proles, bem como tal região houve um marcante conflito beligerante: a Revolução Farroupilha, que durou entre os anos de 1835 e 1845, o qual, de certo modo, prejudicou a vida das crianças no que se refere à estruturação parental, visto que muitas perderam seus pais envolvidos nessa guerra, deixando mães sem condições de manter a subsistência de seus filhos ou também famílias em situação de pobreza extrema. Desse modo, abandonando-os em locais de acolhimento específico como forma de salvação daqueles pequenos sujeitos. Vale ressaltar que durante o Império a Assembleia Legislativa Provincial se tornou responsável pelo financiamento, pela fiscalização e pela organização jurídica sob a infância desamparada no extremo sul do Brasil. Diante disso, foram tecidos alguns questionamentos iniciais na presente pesquisa, tais como: Havia alguma perspectiva para que essas instituições caritativas de acolhimento promovessem instrução dentro desses espaços? Havia alguma proposição de instrução e/ou trabalho para garantir um futuro digno àqueles infantis desamparados que ficavam à sorte da sociedade? Será que o governo provincial se apropriou dessas crianças, em especial dos meninos, afim de torná-los indivíduos trabalhadores úteis e relevantes à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul?. Perguntas essas que buscamos debater no decorrer da pesquisa.

Para fundamentarmos nossas investigações e desenvolvermos discussões acerca do assistencialismo infantil na Província rio-grandense, recorreremos à análise documental<sup>1</sup> a fim de compreendermos os discursos e os atos administrativos e/ou políticos em relação às crianças desvalidas em âmbito sociocultural, econômico e educacional. Diante disso, identificamos que as crianças órfãs e abandonadas durante o Período Colonial ficavam sob a égide das Câmaras Municipais, por esse motivo buscamos analisar as Atas de Vereança, que estão localizadas no Arquivo Histórico de Porto Alegre Moysés Vellinho. Em relação ao Período Imperial, nos apropriamos dos Relatórios dos Presidentes da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul,<sup>2</sup> visto que a utilização dessas fontes nos permitiram “encontrar materialmente e reconhecer culturalmente a intencionalidade inerente ao seu processo de produção” (RAGAZZINI, 2001, p. 14). Esses documentos produzidos anualmente contribuíram para o esclarecimento sobre as pautas políticas recorrentes dentro de um determinado período, os quais expuseram as “[...] discussões dos mais variados projetos legislativos, com os vereadores, deputados e senadores defendendo seus pontos de vista” (BACELLAR, 2008, p. 34).

A partir desses Relatórios assinados pelos governantes foi possível perceber o desafio imposto às autoridades provinciais referente a demanda e responsabilidade sobre a ordenação legal aos cuidados das crianças em situação de abandono e orfandade, que ocasionou na instauração da Lei Provincial nº 9, de 21 de Novembro de 1837 (FLORES, 1985), a qual ordenou à Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre a responsabilidade de ser a principal instituição pelo acolhimento e criação das crianças órfãs e expostas, assim como, posteriormente, ocorreu nas cidades de Rio Grande, em 1843, e Pelotas, em 1849. Sendo assim, torna-se pertinente comentar que a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi

---

<sup>1</sup> Para Cellard (2012), o documento permite acrescentar a dimensão do tempo à compreensão do social [...] A qualidade e a validade de uma pesquisa resultam, por sua vez, em boa parte, das precauções de ordem crítica tomadas pelo pesquisador. De modo mais geral, é a qualidade da informação, a diversidade das fontes utilizadas, das corroborações, das intersecções, que dão sua profundidade, sua riqueza e seu refinamento a uma análise [...] Com o trabalho de análise preliminar devidamente completado, é o momento de reunir todas as partes — elementos da problemática ou do quadro teórico, contexto, autores, interesse, confiabilidade, natureza do texto, conceitos-chave. O pesquisador poderá, assim, fornecer uma interpretação coerente, tendo em conta a temática ou o questionamento inicial.

<sup>2</sup> Os Relatórios dos Presidentes da Província, são fornecidos de modo virtual pelo sistema de dados da Universidade de Chicago/EUA, que estão digitalizados mediante o projeto denominado "Brazilian Government Document Digitization Project"/Projeto Latino - Americano de Materiais (LAMP), do Centro de Bibliotecas de Pesquisa (CRL).

uma das localidades onde tiveram mais Rodas dos Expostos instituídas em cidades distintas sob égide das Misericórdias, sendo um diferencial em relação as outras regiões do Brasil. Essa peculiaridade nos inspirou a investigar as ações assistenciais desses três espaços de proteção à infância desvalida existentes no Império. Entretanto, devido a distinção populacional entre esses lugares mencionados, a Santa Casa de Misericórdia da capital esteve mais presentes nas discussões. Para se ter uma ideia, de acordo com o Livro de Matrículas da mencionada instituição de Porto Alegre, até meados de 1857 entraram na Roda cerca de 880 crianças, enquanto, de acordo com o Relatório da Mesa Administrativa da cidade de Rio Grande de 1861, foram 139 infantis inseridos naquele espaço até Junho de 1860, isso demonstra uma diferença significativa entre o recebimento de infantis nesses dois dispositivos de acolhimento. Ademais, não conseguimos quantificar com exatidão em relação o número de ingressos na cidade de Pelotas, mas a partir das análises dos registros feitos pelos Presidentes da Província foi possível perceber que o local tinha uma quantidade mais reduzida de pequenos que chegavam àquela Misericórdia em relação as outras duas cidades.

Outra questão a pontuar, por conta da pouca conservação<sup>3</sup> e também dificuldade de acesso às fontes que pudessem elucidar com maior detalhamento acerca dos cuidados prestados aos infantis nas Santas Casas de Rio Grande e Pelotas, o campo de análise se tornou mais limitado, porém o que encontramos não deixou de ser relevante quanto às evidências sobre as preocupações e medidas realizadas pelos Provedores das Irmandade sobre aquelas crianças. Já o Centro Histórico-Cultural da Irmandade de Porto Alegre possui um acervo extenso com diversificados documentos e Atas das Sessões da Mesa Administrativa, que possibilitaram compreender “memórias fragmentadas de um tempo que não conseguiremos jamais tomá-lo em sua totalidade” (LUCHESE, 2014, p. 149). Além disso, recorreremos ao Arquivo Municipal de Rio Grande, onde fui informada que devido a um incêndio ocorrido em 2006 na Prefeitura da cidade muitas documentações foram danificadas ou desorganizadas, impossibilitando encontrar fontes dentro da temporalidade abrangida nessa pesquisa. Contudo, na Biblioteca Rio-Grandense foi possível encontrar Relatórios da Mesa Administrativa da Santa Casa de Rio Grande dos anos de 1861, 1869 e 1880, bem como tive acesso ao

---

<sup>3</sup> De acordo com Vanti (2002), o Livro de Matrícula dos Expostos da Santa Casa de Pelotas foi extraviado.

Estatuto do Asylo Coração de Maria, de 1863. Também nos deparamos com alguns registros da Misericórdia de Rio Grande enviadas à Presidência da Província no Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul. Quanto as fontes impressas, nos apropriamos de jornais locais, como, *O Noticiador*, de Rio Grande, o *Brado do Sul*, de Pelotas e *O Lábaro*, de Porto Alegre, que podem ser encontrados por meio do acervo da Biblioteca Nacional Digital (BND),<sup>4</sup> o qual faz parte da Fundação Biblioteca Nacional.

Apesar da árdua tarefa na localização de algumas documentações apropriadas nesse estudo, essas fontes foram pertinentes para problematizar as crianças em condição de desamparo e abandono como personagens sociais influenciadores nas transformações culturais ao longo do tempo mediante suas existências nos espaços de acolhimento à infância desvalida, que culminou nos seus encaminhamentos às instituições militares e asilares, sendo essas últimas fundadas com o intuito filantrópico de minimizar as mazelas existentes sobre os meninos e meninas desamparados nas cidades em questão. Com base nisso, essa pesquisa tem como justificativa agregar aos estudos da infância desvalida a fim de dar ênfase às práticas de educabilidade nos interiores dos institutos assistenciais voltados às crianças em situação de vulnerabilidade social no período Imperial, temáticas ainda pouco abrangidas pelos historiadores da educação, especialmente no Rio Grande do Sul. Entendemos que a limitação de fontes que tratam sobre o universo infantil dentro de uma determinada época ou, também, produções culturais realizadas pelas próprias crianças se constituem como um obstáculo para avançar nas construções de ideias dentro do campo da Educação. Contudo, corroborando com as ideias de Lopes e Galvão (2005, p. 64), “não se pode dizer que os objetos ou os sujeitos da pesquisa estão mudos. O que acontece muitas vezes não é que a criança seja um objeto de pesquisa mudo, a sociedade que a cerca é que é surda”.

Nessa perspectiva, a partir dessas reflexões proferidas, o **objetivo geral** dessa pesquisa está pautado na necessidade de compreender a trajetória da institucionalização da assistência à infância e o tratamento dado à criança órfã e abandonada na Província de São Pedro do Rio Grande Sul, mais especificamente, entre os anos de 1837 e 1860. A temporalidade inicial está relacionada com a instauração da primeira Lei Provincial que formalizou a Santa Casa de Misericórdia

---

<sup>4</sup> Para saber mais, disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em 1 Jun 2023.

de Porto Alegre como responsável pelos infantis desvalidos. Como balizador final, nos detemos em uma década a qual havia instituições militares ou asilares amplamente constituídas às crianças desvalidas, locais esses que oportunizaram um destino onde os infantis órfãos e abandonados pudessem adquirir instrução de ofícios e o Ensino Primário. Quanto aos **objetivos específicos**, procuramos:

- Entender, por meio de específicos referenciais teóricos da História da Infância (e) Educação, quais foram as percepções das ideias de infância e de criança, tanto na Europa quanto no Brasil, em relação aos discursos mobilizados sobre os sujeitos infantis, sua assistência e às ideias pedagógicas que as sustentavam;
- Analisar a participação do governo provincial diante das práticas de acolhimento às crianças abandonadas e suas intervenções.
- Identificar as ações de assistência à infância recorrentes no início do século XIX até a instauração legislativa para a inserção desses pequenos sujeitos nas instituições militares e asilares;

Para contemplarmos tais objetivos dessa pesquisa, no capítulo *“As ideias de infância e a institucionalização de crianças brasileiras: por um debate teórico”* nos apropriamos de três estudiosos da infância Ariès (2014), Heywood (2018) e Postman (1999) a fim de perceber a posição social do sujeito infantil no mundo ocidental, especialmente na Europa, em relação ao tratamento que foi dado para esses pequenos indivíduos no decorrer dos tempos e o sentimento atribuído a eles diante da constituição familiar. Após tais discussões, nos remetemos a pensar sobre as crianças brasileiras e a sua percepção social e cultural. Considerando a permanência de mentalidades nos discursos assistenciais e caritativos – notadamente pertencentes a uma ética cristã – recuamos nossa análise para os primórdios coloniais. Dessa forma, introduzimos algumas reflexões entre as diversas infâncias no Brasil, dando ênfase aos infantis abandonados, como a principal intencionalidade dessa pesquisa, além da construção da institucionalização mediada por agenciamentos religiosos de cunho caritativo, quais sejam, as Santas Casas de Misericórdia, com suas Rodas dos Expostos. Do mesmo modo, conferimos atenção à constituição de políticas públicas educacionais desde os princípios do Período Imperial em relação à formação da Instrução Pública. Neste capítulo, conclui-se, por meio da realização de um mapeamento de pesquisas relacionadas à infância

desvalida, apresentando a pertinência, a necessidade e a visibilidade para as produções acadêmicas realizadas acerca da temática abordada.

No capítulo intitulado “*Assistência à infância desvalida na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul*”, como intuito principal dessa pesquisa, damos especificidade para analisar as práticas de assistência à infância desvalida na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Identificamos que uma das primeiras modalidades de atendimento jurídico à infância órfã e abandonada começou a partir das mediações das Câmaras Municipais. Desse modo, buscamos apresentar as medidas protetivas relacionadas ao encaminhamento e responsabilidade governamental sobre os infantis deixados às ruas ou também para aqueles que perderam seus pais. Mediante dificuldades para encontrar famílias suficientes que pudessem acolhê-las e as recorrentes limitações financeiras, a promulgação da Lei dos Municípios de 1828 causou um certo “alívio” às Câmaras tendo em vista que as instituições de caridade poderiam ser incumbidas pelo acolhimento desses pequenos desamparados, surgindo uma nova modalidade de assistência institucionalizada na Província. Com isso, buscamos apresentar a trajetória da fundação das Santas Casas de Misericórdia nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas até o momento em que estas passaram a ser responsáveis pelos atendimentos aos infantis inseridos na Roda dos Expostos. Dessa maneira, analisamos os cuidados prestados às crianças nas instituições caritativas, procurando ressaltar a escolha dos funcionários encarregados pelos seus cuidados, o local onde iriam morar, a forma como lidavam com a frequente mortalidade infantil e a manutenção da saúde, bem como o encaminhamento às famílias criadeiras. Em um contexto Pós-Revolução Farroupilha e de estruturação da Instrução Pública na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, identificamos as primeiras discursões acerca da inserção educacional a essas crianças órfãs e expostas. Aquelas que retornavam às Irmandades após completarem 7 ou 8 anos passaram a ser motivos de preocupações quanto aos seus destinos. Portanto, finalizamos esse capítulo apresentando iniciais debates sobre seus possíveis encaminhamentos, ou não, para outras instituições, sejam estas militares ou asilares, as quais poderiam acolhê-los e fornecer ensino.

O capítulo seguinte e último, “*O destino dos expostos: a educação e o trabalho como subterfúgio*”, nos detemos a investigar o envio dos órfãos e expostos

à essas novas instituições assistenciais-educativas. Notamos a existência de uma diferença dos gêneros quanto ao seus encaminhamentos para suas saídas da Roda dos Expostos. Enquanto para os meninos havia a proposição de serem enviados aos Arsenal de Guerra de Porto Alegre, com a anuência da Presidência da Província, a fim de aprenderem Artes Mecânicas e Ensino Primário. Para as meninas, por muito tempo não teve uma definição para possíveis destinos que pudessem promover a instrução escolarizada. No entanto, identificamos que o casamento foi uma das poucas possibilidades de saída das Santas Casas de Misericórdia até o momento que passaram as ser fundados asilos dedicados ao acolhimento e educação feminina às órfãs e expostas. Dessa forma, nos detemos a analisar o processo de formalização do recrutamento militar para tornar esses infantis como menores aprendizes, assim como, as meninas adquiriram a oportunidade de serem incluídas no corpo social por meio da formação educacional.

## 2. AS IDEIAS DE INFÂNCIA E A INSTITUCIONALIZAÇÃO DE CRIANÇAS BRASILEIRAS: POR UM DEBATE TEÓRICO

A infância contemporânea é representada, em sua maior parte, pelo reconhecimento e pela valorização das individualidades do ser infantil a partir das potencialidades que a criança oferece mediante sua atuação na participação das produções culturais na sociedade em que está inserida, além de ser compreendida como aquela “que tem um papel ativo na constituição das relações sociais em que se engaja, não sendo, portanto, passiva na incorporação de papéis e comportamentos sociais” (COHN, 2005, p. 27-28). Nesse contexto, gradativamente, por meio das suas respectivas visões de mundo, seus valores e desejos têm sido cada vez mais valorizados na comunidade, “sendo parte importante na consolidação dos papéis que assume e de suas relações” (COHN, 2005, p. 28). Entretanto, a ideia de infância não é regular e fixa a uma área específica do conhecimento, dado que, de acordo com Sarmiento (2005, p. 367), “a construção moderna da infância correspondeu a um trabalho de separação do mundo dos adultos e de institucionalização das crianças”. Essas reflexões demonstram que, historicamente, as representações sobre o ser infantil se diversificaram diante das (re)modelações culturais e do contexto socioantropológico as quais estavam presentes, dito de outro modo, as atribuições de significados e sentimentos pelas/sobre as crianças variavam de acordo com a interpretação do corpo social de cada época em relações aos aspectos políticos, econômicos, educacionais e familiares. Por essa razão, compreendemos que o estudo das infâncias está presente no campo discursivo da História da Educação, uma vez que “o objeto das análises mantém relações similares e coerentes entre si, onde as narrativas/enunciações historiográficas permitem construir formas e representações sobre este tema” (RIPE; AMARAL; CALDEIRA, 2021, p. 340). Não obstante, a

[...] historiografia da infância que as concepções, as noções de desenvolvimento de vida ou, mesmo, as imagens representativas das crianças, estão estreitamente ligadas com o campo teórico da História da Educação. Isso, notadamente, decorre do fato de a criança ser um dos principais objetos de análise da historiografia das práticas educativas (RIPE; AMARAL; CALDEIRA, 2021, p. 338).

Com base nisso, a prática investigativa voltada aos estudos das infâncias se tornou crescente ao longo das últimas décadas, afim de “conhecer as representações de infância e considerar as crianças concretas, localizá-las como produtoras da história” (KUHLMANN, 1998, p. 30). Dessa forma, pensar acerca da criança ultrapassa os limites reflexivos como apenas uma etapa de desenvolvimento biológico. Sendo assim, para desenvolvermos discussões mais abrangentes, nos apropriamos das ideias de Ariès (2014), em sua obra *História Social da Criança e da Família*, que buscou trazer reflexões pautadas na construção de ideias da sociedade ocidental sobre o sentimento à infância diante dos modos de tratamento das crianças no que diz respeito as condutas familiares perante suas proles.

Inicialmente, Ariès (2014) afirmou que durante a Idade Média as reproduções artísticas acerca do ser infantil eram inexistentes, ou desconheciam as individualidades dessa fase humana, com isso, não tentavam representá-las de modo fiel com a realidade em relação às suas estruturas corporais, implicando na precipitada tese de que, talvez, “não houvesse lugar para a infância nesse mundo” (ARIÉS, 2014, p. 52). Com base nessas discussões, pressupõe-se que esses indivíduos, na sociedade do medievo europeu, foram representados reduzidamente à ideia de “pequenos adultos”. Importante destacar que as idades da vida não eram bem delimitadas, implicando na compreensão da existência de uma certa falta de sentimento sobre as crianças diante da constituição familiar, visto que, sob a ótica de Ariès (2014, p. 152):

Na sociedade medieval, que tomamos como ponto de partida, o sentimento da infância não existia — o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas ou desprezadas. O sentimento da infância não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto, mesmo jovem. Essa consciência não existia. Por essa razão, assim que a criança tinha condições de viver sem solicitude constante de sua mãe ou de sua ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não se distinguia mais destes.

Nessa perspectiva, ao analisarmos com criticidade essas reflexões, podemos entender que não havia distinções sobre o tratamento oferecido às crianças em torno do consumo de artefatos culturais, principalmente, no que refere à participação no mundo adulto, como, por exemplo, o vestuário, que, segundo Ariès (2014, p. 70), “a Idade Média vestia indiferentemente todas as classes de idade, preocupando-se

apenas em manter visíveis através da roupa os degraus da hierarquia social. Nada, no traje medieval, separava a criança do adulto”. Todavia, a partir das análises pautadas na representação iconográfica do pequeno Menino Jesus se entende que, por meio das influências religiosas sobre a mentalidade social, os ideais à moralidade se expandiu, de modo que despertou socialmente a sensação de preocupação com a pureza infantil. Assim, “por volta do século XIII, surgiram alguns tipos de crianças um pouco mais próximos do sentimento moderno” (ARIÈS, 2014, p. 53).

Como podemos observar, a atuação religiosa impactou as novas concepções de infância, tornando-as personagens secundários nas relações sociais, contudo, primários nos vínculos familiares. Surgindo, assim, o sentimento de infância que Ariès (2014) nomeou como a “paparicação”. Nesse contexto, a própria vestimenta da criança passou a ser diferenciada da dos adultos, delimitando e respeitando a sua formação corporal de acordo com as etapas da vida. Ademais, as questões relacionadas à preservação humana se tornou foco no meio coletivo no que concerne à saúde da criança, visto que, até então, os índices de mortalidade infantil mantinham-se em níveis bastante elevados. Diante disso,

[...] uma nova sensibilidade atribuiu a esses seres frágeis e ameaçados uma particularidade que antes ninguém se importava em reconhecer: foi como se a consciência comum só então descobrisse que a alma da criança também era imortal. É certo que essa importância dada à personalidade da criança se ligava a uma cristianização mais profunda dos costumes (ARIÈS, 2014, p. 61).

Além da preocupação familiar acerca da integridade de suas respectivas proles, a institucionalização da educação escolarizada contribuiu no que diz respeito às divisões do aprendizado infantil, isto é, os jogos e brincadeiras voltados às especificidades das crianças passaram a fazer parte do cotidiano desses indivíduos. Dessa maneira, Ariès relatou que “é entre os moralistas e os educadores do século XVII que vemos formar-se esse outro sentimento da infância [...] que inspirou toda a educação até o século XX” (ARIÈS, 2014, p. 157). Outrossim, a escolarização foi pertinente para os processos de demarcação das idades da vida em acordo com a intencionalidade do ensino acerca de um determinado conteúdo, que, conforme as investigações de Ariès (2014, p. 171),

[...] a mistura arcaica das idades persistiu nos séculos XVII e XVIII entre o resto da população escolar, em que crianças de 10 a 14 anos, adolescentes de 15 a 18 e rapazes de 19 a 25 frequentavam

as mesmas classes. Até o fim do século XVIII, não se teve a ideia de separá-los. Ainda no início do século XIX, separavam-se de modo definitivo os homens feitos, os “barbudos” de mais de 20 anos, mas não se considerava estranha a presença no colégio de adolescentes atrasados, e a promiscuidade de elementos de idades muito diferentes não chocava ninguém, contanto que os menores não fossem expostos a ela. De fato, ainda não se sentia a necessidade de distinguir a segunda infância, além dos 12-13 anos, da adolescência ou da juventude. Essas duas categorias de idade ainda continuavam a ser confundidas: elas só se separariam mais para o fim do século XIX, graças à difusão, entre a burguesia, de um ensino superior: universidade ou grandes escolas.

Com base nisso, durante o decorrer dos séculos, paulatinamente, o ambiente escolar perpassou por diversificadas mudanças paradigmáticas no tocante à construção da ideia de infância a partir das etapas educacionais referente ao tempo de aprender respeitando o amadurecimento corporal, resultando em uma constante necessidade de disciplinarização dos corpos e dos comportamentos nos espaços de ensino. Assim, “a criança, enquanto durava sua escolaridade, era submetida a uma disciplina cada vez mais rigorosa e efetiva, e essa disciplina separava a criança que a suportava da liberdade do adulto” (ARIÈS, 2014, p. 188). Outro importante elemento a ser refletido é a diferenciação de gêneros, que, em grande medida, influenciaram nas compreensões do papel da criança e nos objetos de aprendizagem, isto é, enquanto os meninos eram instruídos com conhecimentos mais próximos do científico, as meninas tinham seus aprendizados direcionados ao nível elementar e aos serviços domésticos, dado que, “além da aprendizagem doméstica, as meninas não recebiam por assim dizer nenhuma educação. Nas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam nada” (ARIÈS, 2014, p. 186).

Em síntese, Ariès trouxe relevantes discussões em relação às concepções e desenvolvimento da infância, tornando-se pioneiro na sua abordagem historiográfica culturalista. Ainda que naquele momento, início da década de 1960, tenha sido um ponto inicial, sua tese foi crucial para o alargamento dos debates sobre as diferentes compreensões dos sujeitos infantis, gerando discordâncias ou concordâncias sobre os estudos do autor. Apesar de localizarmos algumas lacunas nos estudos de Ariès, notadamente, sobre as relações entre a criança, a família e a escola, seu ato de empirismo se tornou pertinente para repensarmos outras perspectivas fundamentadas nas diversas áreas do conhecimento, sejam elas, como exemplo,

nas áreas das Ciências Humanas e da Saúde. Baseado nisso, pode-se dizer que a obra de Ariès suscitou diversos teóricos a pensarem a infância a partir de suas respectivas visões, perpassando por outras esferas do campo da Psicologia, da Pedagogia, da Antropologia, da Sociologia, entre outros.

Nessa perspectiva, se aproximando de algumas questões já pontuadas por Ariès, Colin Heywood (2018), em *A History of Childhood*, compreende a expansão dos estudos da infância como um movimento sentimentalista sobre a percepção moderna de criança, idealizando os infantis como sujeitos ingênuos e puros, que diverge da representação atribuída aos adultos ao longo da história. A partir dessa premissa, Heywood (2018) define a ideia de infância como um fator de construção social, isto é, em diferentes culturas não há apenas uma característica homogênea sobre as crianças, ao contrário, cada cultura tem sua identidade própria que demarca as relações de tratamento sobre o ser infantil dentro de seus respectivos contextos socioeducacionais, religiosos, políticos e econômicos.

Com base nisso, Heywood (2018) fez críticas incisivas às concepções de Ariès no que diz respeito ao pensamento relativo a ausência de sentimento à infância na Idade Média, bem como as discussões refletidas a partir das divisões das idades da vida nesse período mencionado. Dessa maneira, Heywood (2018) apontou essas convicções como pensamentos genéricos no que tange às questões familiares relacionadas aos cuidados das crianças entre o nascimento até os 7 anos de idade, dado que desqualifica as possibilidades de existência da participação efetiva nas relações dos pequenos diante de seus genitores, apenas limitando-os à perspectiva dos processos de preparação para inserção na sociedade adultocêntrica medieval. Por esse viés, Heywood (2018) realizou um diálogo acerca do tratamento diferenciado atribuído às crianças no tocante a regulação de comportamentos e hábitos infantis. Desse modo, o estudioso parte de investigações em torno do respeito às individualidades das crianças através de um contexto religioso, sendo o catolicismo predominante naquela época.

Nesse sentido, Heywood (2018) evidenciou que haveria uma certa preocupação quanto à rigorosidade das doutrinas cristãs dentro dos mosteiros ao valorizar as singularidades das crianças, uma vez que havia permissão para alimentação em maior frequência, mais horas de sono e tempo determinado para brincar, bem como penitências aplicadas de forma mais moderada, sendo diferente

do que ocorria com os adultos. Quanto à posição das autoridades, abordando as questões políticas, Heywood (2018) mencionou medidas de proteção à infância ainda na Idade Média. De acordo com o teórico, existiam legislações voltadas às heranças atribuídas aos órfãos e, também, remoção da tutela em casos de abusos por parte dos cuidadores responsáveis pela criação daquela determinada criança, assim, podemos refletir que apontar a inexistência integral do sentimento à infância é um fator a ser relativizado na historiografia.

Ademais, Heywood (2018) compreendeu a infância como uma concepção atemporal. Fundamentado nisso, o historiador apontou não ser possível determinar apenas uma “descoberta” estática acerca do entendimento sobre os sujeitos infantis, mas sim, “descobertas” no decorrer das temporalidades, uma vez que, diferente da compreensão sobre a criança vinculada à idealização da pureza divina amplamente difundida, Heywood (2018) discorreu que nos séculos XVI e XVII, sob o viés da sociedade inglesa a partir das convicções dos puritanos, as crianças eram concebidas como sujeitos pecaminosos. Desse modo, isso nos remete a pensar na existência de variados significados atribuídos à elas e na impossibilidade em generalizá-las como um todo.

No que confere aos séculos XIX e XX, de acordo com análises realizadas por Heywood (2018), as investigações nos campos da Filosofia e da Psicologia também contribuíram nas novas conceituações sobre os sujeitos infantis modernos, inclusive, criando discursos pertinentes para a criação de legislações direcionadas às crianças em âmbito socioeducacional, que, gradualmente, refletiram para o reconhecimento como sujeitos de direitos. Portanto, ao analisarmos as discussões de Colin Heywood, podemos entender que – em sua obra, apesar de seus estudos permearem entre os Estados Unidos e a Europa – o estudioso trouxe pertinentes argumentações e novos olhares em relação às diferentes possibilidades de se pensar a criança, diante da tamanha pluralidade de saberes para definir a construção sociocultural da ideia de infância.

Já Neil Postman (1999), em *O Desaparecimento da Infância*, entendeu a grande evolução de estudos voltados às crianças como sendo um resultado da desinvenção da ideia da infância na sociedade, sobretudo, ao pensarmos na Modernidade no que diz respeito à frequente participação das crianças nos ambientes midiáticos e o consumo desenfreado de conteúdos tecnológicos em

conjunto com os adultos indiscriminadamente. Nesse sentido, inspirado nos conceitos de Ariès, Postman reporta à historicidade para fundamentar seu ponto de vista e, primeiramente, parte sob a ótica da sociedade grega como referencial ao explicitar que “os gregos, por exemplo, prestavam pouca atenção na infância como categoria etária especial” (POSTMAN, 1999, p. 19).

Nesse contexto, novamente nos deparamos com embates empíricos acerca da possível falta de especificidade ou interesse para compreender e definir a interpretação sobre as crianças na Antiguidade, uma vez que, segundo Postman (1999, p. 19-20) “as palavras usadas por eles para *criança* e *jovem* são, no mínimo, ambíguas e parecem abarcar quase qualquer um que esteja entre a infância e a velhice”. Além disso, cabe salientar que a moralidade ainda era desconhecida diante das relações sociais, uma vez que, “entre os gregos, ainda na época de Aristóteles, não havia restrições morais ou legais à prática do infanticídio” (POSTMAN, 1999, p. 20). Nesse sentido, diante da coletividade, o tratamento dada aos pequeninos estava de acordo com os relacionamentos vinculados aos adultos, apesar de ainda haver uma noção mínima diante das diferentes estruturas corpóreas entre as idades da vida humana.

Ademais, ao pensar na pertinência da educabilidade em relação a mudanças de percepções acerca dos papéis sociais nesse meio coletivo, entendemos que “embora possam ter sido ambivalentes, e até mesmo confusos (pelos nossos padrões), acerca da natureza da infância, os gregos eram resolutamente apaixonadas por educação” (POSTMAN, 1999, p. 21). Dessa maneira, tornaram-se precursores da institucionalização das aprendizagens escolarizadas, que resultou na integração das crianças nesses espaços de ensino, “contudo, a preocupação grega com a escola não deve ser entendida como se a sua concepção de infância fosse equivalente à nossa” (POSTMAN, 1999, p. 21), dado que os moldes de disciplinarização eram pautados no que consideraríamos hoje, no século XXI, como práticas de violência infantil. No entanto, essas abordagens nos permitem entender, mesmo que intrinsecamente, as concepções voltadas ao sentimento à infância atribuída por essa cultura em questão.

Nesse sentido, em concordância com Ariès, Postman (1999) interpreta a Era Medieval como sendo um período sem entendimento da infância em decorrência da falta de escolarização específica para as crianças, uma vez que “não havia nenhuma

concepção de desenvolvimento infantil, não havia nenhuma concepção de pré-requisitos de aprendizagem sequencial, nenhuma concepção de escolarização como preparação para o mundo adulto” (POSTMAN, 1999, p. 29). Outrossim, a diferença entre o dito “bem” e “mal” não era pré-estabelecido diante das crianças em acordo com seus amadurecimento social e cognitivo, dado que não havia diferença de comportamentos diante do coletivo “adultizado”, desse modo, Postman (1999, p. 29) acredita que, “o mundo medieval não fazia tal distinção e não tinha tais instituições”.

Além do mais, outra conjectura apontada por Postman (1999) para defender a ideia da ausência da infância é a decorrência da pouca preocupação com a higiene da sociedade medieval, dado que, não havia avanços científicos e consciência cultural que atribuíssem cuidados com os cheiros e toques entre os pares, que resultava na frequente propagação de doenças. Nesse sentido, as mazelas sanitárias geravam consequências no que diz respeito à saúde dos bebês e das crianças, sendo a mortalidade infantil constante e, conseqüentemente, “os adultos não tinham, e não podiam ter, com elas o envolvimento emocional que aceitados como normal” (POSTMAN, 1999, p. 31) na atualidade. Contudo, perpassando pela história entre os séculos XV e XVI, a novidade das publicações de estudos medicinais contribuíram para uma nova noção quanto à fragilidade da saúde das crianças ao evidenciar os impactos de determinadas doenças no corpo humano infantil. Assim, segundo Postman (1999, p. 43),

A publicação de livros de pediatria e também de boas maneiras é um forte indício de que o conceito de infância já começara a se formar, menos de um século depois da prensa tipográfica. Mas o ponto a salientar aqui é que a prensa tipográfica gerou o que chamamos hoje “explosão de conhecimento”.

Nessa perspectiva, é possível compreender que a inserção da cultura letrada foi fundamental para o estabelecimento de uma construção social da ideia de infância. Todavia, a partir do século XVIII, diante da perspectiva inglesa, Postman (1999) considera a industrialização como um dos malefícios socioculturais para a infância naquele período, especialmente, ao tratarmos da criança desfavorecida economicamente, visto que com “a necessidade de trabalhadores nas fábricas e nas minas, a natureza especial das crianças foi subordinada à sua utilidade como fonte de mão-de-obra barata” (POSTMAN, 1999, p. 67). Dessa maneira, foi constituindo uma modalidade de tratamentos diferenciados entre as infâncias mediante relevância econômica, assim, causando uma desigualdade social entre elas.

Ademais, assim como Heywood, Postman (1999) também reconheceu os estudiosos Locke e Rousseau como sendo relevantes na formação teórica da “ideia de infância”.<sup>5</sup> Desse modo, diversos outros intelectuais, como “Froebel”<sup>6</sup>, Pestalozzi e Montessori, apropriaram-se de seus ideais sobre as crianças para constituir suas respectivas práticas pedagógicas. Nesse sentido, para Postman (1999, p. 72), “certamente o trabalho deles partiu da hipótese de que a psicologia infantil é essencialmente diferente da dos adultos e deve ser valorizada por si mesma”. A partir disso, pode-se dizer que o sentimentalismo infantil expandiu de modo mais abrangente nos séculos seguintes, uma vez que “como qualquer ideia, especialmente uma de importância mundial, ela tem significado coisas diferentes para pessoas diferentes em épocas diferentes” (POSTMAN, 1999, p. 66).

Outrossim, Postman (1999) pontuou que sua convicção nomeada como “desaparecimento da infância” não permeia sob a literalidade do ato de “sumir” propriamente dito, pelo contrário, o teórico entendeu em sua prática empírica que a infância perpassou por diferentes posições sociais e controle de condutas ao longo da história para que o romantismo infantil fosse consolidado em tempos modernos, visto que “em alguns casos foi enriquecida; em outros, degradada. Entretanto, em nenhum momento desapareceu, embora às vezes tenha chegado muito perto disso” (POSTMAN, 1999, p. 66).

Ao traçar algumas concepções, podemos perceber que a ideia de infância não se mantém empiricamente linear. E, diante dos debates levantados entre esses três intelectuais – Ariès, Heywood e Postman –, é possível assinalar diferenças e similaridades em suas discussões, o que nos remete a pensar o quão desafiador é desenvolver uma definição específica acerca das crianças. Todavia, de fato, podemos identificar um certo consenso ao definir as relações sociais vinculadas aos cuidados e tratamentos das crianças como valores específicos de cada comunidade a qual um determinado sujeito infantil está inserido. Por essa razão, nos remetemos a pensar sobre a criança brasileira, visto que, além de ser o foco prioritário dessa pesquisa, a constituição histórica da infância no Brasil perpassa por uma pluralidade

---

<sup>5</sup> Para Postman (1999, p. 70-71), o clima intelectual do século dezoito — o Iluminismo, como é chamado — ajudou a nutrir e divulgar a idéia de infância.

<sup>6</sup> Friedrich Wilhelm August Froebel foi um pedagogo alemão que viveu durante 70 anos entre os séculos XVIII e XIX, sendo um dos primeiros intelectuais da história da infância a se preocupar com a educação infantil e formular métodos de ensino para crianças da faixa etária de até os 6 anos de idade (SERRALHEIRO, 2019, p. 309).

cultural de conceituações relativa às diversas infâncias presentes em nosso território.

## **2.1 As concepções das infâncias no Brasil e as tendências à institucionalização da assistência e da educação: da Colônia ao Império**

Em decorrência do colonialismo europeu, processo de constituição social e da formulação dos núcleos familiares na América portuguesa, a formação de uma suposta identidade a respeito da infância em nossos domínios, instaurou-se com algumas semelhanças no que diz respeito as concepções européias, tendo em vista que “na mentalidade coletiva, a infância era, então, um tempo sem maior personalidade, um momento de transição e por que não dizer, uma esperança” (DEL PRIORE, 2021, p. 84). Nesse sentido, entre a Colônia e o Império foi um grande desafio estabelecer uma definição específica a esses pequenos indivíduos, de modo que se aproximavam de termos, como “‘meúdos’, ‘ingênuos, ‘infantes’” (DEL, PRIORE, 2021, p. 84) para caracterizá-los em relatórios oficiais do governo da época, bem como “até o século XIX, a palavra *menor* como sinônimo de criança, jovem e adolescente, era usada para assinalar os limites etários” (LONDOÑO, 1996, p. 130) no que se refere à institucionalização dos direitos civis desses ditos “menores”.

Quanto à delimitação das idades, segundo Del Priore (2021, p. 84), “Galeno, citado em manuais de medicina entre os séculos XVI e XVIII era quem melhor definia o que fosse a primeira idade do homem: ‘a puerícia’”. Sob essa ótica, as etapas da vida humana eram demarcadas de acordo com a sensibilidade social em relação ao desenvolvimento biológico dos indivíduos infantes, porém, esse sentimentalismo permeava em diferentes contextos culturais mediante a compreensão da relevância dos seres infantis diante da contribuição econômica em conjunto com seus familiares em nossa nação. Com base nisso, a amamentação era priorizada desde o nascimento até os 4 anos de idade. A partir dos 7 anos, a criança era inserida em conjunto aos adultos na atribuição de algumas atividades domésticas ou, dependendo da situação familiar, “estudavam a domicílio, com preceptores ou na rede pública, por meio das escolas régias, criadas na segunda metade do século XVIII” (DEL PRIORE, 2021, p. 84-85). E, aos 14 anos, realmente eram atribuídos ao mundo adulto.

Além do mais, é relevante ressaltar que a constituição da infância brasileira foi demarcada pela pluralidade étnico-racial e pelos diferentes contextos socioeconômicos, religiosos e educacionais. Dessa maneira, não é errôneo afirmar que há múltiplas infâncias em nosso país, sendo elas oriundas e miscigenadas das distintas etnias dos colonizadores portugueses, dos povos originários indígenas, dos sujeitos negros africanos que foram trazidos de forma escravizada e por europeus e asiáticos (a partir de processos migratórios de diferentes origens e em variadas épocas) – vale destacar que a etnia foi por longo tempo, no Brasil, objeto de atenção em preenchimento de documentações e nas caracterização fenotípica em periódicos da época. Assim como, é presente na historiografia a infância abandonada, que discutiremos com maior propriedade no decorrer dessa pesquisa.

Com base nisso, novamente nos reportando ao Período Colonial, ainda entre os séculos XVI e XVIII, as primeiras percepções difundidas sobre a ideia de infância no Brasil foram proeminentes da vinda dos jesuítas, uma vez que inspirados na concepção da criança como “o famoso ‘papel branco’” (CHAMBOULEYRON, 2021, p. 58), aproveitaram-se da inocência dos pequenos indígenas a fim de discipliná-los através da transmissão de saberes em virtude da necessidade de inserir condutas “civilizadas” na constituição social dessa comunidade, visto que eram retratados como “indivíduos selvagens”. Nesse sentido, “o ensino das crianças, como se vê, fora uma das primeiras e principais preocupações dos padres da Companhia de Jesus desde o início da sua missão na América portuguesa” (CHAMBOULEYRON, 2021, p. 55). Além disso, a intencionalidade dos jesuítas sob o domínio educacional das crianças indígenas movimentou-se mediante motivações escusas, dado que a cultura indígena, em primeiro momento, apresentou resistência à aceitabilidade dos ensinamentos religiosos e às práticas exploratórias dos portugueses.

Diante disso, foram utilizados “três aspectos intimamente articulados entre si: a colonização, a educação e a catequese” (SAVIANI, 2019, p.63) para estabelecer uma nova convicção cultural e religiosa àquele povo que aqui já residia, visto que suas tradições eram demonizadas pelos europeus. Assim, no entendimento de Chaves (2000, p. 24), “a concepção de infância que os jesuítas tinham, viabilizou-lhes o recrutamento de uma mão-de-obra gratuita, facilmente domesticável e que se auto-sustentava, para concretizar a missão que receberam do rei de Portugal de domar o povo selvagem”. Com isso, podemos refletir que a compreensão acerca da

infância brasileira foi apropriada através das formas de opressão e exploração, do trabalho infantil e de inviabilização da sua própria identidade cultural.

Por esse viés, esse recrutamento se originou a partir de diferentes metodologias pedagógicas, como o *Ratio Studiorum*,<sup>7</sup> para desenvolver o controle de condutas favoráveis à submissão das crianças indígenas aos costumes europeus, de tal forma que “os meninos passavam a abominar os costumes de seus pais” (CHAMBOULEYRON, 2021, p. 60), bem como tornaram-se mediadores na disseminação dos dogmas cristãos diante das relações familiares, uma vez que “na documentação jesuítica quinhentista, há constantes referências ao desejo dos índios de entregarem seus filhos para que fossem ensinados pelo padres” (CHAMBOULEYRON, 2021, p. 59).

Ademais, com a atuação “dos soldados de Cristo, passaram a existir ‘índios índios’ e ‘índio conversos’, sujeitando-se estes a Deus e aqueles ao Diabo” (SOUZA, 1986, p. 67-68). Dessa forma, levar a religião cristã, debruçado nos textos bíblicos, era o instrumento usado pelos padres para aproximar a criança indígena da aculturação social, além de ser um movimento reacionário contra a expansão da reforma protestante, nesse sentido, “os jesuítas estabeleceram escolas e começaram a ensinar a ler, a escrever e a contar e cantar” (PAIVA, 2000 p. 43). Contudo, mediante o crescimento populacional português no Brasil, os Jesuítas viram-se responsáveis pela instrução das crianças luso-brasileiras. Assim, paulatinamente, os colégios perderam sua intencionalidade, visto que se tornaram limitados e elitistas diante das diferentes classes sociais.

Quanto à criança negra, infância essa descendente de escravos, pode-se afirmar que sua presença na sociedade era pautada na luta pela sobrevivência. Por séculos, constitucionalmente, seus direitos foram renegados e/ou desvalorizados, dado que eram concebidos como produtos voltados às contribuições trabalhistas de seus senhores e, também, de seus genitores, desse modo, o acesso à instrução não cabia em sua representação sociocultural. Nesse sentido, “as crianças que as fazendas compravam não eram o principal objeto de investimento senhorial, mas sim as suas mães, que com eles se agregavam aos cafezais, plantações de cana-

---

<sup>7</sup> As ideias pedagógicas expressas no *Ratio* correspondem ao que passou a ser conhecido na modernidade como pedagogia tradicional. Essa concepção pedagógica caracteriza-se por uma visão essencialista de homem, isto é, o homem é concebido como constituído por uma essência universal e imutável. À educação cumpre moldar a existência particular e real de cada educando à essência universal e ideal que o define enquanto ser humano (SAVIANI, 2019, p. 191).

de-açúcar e demais” (GÓES; FLORENTINO, 2021, p. 179). Assim, a concepção da infância negra foi demarcada através da desumanização dos pequenos, tendo em vista que, majoritariamente no período colonial e imperial, o tratamento dado a eles estava relacionado à desconsideração pela sua relevância social, uma vez que tal visão era naturalizada até mesmo dentro do seu contexto familiar em decorrência das convicções do período abordado em relação à compreensão desses infantis reduzidos a auxiliares aos serviços trabalhistas, conforme foi exposto nessas discussões.

Ao tratarmos da infância abandonada, é pertinente salientar que ela sempre esteve presente na história do Brasil, sendo algumas vezes ignorada ou, simplesmente, esquecida por parte da sociedade e das autoridades. Entretanto, não venho por meio deste desmerecer as outras infâncias e suas respectivas batalhas pela reafirmação existencial na comunidade a qual estavam inseridas, porém é cabível mencionar que ela também é estabelecida em nosso corpo social como uma das infâncias minoritárias sendo essa “infância como experiência, como acontecimento, como ruptura da história, como revolução, como resistência e como criação” (KOHAN, 2007, p. 94). Com base nisso, a partir desse momento, exclusivamente, desenvolveremos discussões mais amplas sobre essa infância.

É interessante abordar que a historiografia vem analisando as crianças abandonadas desde a sua presença nos princípios coloniais. Por exemplo, constata-se que “os jesuítas que foram enviados ao Brasil [...] desinteressaram-se inteiramente pela existência e pela sorte das crianças abandonadas” (MARCÍLIO, 2019, p. 146). Um dos princípios voltados à pouca preocupação com o cuidado e o acolhimento desses pequenos enjeitados torna-se evidente mediante as desestruturas sociais e familiares da época, como, por exemplo, as mazelas econômicas de seus genitores, a negação de filhos concebidos anterior ao matrimônio e, diante de uma concepção patriarcal culturalmente arraigada, a desvalorização das proles ilegítimas oriundas de relacionamentos extraconjugais. Assim, foi uma árdua tarefa por meio das Câmaras Municipais em estabelecer mecanismos de proteção à essas crianças, uma vez que, conforme Venâncio (2004, p. 197),

Durante o segundo e terceiro século de colonização, surge uma modalidade *selvagem* de abandono. Meninas e meninos com dias ou meses de vida não encontravam abrigo; eram deixados em calçadas, praias e terrenos baldios, conhecendo por berço os monturos, as

lixerias, e tendo por companhia cães, porcos e ratos que perambulavam pelas ruas.

Diante desses aspectos, uma certa sensibilidade envolveu a sociedade, mais especificamente, as famílias que se posicionaram como responsáveis pelo acolhimento dos bebês e das crianças enjeitadas. No entanto, ainda não atendia toda a demanda populacional dos pequenos deixados às ruas. Nesse sentido, “uma modalidade de atendimento a bebês abandonados de longa duração foi o sistema das Rodas de Expostos, surgido no período colonial por iniciativa da Santa Casa de Misericórdia e somente extinto na República” (RIZZINI; RIZZINI, 2004, p. 23). De iniciativa caritativa, sob ordem religiosa, como o intuito em santificar as almas daqueles bebês que ficavam à mercê da impiedade espiritual, de acordo com as convicções católicas, as Santas Casas de Misericórdia viram-se na responsabilidade de salvar aqueles pequenos indivíduos das maldades humanas.

No que se refere ao processo de institucionalização da educação no Brasil, o caráter educativo estabelecido no Período Colonial esteve atrelado inicialmente à tentativa em “salvar almas” indígenas por meio da atuação dos Jesuítas, como apontamos anteriormente. De modo que “os colégios da Companhia de Jesus constituíram-se num dos veículos mais eficazes de difusão da mentalidade portuguesa em terra brasílicas” (BITTAR; JUNIOR, 2001, p. 136), dessa maneira, a Educação Jesuítica demarcou o início do ensino escolarizado no contexto brasileiro. Nos remetendo à espacialidade dessa investigação, “em consequência de sua incorporação tardia ao território brasileiro, verificou-se uma defasagem relativamente grande na estruturação do sistema educacional do Rio Grande do Sul em relação ao que ocorreu em nível federal” (TAMBARA, 2000, p. 179). Contudo, as primeiras práticas educativas não diferem das outras regiões brasileiras quanto a iniciativa da prestação de ensino para um determinado grupo social, uma vez que “somente na segunda metade do século XVIII é que se iniciou a instalação de aulas públicas no estado. O curioso é que estas se destinavam a atender os indígenas” (TAMBARA, 2000. p. 179).

Frente a esse “atraso”, o governante José Marcelino de Figueiredo buscou primeiramente investir na formalização da classe docente na, então, Capitania do Rio Grande de São Pedro, sendo em 1770 José de Alencastro e em 1773 Frei Joaquim de Santa Úrsula Britto nomeados como um dos primeiros professores

públicos e, após a criação de uma escola para meninas indígenas, Gregória Rita Coelho de Mendonça assumiu esse dever em 1778 (TAMBARA, 2000, p. 180). Apesar dessas iniciais medidas, o contexto educacional no Período Colonial ainda era insipiente e limitado à população, de maneira que “até então a instrução era dada de forma particular e, no interior, não passava de noções dadas por estancieiros que sabiam ler e clérigos que transmitiam de forma empírica as noções básicas da leitura e escrita” (TAMBARA, 2000, p. 181). No início do século XIX, iniciativas governamentais instituíram o ensino de algumas áreas do conhecimento, como, Latim, Filosofia e Primeiras Letras, porém, a falta de indivíduos qualificados e a escassa quantidade de escolas instauradas foi um fator para a lenta expansão educacional. Com o início do Primeiro Reinado foi modificado “o sistema de administração das províncias do Império, criando para cada uma delas um Presidente, nomeado pelo Imperador” (SCHNEIDER, 1993, p. 24), tal remodelação política contribuiu para uma nova concepção educacional estabelecida na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo em vista que foi difundida a necessidade de resolver a situação relacionada à precariedade de ensino fornecido à população Rio-grandense, com isso, foi proposto a Reforma do Ensino Primário. Entretanto, após a Independência do Brasil, identifica-se que “não alterou significativamente o estado da Instrução Pública” (GIOLO, 1994, p. 21), situação atribuída pela desvalorização salarial dos professores, que acarretava na má qualidade do ensino prestado e na pouca adesão de sujeitos para a atuação docente. Porém, de acordo com Schneider (1993, p. 30),

Em, 1830, havia preocupação por parte do presidente da Província, Caetano Maria Lopes Gama, no que se refere não só à instrução das novas gerações, como ao seu amparo. Para este presidente, era muito necessário haver na capital um casa com o respectivo patrimônio para a criação dos expostos.

Mediante essa premissa, a seguir discorreremos sobre a origem, a intencionalidade e a expansão da Roda dos Expostos no Brasil, bem como suas transformações em concomitância com a estruturação das políticas públicas educacionais no decorrer do Período Imperial.

## **2.2 A Roda dos Expostos: origem, intencionalidade, expansão e transformações socioeducacionais**

De antemão, para definir o que é a Roda dos Expostos, discorreremos sobre a chegada dessa instituição, tendo em vista que o fenômeno cultural do abandono infantil não foi uma especificidade do Brasil. E, ao analisarmos o contexto europeu, de acordo com as investigações de Badinter (1985), até meados do século XVIII, uma das causas do abandono desenfreado estava relacionado à indiferença materna mediante uma certa insensibilidade aos elevados índices de mortalidade infantil na sociedade em questão. Porém, essa compreensão é suscetível a questionamentos e problematizações em virtude das variações socioculturais e econômicas as quais discutimos anteriormente, mas ainda é interessante mencionarmos uma dessas hipóteses diante da pluralidade de concepções acerca das causas do abandono. Ademais, dando continuidade a essas reflexões, ao pensarmos em Portugal, país este colonizador, a primeira Roda foi instaurada a partir da metade do século XVII, sendo essa localizada em Lisboa, mas,

[...] não impede que as municipalidades já tivessem a responsabilidade de amparar os expostos conforme regiam as Ordenações. Desde épocas remotas do reino português existiam orfanatos e asilos em muitas localidades que recebiam a proteção real (MESGRAVIS, 1975, p. 403).

Essa modalidade de atendimento à infância desprotegida foi pertinente às autoridades da época como um subterfúgio à totalidade das obrigações governamentais, uma vez que, diante do preceito cristão, as instituições católicas hospitalares, especificamente, as Santas Casas de Misericórdia incumbiram-se na tarefa de batizar, cuidar e criar as crianças ali inseridas nos anexos de acolhimento. No Brasil não foi diferente, uma vez que as Câmaras Municipais se tornavam ineficientes em relação ao cumprimento de seus deveres na formalização de um sistema de atendimento à infância desvalida. Com base nisso, inspirados nessa prática assistencial portuguesa, “em 1726, foi acordada a criação da Roda dos Expostos de Salvador” (CERQUEIRA, 2016, p. 42). A partir disso, no período colonial sucedeu ampliações de assistência às crianças abandonadas em outras cidades, como no Rio de Janeiro, sendo “fundada no ano de 1738” (COSATI, 2018, p. 1), também, em Recife, em 1789 (NASCIMENTO, 2006). E, afinal de contas, o que seria essa “Roda dos Expostos”? De acordo com Marcílio (2019, p. 70),

O nome *Roda* — dado por extensão à casa dos expostos — provém do dispositivo de madeira onde se depositava o bebê. De forma cilíndrica e com uma divisória no meio, esse dispositivo era fixado no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior da parte

externa, o expositor colocava a criancinha que enjeitava, girava a Roda e puxava um cordão com uma sineta para avisar à vigilante — ou Rodeira — que um bebê acabara de ser abandonado, retirando-se furtivamente do local, sem ser reconhecido.

Nesse sentido, a Roda dos Expostos — ou a Casa da Roda — se tornou um tipo de recurso para afastar aqueles sujeitos infantis que possivelmente seriam lançados ao ermo. Desse modo, a Roda passou a ser um modo de subterfúgio ao mundo das ruas, que eram permeados por doenças, violência, criminalidade e pobreza. Sob esse viés, o destino desses bebês e crianças dentro dessas instituições perpassavam por fases pré-estabelecidas de acordo com as idades da vida, visto que, ao adentrar nesse ambiente assistencial, que geralmente era um espaço anexo à Santa Casa de Misericórdia, primeiramente, os bebês eram destinados ao batismo a fim de libertá-los dos pecados da natureza humana. A mortalidade infantil era recorrente devido aos poucos avanços médicos-higienistas nesse período, então havia a crença de que suas almas já estariam salvas. A partir disso, aqueles que obtinham a sorte de perdurar em vida eram encaminhados às amas-de-leite para serem cuidados e criados até adquirirem uma certa autonomia alimentar em acordo com amadurecimento biológico e, posteriormente, retornavam novamente à Roda dos Expostos. Assim, adquiriam a oportunidade de serem adotados, visto que “havia pessoas que iam às Rodas dos Expostos tomar uma criança para criar” (MARCÍLIO, 2019, p. 153).

Com base nisso, Rizzini (2004) entende os princípios caritativos como uma das marcas socioeducacionais na constituição de uma contínua e ampla valorização dos cuidados infantis por meio de terceiros. Além disso, pensar acerca das amas-de-leite torna-se interessante diante da tamanha responsabilidade nas atribuições de tarefas e deveres voltados ao tratamento e cuidado dos pequenos. Diante de um contexto econômico desfavorável naquele período, muitas amas-de-leite agregavam essas crianças em suas casas através do pretexto em beneficiar-se financeiramente, uma vez que “as câmaras que ampararam seus expostos limitaram-se a pagar um estipêndio irrisório para que amas-de-leite amamentassem e criassem as crianças” (MARCÍLIO, 2001, p. 53). Nesse sentido, algumas eram consideradas como “mercenárias”, visto que acreditava na pouca preocupação e respeito pelas especificidades dos bebês, os sujeitando aos maus tratos. Porém, não podemos

ignorar aquelas que desenvolviam afetividade pelo bebê a ponto de os acolher para criação.

Ademais, outra característica particular das Rodas dos Expostos era a preservação das crianças através da reclusão em relação ao mundo exterior. Com a convicção religiosa sobre a sociedade como um corpo coletivo cheio de promiscuidade, os seres infantis eram circunscritos aos limites dos muros da Casa da Roda até que fossem adotados ou atingissem a idade de 7 ou 8 anos para inserção ao mundo do trabalho ou acesso à instrução de ofícios. Nessa lógica, podemos considerá-la como uma instituição total, uma vez que, de acordo com as concepções de Goffman (1974, p. 11), “pode ser definida como um local de residência e trabalho onde um grande número de indivíduos com situação semelhante, separados da sociedade mais ampla por considerável período de tempo, levam uma vida fechada e formalmente administrada”. Nessa perspectiva, a valorização pelo distanciamento social atribuiu às instituições religiosas a responsabilidade, sendo na maioria das vezes mediado por freiras, pela modelagem de hábitos e comportamentos em prol da intencionalidade de difundir o apreço pelos preceitos cristãos e gerar afastamento de condutas problemáticas mediante a prática da disciplina, da constante vigilância, da obrigação dos afazeres no próprio espaço de convívio, gerando, assim, o controle e o domínio das crianças.

No Período Imperial, tanto o sistema educacional quanto as práticas de assistência à infância permearam por mudanças e expansões mediante a reestruturação institucionalizada e econômica, principalmente a partir de 7 de Setembro de 1822, quando o Brasil se torna politicamente uma nação independente. Autoridades políticas, formados intelectualmente na Europa, perpetuaram uma nova visão voltada à civilidade e ao progresso inspirados nas ideologias amplamente difundidas durante a Revolução Francesa. Assim, surgem no Império políticas sociais e educacionais mais estabelecidas — ainda que houvesse algumas nuances conflitantes entre os interesses regenciais e provinciais. Além do mais, como já citamos, o dever pela atenção e cuidado com as crianças abandonadas estava destinado às Câmaras Municipais, contudo, não demonstravam resultados satisfatórios quanto ao compromisso referente a assistência à infância desvalida, diante disso, “a partir de 1828, com a promulgação da Lei dos Municípios, esta

responsabilidade foi transferida para as assembleias legislativas provinciais” (CORAZZA, 1998, p. 97).

É importante mencionar que no Império a primeira Roda dos Expostos foi inaugurada na cidade de São Paulo, em 1825 e, após a referida legislação, foram instauradas nas “cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas (RS), de Cachoeira (BA), de Olinda (PE), de Campos (RJ), Vitória (ES), Desterro (SC) e Cuiabá (MT)” (MARCÍLIO, 2001, p. 64). Ademais, cabe salientar que as Casas dos Expostos da Província do Rio Grande do Sul, exclusivamente, serão foco nos debates acerca do assistencialismo no decorrer da presente pesquisa, porém é interessante previamente contextualizarmos sobre alguns acontecimentos acerca do cuidado e prestação educacional à infância abandonada como um todo no Brasil.

Retomando a essas discussões, a soberania política representada por personagens da elite brasileira contribuíram para a consolidação da Assembleia Constituinte e, com isso, “no discurso de inauguração e instalação dos trabalhos da Assembleia Constituinte, em 3 de maio de 1823, o Imperador destacou a necessidade de uma legislação especial sobre instrução pública” (SAVIANI, 2019, p. 313). Nesse contexto, a situação do sistema educacional naquele período atraiu atenção para debates em maior profundidade acerca da estruturação do ensino nacional com a perspectiva da ampliação do Ensino Primário, dado que, em um primeiro momento, a preocupação foi a criação de “cátedras isoladas de ensino superior para a formação de profissionais [...]: de Medicina, na Bahia e no Rio de Janeiro, em 1808; e de Engenharia, embutidas na Academia Militar, no Rio de Janeiro, dois anos depois” (CUNHA, 2000, p. 153-154). Dessa maneira, foi instaurada a Constituição de 1824, a qual trouxe obrigatoriedade e gratuidade da Instrução Pública às modalidades de Ensino Primário e Secundário. Contudo, na prática, a instrução era limitada tão somente a uma classe social mais privilegiada cultural e economicamente. Após tal ordenamento governamental, foi instituída a Lei de 15 de outubro de 1827 que ordenava a fundação de Escolas de Primeiras Letras, assim, “nas províncias do Império, vários foram os textos legais produzidos buscando operacionalizar tais determinações, bem como muitas foram as organizadas segundo tais ordenamentos pedagógicos” (FARIA FILHO, 2000, p. 141).

A partir de 1831, poder-se-ia considerar como sendo um período de grandes ebulições, tendo em vista que o imperador Dom Pedro I abdicou do trono, deixando

no trono seu filho, ainda menor, D. Pedro de Alcântara, assim, iniciando o Período Regencial que perdurou até 1840, quando Dom Pedro II atinge a maioria proclamada. Dessa maneira, desavenças ideológicas entre conservadores e liberais suscitaram conflitos beligerantes entre as províncias, causando impactos econômicos, sociais e políticos, de modo que, de certa forma, gerou um atraso à expectativa de um avanço educacional previamente proposto, bem como houve falta de visão das autoridades em relação as instituições caritativas às crianças abandonadas, uma vez que, ao nos reportarmos ao “Relatório Ministerial”<sup>8</sup> de 1832, o ministro vigente da época, Nicolau Pereira de Campos Vergueiro, diz que "os Estabelecimentos de Caridade acham-se no mesmo estado, em que foram descritos no ultimo Relatório, sem ter ocorrido novidade, que mereça ser levada ao vosso conhecimento” (BRASIL, 1832, p. 19).

Dando seguimento às discussões, foi consolidado o Ato Adicional de 1834 como estratégia para apaziguar as crises políticas e, em especial, estruturar normas e regulamentações alinhadas aos desejos governamentais de cada província. Nesse sentido, tal iniciativa constitutiva tinham como propósito gerar uma nova perspectiva educacional em acordo com a demanda cultural no tocante à necessidade de quebras paradigmáticas frente às mazelas permeadas por uma sociedade de grande maioria 'analfabeta'<sup>9</sup>. Dessa maneira, “o Ato criou as assembléias legislativas provinciais, as quais passaram a ter poder de legislar e organizar vários setores da administração pública, entre eles a instrução primária e secundária” (CASTANHA, 2006, p. 174). Todavia, apesar de ser uma interessante proposta inicial em relação à configuração de leis a fim de remodelar a situação vigente no que concerne à prestação de serviços públicos e garantias de direitos civis, a delegação dessa responsabilidade às Províncias se tornou ineficiente em virtude da “[...] baixíssima capacidade de investimento das províncias, que algumas vezes chegavam a empregar mais de 1/4 de seus recursos na instrução e obtinham pífios resultados” (FARIA FILHO, 2000, p.135). Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, não foi diferente dessa problemática, visto que a questão educacional encontrava-se ainda desestruturada. Após essa instauração constitucional, segundo Giolo (1994, p.

---

<sup>8</sup> A partir desse momento, todas as vezes que for citado documentos oficiais a ortografia será posta em acordo com os padrões da escrita da língua portuguesa atual para melhor compreensão do leitor.

<sup>9</sup> Para saber mais sobre a história do analfabetismo no Brasil, ver BRAGA; MAZZEU (2017).

27), “haveria de ser ainda mais difícil virar-se às próprias custas. No ano do Ato Adicional (1834) existiam, na Província, 44 aulas de primeiras letras. Dessas, muito poucos estavam providas e mal providas”.

Outra situação a pontuar quanto à assistência caritativa, durante um tempo, a vivência das crianças expostas ali inseridas na Casa da Roda perduravam como seres passivos, sem perspectiva de futuro próspero em decorrência da exclusão social e da falta de acesso à educação ou ao trabalho. Diante dessas mazelas recorrentes no início do Período Imperial em âmbito social, políticos e econômico, de certa forma, foi possível compreender a razão pela qual “essas Casas funcionavam apenas como abrigos, sem nenhuma outra atividade educacional, religiosa ou profissionalizante estabelecida” (MARCÍLIO, 2019, p. 193). Com base nisso, em 1834, o Ministro Joaquim Vieira da Silva e Souza teceu incisivas críticas aos moldes caritativos prestados pelas Santas Casas de Misericórdia, ao refletir que:

Hospitais instituídos a princípio por motivos de Religião, e consagrados depois por uma beneficência mal entendida, são antes asilos constantemente abertos à preguiça, e à falta de comportamento (defeitos estes que conduzem à indigência) do que meios reais de socorro para as pessoas, que circunstâncias imperiosas mergulham na desgraça. Eles entretém na classe, que de ordinário os povoa, esse espírito descuido do presente, e imprevisto do futuro, que é a causa primária da miséria, a que tal classe parece condenada de geração em geração, e fonte de todas as desordens, que a caracterizam, e formam uma verdadeira chaga política. Ali se prestam socorros passageiros a qualquer que se apresenta, mas não se lhes ensinam os meios de poder passar sem eles para o futuro; não se lhes poupa mesmo a espécie de vergonha inerente a tais socorros; vergonha, que seria um grande móvel nas mãos do Legislador para destruir insensivelmente as causas da indigência. Tal é a opinião comum dos Publicistas, e Economistas; e a sua exatidão se vê cada dia confirmada pela experiência. Em Inglaterra o número dos pobres cresce na proporção dos socorros. Não quero dizer com isto que inteiramente devam desaparecer dentre nós semelhantes Estabelecimentos: as pessoas decrépitas desamparadas, tem jus à caridade absoluta das pessoas benfazejas, e à consideração do Governo: as outras só em certas circunstâncias extraordinárias, e com certas condições. Para se ir pouco e pouco destruindo este alimento de inação, e da imprevidência, conviria dar a tais Estabelecimentos um regulamento muito diverso, do que eles tem entre nós; sujeitando cada uma das pessoas, que eles recolhessem, e estivesse no caso de prestar serviço, a indenizá-los pelo seu trabalho, que das despesas com elas feitas. Aliviadas assim as despesas desses Estabelecimentos, a maior parte das suas rendas, hoje consumidas com bem pouco proveito no tratamento de entes quase nulos, ou completamente tais para a Sociedade, poderia ser com maior proveito aplicado ao estabelecimento de indústrias fáceis, em que famílias honestas, e recolhidas achassem o emprego, que lhes falta e meios decentes de poderem subsistir, e de tratar-se nas enfermidades. É de esperar que as Assembléias Legislativas

Provinciais não deixem de lançar suas vistas sobre tais Estabelecimentos, e de lhes dar uma reforma neste sentido, ou em outro, que mais conveniente lhes pareça [...] (BRASIL, 1834, p 20-21).

A partir das considerações do referido Ministro, é possível observar uma certa discordância aos moldes assistencialistas proporcionados aos sujeitos desamparados, principalmente, no que diz respeito a falta de aportes financeiros em relação à prestação de serviços caritativos àqueles indivíduos desamparados acolhidos pelas Santas Casas de Misericórdia. E, apoiado em uma visão voltada ao avanço econômico, apesar de reconhecer a relevância da caridade, podemos perceber que havia certa compreensão de que tais práticas assistenciais demandariam um gasto público, sem algum tipo de finalidade lucrativa posterior. Em virtude de compreendê-los como atores sociais sem relevância no tocante à não contribuição financeira em retorno à ajuda prestada, uma vez que era compreendido na mentalidade social que esses asilos seriam uma espécie de ambiente propenso à “preguiça”. Assim, atraindo atenção e instigando debates entre as províncias sobre um possível destino à instrução e serviços trabalhistas dos pequenos expostos, fossem eles meninos ou meninas, ali inseridos na Casa da Roda.

Ademais, de acordo com as concepções de Marcílio (2019), o sistema de atendimento à infância desvalida no Brasil desde a Colônia até o Império perdurou por duas fases: a caritativa e a filantrópica. E, a partir desse discurso político, podemos perceber um ponto de transição ao atendimento à infância abandonada entre essas duas vertentes, uma vez que “[...] no Império, as Misericórdias passaram a estar a serviço e sob controle do Estado, por imposição de decretos provinciais, perdendo, assim, sua autonomia e parte de seu caráter caritativo” (MARCÍLIO, 2019, p. 153). Com base nisso, nos deteremos a discutir o impacto dessa intervenção a partir das Rodas dos Expostos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul por meio da análise das ações e discursos das autoridades políticas e administrativas. Contudo, de antemão, torna-se interessante darmos visibilidade à historiografia da temática a partir de outros trabalhos acadêmicos, visto que muitos caminhos foram trilhados para pensar a infância abandonada em diferentes espaços e temporalidades, observadas e analisadas por distintos saberes e áreas do conhecimento científico.

### **2.3 As práticas de assistência à infância abandonada e órfã na historiografia brasileira**

Como podemos observar, as preocupações voltadas à infância abandonada não são uma prática recente no que diz respeito aos aspectos sociais, religiosos, políticos e educacionais. Entretanto, ao pensarmos em relação às crianças na composição integrante das pesquisas acadêmicas, “[...] até bem recentemente, os historiadores ignoravam o tema da infância, particularmente o da infância desvalida” (MARCÍLIO, 2019, p. 141), dessa forma, nas últimas décadas muitos esforços têm sido feitos para discutir e problematizar os impactos dos cuidados e tratamentos desses pequenos sujeitos desamparados na historiografia brasileira, bem como os benefícios e malefícios da assistência institucionalizada na construção de uma sensibilidade em nossa sociedade acerca das crianças em situação de vulnerabilidade. Nesse sentido, é pertinente abordarmos alguns desses trabalhos que contribuíram para a compreensão dessas concepções em torno dos seres desvalidos.

Em vista disso, no que diz respeito à obra literária, não podemos deixar de mencionar, primeiramente, o vasto trabalho intitulado *História Social da Criança Abandonada* (2019), de Maria Luiza Marcílio, autora essa a qual citamos frequentemente nessa investigação. Tal produção empírica apresenta tamanha relevância e contribuição no campo acadêmico em virtude da abrangência na contextualização histórica e social da assistência formal e informal ao atendimento à infância abandonada tanto no Brasil quanto no mundo, em especial, na Europa. Marcílio (2019), é objetiva ao citar o fenômeno do abandono infantil em nosso país como uma herança cultural oriunda da sociedade europeia, tendo em vista que a comunidade indígena valorizava o senso de coletividade no que diz respeito à constituição familiar. Com base nisso, seus estudos iniciam-se a partir da antiguidade, apropriando-se, em primeiro momento, dos aspectos bíblicos para apresentar a larga trajetória do abandono e assistência dos pequenos desamparados desde a tenra construção da humanidade até, por fim, a contemporaneidade, período esse pertinente na constituição das políticas públicas para a população infantil mediante o reconhecimento das crianças como seres de direitos.

Nessa perspectiva, diante do amplo desenvolvimento empírico acerca da assistência à infância abandonada nessa citada obra, pode-se considerar o trabalho de Marcílio como uma inspiração para outros estudos acadêmicos acerca das crianças abandonadas em diversas áreas do conhecimento, porém, não venho por meio deste desconsiderar a importância de outras pesquisas realizadas anterior à obra de Marcílio. Dando continuidade, de cunho bibliográfico, torna-se interessante desenvolver uma investigação em relação às produções voltadas à Roda dos Expostos e às práticas de atendimento às crianças abandonadas em nosso país, uma vez que o papel dos pesquisadores, no empenho de suas atividades, são “sustentados e movidos pelo desafio de conhecer o já construído e produzido para depois buscar o que ainda não foi feito” (FERREIRA, 2002, p. 259). Baseado nisso, nos apropriamos do Banco da CAPES (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior) afim de buscar dissertações e teses em seu catálogo, com seu acesso disponibilizado por meio digital, sendo esse instrumento relevante diante da “[...] possibilidade de divulgação ampla, atingindo lugares fora da própria universidade produtora, atingindo maior número de leitores” (FERREIRA, 2002, p. 261). Portanto, foram encontrados – até o momento – 33 trabalhos acerca das temáticas voltadas às crianças expostas, sendo 8 teses e 25 dissertações, conforme no quadro abaixo:

**Quadro 1** – Produções acadêmicas realizadas acerca da assistência à infância desvalida

Ano	Autor	Título	Tipo de Produção	Instituição	Área
1990	Jurema Gertze	Infância em Perigo: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre: 1837-1880	Dissertação de Mestrado	PUC/RS	História
1990	Henrique Oliveira	Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1889)	Dissertação de Mestrado	PUC/SP	História
1991	Margareth Gonçalves	Expostos à Misericórdia: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX)	Dissertação de Mestrado	UCAM	Sociologia

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de Produção</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>
1996	Vera Maria de Carvalho	Girando em torno da Roda: A Misericórdia de São Paulo e o atendimento às crianças expostas (1897-1951)	Dissertação de Mestrado	USP	História
1997	João Anjos	A Roda dos Enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX	Dissertação de Mestrado	UFPE	História
1998	Andréa Rodrigues	A infância esquecida - Salvador (1900-1940)	Dissertação de Mestrado	UFBA	História
1998	Elisa Vanti	A Cultura da Primeiríssima Infância em Pelotas - discursos e imagens da educação infantil domésticas em Pelotas (1906-1936)	Dissertação de Mestrado	UFRGS	Educação
2000	Deise Nunes	Da Roda à Creche - proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6 anos	Tese de Doutorado	UFRJ	Educação
2005	José Rocha	Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1896-1950)	Dissertação de Mestrado	USF	Educação
2005	Andre Luiz Cavazzani	Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba: (Segunda metade do século XVIII)	Dissertação de Mestrado	UFPR	História
2005	Cíntia Araújo	A Caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)	Dissertação de Mestrado	UNESP	História
2006	Renato Franco	Desassistidas Minas - a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII	Dissertação de Mestrado	UFF	História
2006	Rosane Porto	A roda dos expostos e o jogo no discurso de Vieira Fazenda	Dissertação de Mestrado	UNISUL	Ciências da Linguagem
2006	Alcileide Nascimento	A sorte dos enjeitados: O combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)	Tese de Doutorado	UFPE	História
2008	Cláudia D'almeida	O abandono de crianças na roda dos expostos do Rio de Janeiro entre 1858 e 1878	Dissertação de Mestrado	Universidad e de Vassouras	História

<b>Ano</b>	<b>Autor</b>	<b>Título</b>	<b>Tipo de Produção</b>	<b>Instituição</b>	<b>Área</b>
2009	Thiago Paula	Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de N <sup>a</sup> Sr <sup>a</sup> da Apresentação - Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII	Dissertação de Mestrado	UFRN	História
2009	Margareth Alves	A "Casa da Roda" de Cabo Frio no Período de 1830 a 1900	Dissertação de Mestrado	UERJ	Políticas Públicas e Formação Humana
2010	Maria Beatriz Silva	A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944)	Dissertação de Mestrado	PUC/SP	Educação
2010	José Rocha	Do asilo dos expostos ao berçário: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936)	Tese de Doutorado	UNICAMP	Educação
2011	Luciana Ferreira	A Criação de Enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)	Dissertação de Mestrado	UFOP	História
2011	Rosane Porto	Roda dos Expostos: Deslocamentos do livro ao Jornal	Tese de Doutorado	UFSC	Literatura
2014	Luiza Iolanda Oliveira	Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista	Dissertação de Mestrado	UFPA	História
2014	Jonathan Silva	Os filhos do destino: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)	Dissertação de Mestrado	UNISINOS	História
2014	Nicole Damasceno	Ser exposto: a "circulação de crianças" no termo de Mariana (1737-1828)	Dissertação de Mestrado	UFOP	História
2015	Maihara Raianne Vitoria	Os filhos da Misericórdia: cotidiano e vivência das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)	Dissertação de Mestrado	UFBA	História
2016	Alan Cerqueira	Órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostos no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia da Bahia (1862-1889)	Dissertação de Mestrado	UFBA	História
2017	Ana Paula de Souza	Educação e Trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890)	Dissertação de Mestrado	UFRB	História

Ano	Autor	Título	Tipo de Produção	Instituição	Área
2017	Hardalla do Valle	O ensino de ofícios na cidade do Rio Grande (1889-1930): uma análise sobre a infância desvalida	Tese de Doutorado	UFPel	Educação
2018	Elizangela Dias	O sinal é este mesmo bilhete: uma tipologia documental para os escritos da roda dos expostos	Tese de Doutorado	USP	Filosofia e Língua Portuguesa
2019	Leticia Cosati	Assistência à Infância na Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro: a transformação da Casa dos Expostos (1888-1912)	Dissertação de Mestrado	FIOCRUZ	História das Ciências
2019	Jonathan Silva	A Assistência e a Exposição de Crianças na formação de um território (Rio Grande de São Pedro, século XVIII e XIX)	Tese de Doutorado	UNISINOS	História
2020	Jeane Caldeira	A infância desvalida institucionalizada em Pelotas/RS: controle e ordenamento social nas páginas dos periódicos locais — décadas de 1910 a 1940	Tese de Doutorado	UFPel	Educação
2021	Nicole Macedo	De assistência aos expostos a patrimônio: a trajetória da Casa de Caridade de Cabo Frio em exposição	Dissertação de Mestrado	FIOCRUZ	Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural

**Fonte:** Elaborado pela autora.

Como podemos observar, diversas pesquisas entre anos de 1990 a 2021 foram realizadas acerca do atendimento à infância abandonada e a assistência institucionalizada através das Santas Casas de Misericórdia. Desse modo, através de uma vasta análise em relação à escolha regional dos pesquisadores, nesse amplo país continental onde vivemos, identificamos 7 produções acadêmicas voltadas à localidade do Rio de Janeiro, sendo o estado em maioria entre todas as investigações aqui apresentadas nesse quadro. E, dando seguimento, na Bahia, em São Paulo e no Rio Grande do Sul, foram encontradas 5 pesquisas, 4 em Minas Gerais, 2 em Pernambuco e, por fim, respectivamente, 1 em Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Norte e Paraíba. Dessa maneira, é interessante apresentar, sinteticamente, as abordagens de alguns desses estudos apresentados no quadro 1, uma vez que, teoricamente, cada um apresenta suas particulares compreensões em

relação às crianças desvalidas em cada localidade da nossa nação, bem como reflexões acerca das ações dos responsáveis administrativos, médicos, políticos e da sociedade civil no que diz respeito ao tratamento e cuidados dos indivíduos infantis desamparados.

E, inicialmente, nos remetemos à dissertação de Letícia Conte Moraes Cosati (2019), intitulada *Assistência à Infância na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: a transformação da Casa dos Expostos (1888-1912)*, cuja investigação desenvolveu-se a partir da análise da trajetória da ampliação da Santa Casa de Misericórdia e as transformações da Casa dos Expostos no final do século XIX e início do XX em virtude do “aumento do público atendido pelos seus estabelecimentos e a necessidade de auxílio do Estado” (COSATI, 2019, p. 70). Diante das modificações socioculturais e políticas, novas concepções acerca da responsabilidades familiar e aumento das preocupações médico-higienistas nos primórdios do contexto republicano, Cosati (2019) busca compreender os procedimentos e impactos causados pela constante busca médica pela resolução de um problema antigo e contínuo acerca das crianças expostas inseridas na Roda: os elevados índices de mortalidade infantil. Com base nisso, a estudiosa analisa debates e ações realizadas por médicos pediatras para diminuir tal mazela que atingia a saúde dos infantis órfãos e abandonados inseridos na Casa dos Expostos.

Já a dissertação de Maihara Raianne Marques Vitoria (2015), nomeada como *Os filhos da Misericórdia: cotidiano e vivências das crianças expostos na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890)*, teve como propósito analisar a trajetória das crianças expostas diante da classificação racial atribuídas à elas, além de compreender os impactos da instauração da Lei do Ventre Livre em relação à crescente prática de enjeitamento dos filhos das escravas, conhecidos esses como “ingênuos”. Ademais, Vitoria (2015) buscou compreender as reações discursivas médicas e governamentais sobre os índices de mortalidade infantil nesse espaço de acolhimento e, para isso, utilizou relatórios médicos e jornais para fundamentar as questões orientadoras aos problema de sua produção acadêmica apresentada em torno do abandono, bem como os meios de inserção no mundo do trabalho dos pequenos expostos.

Outra investigação realizada na mesma localidade foi de Alan Costa Cerqueira (2016), com sua dissertação intitulada *Órfãos a trabalhadores: trajetórias das*

*crianças expostos no Asilo Nossa Senhora da Misericórdia da Bahia (1862-1889)*. A proposição de seus estudos permeou através da análise das estratégias institucionais voltadas à criação das crianças expostas e órfãos de modo que pudessem torná-los seres úteis para o trabalho em decorrência da formação educacional desenvolvida nos espaços asilares organizados para tal fim. Nesse sentido, Cerqueira (2016) apropriou-se de leis, periódicos e documentos oficiais e institucionais da Santa Casa de Misericórdia da Bahia para compreender o pensamento das autoridades da época, bem como problematizar as relações raciais e de gênero no tratamento daqueles pequenos inseridos na Roda e, futuramente, destinados ao Asilo.

A dissertação de Maria Beatriz de Oliveira e Silva (2010), nomeada como *A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a Assistência aos Expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944)*, perpassa através da análise das práticas de cuidados e prestação de educação às crianças expostas mediada por meio das relações de poder dos personagens sociais integrantes da Casa da Roda de São Paulo. E, para desenvolver debates acerca do tratamento dado às crianças abandonados pelos responsáveis administrativos, Silva (2010) apropria-se dos relatórios desenvolvidos pelo mordomo e pelo médico da instituição para tecer reflexões em torno da trajetória dos bebês que eram deixados na Roda até a designação às amas-de-leite, bem como, a introdução desses pequenos sujeitos à escola. E, diante da inserção à escolarização, Silva (2010), também, buscou analisar os relatórios registrados pela assistente social e pela professora que contribuía na educação dessas crianças.

A tese de Alcileide Cabral do Nascimento (2006), intitulada *A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)*, historicamente, busca compreender a frequente causa do abandono e do infanticídio como uma mazela sociocultural na cidade de Recife, a datar entre período colonial até meados do império. Para isso, Nascimento (2009) apropria-se da perspectiva Foucaultiana para tecer reflexões acerca governamentalidade sob as crianças desvalidas mediante um plano político, mediado pela gestão de Tomás Jose de Melo para combater as frequentes morte dos enjeitados por meio da instauração da Casa dos Expostos em tal local já mencionado. Além do mais, no desenrolar de seus estudos, é possível compreender a instauração da assistência à criança abandonada como um subterfúgio social para

afastar esses pequenos da criminalidade e da pobreza, que desestruturavam a ordem pública e, para isso, Nascimento (2009) aponta que a disciplinação através da instrução de ofícios voltados à formação para o trabalho foi um recurso utilizado para moldar hábitos e comportamentos, porém, identifica-se que, também, foi um meio para reforçar a exclusão e desigualdade social em relação às crianças enjeitadas.

A dissertação de Andre Luiz Moscaleski Cavazzani (2005), nomeada *Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII)*, diferencia-se das outras pesquisas apresentadas até o momento, uma vez que Cavazzani (2005), parte de uma investigação na cidade de Curitiba, onde, no período colonial, não havia uma assistência institucionalizada às crianças abandonadas em virtude de não haver uma Santa Casa de Misericórdia instaurada no local, bem como a Câmara Municipal foi omissa em relação à atenção aos enjeitados. Com base nisso, o referido estudioso apropria-se de atas de catolicidade, que tinha como registro os batismos, casamentos e óbitos, para compreender a jornada dos bebês abandonados através dos cuidados domiciliares oferecidos por personagens sociais que os acolhiam para criação na referida cidade. Outra pesquisa que distancia-se da assistência institucionalizada é de Luciana Viana Ferreira (2011), com sua dissertação intitulada *A criação de enjeitados em Vila Rica: a permanência da caridade (1775-1850)*, a citada pesquisa teve como princípio compreender as ações e providências da Câmara Municipal em relação ao atendimento à infância abandonada em Vila Rica, atualmente cidade esta conhecida como Ouro Preto. Ademais, Ferreira (2011) procurou entender a pertinência da participação do Estado no período Imperial diante da transição de concepções acerca do atendimento à infância abandonada, isto é, a caridade e a filantropia.

Nos encaminhando ao Rio Grande do Sul, Jonathan Fachini da Silva contribuiu com duas notáveis produções acadêmicas, denominadas *Os filhos do destino: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)* (2014) e *A Assistência e a Exposição de Crianças na formação de um território (Rio Grande de São Pedro, século XVIII e XIX)* (2019). Respectivamente, em sua dissertação, Silva (2014) apresenta relevantes debates no que diz respeito ao tratamento das crianças expostas em um contexto o qual ainda não havia a

assistência institucionalizada devido a inexistência de uma Santa Casa de Misericórdia na capital gaúcha. Dessa maneira, sua investigação parte da análise da Câmara Municipal em relação sua atuação através da organização financeira e fiscalização sobre o destino dos expostos, visto que famílias eram pagas para criar as crianças abandonadas. Assim, também, Silva (2014) buscou compreender o perfil daqueles cidadãos que acolhiam os pequenos desamparados nos meio domiciliares, bem como desenvolveu reflexões sobre a posição dessas crianças, enquanto sujeitos, na sociedade.

Já em sua tese, Silva (2019) estende-se à pensar na exposição de crianças no território gaúcho em concomitância com a expansão territorial que estava se consolidando entre os século XVIII e XIX. Nesse sentido, Silva (2019) procura compreender como a inserção das concepções do abandono através dos colonizadores, aspectos culturais normalizados pela sociedade europeia, impactaram para a disseminação das mesmas práticas entre as comunidade indígenas e os africanos, que foram trazidos a este território. Nesse sentido, Silva (2019) teve como propósito analisar a reação desses povos no ato de enjeitar crianças, porém, também, os amparar e dar assistência. Diante disso, em ambas pesquisas, Silva apropriou-se de Termos de Vereança e Registros Paroquiais para fundamentar suas investigações, bem como, seus preceitos teóricos-metodológicos utilizados partiram da Demografia Histórica. Apesar de haver pertinentes pesquisas realizadas acerca da assistência às crianças expostas na Província do Rio Grande do Sul, é possível perceber que há poucas produções que dão ênfase aos aspectos da educabilidade dos corpos infantis por meio do ato de cuidado prestado aos pequenos indivíduos em instituições assistencialistas. Com base isso, no próximo capítulo, discutiremos sobre as atuações jurídicas e financeiras das Câmaras Municipais até a instauração das Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas, que se constituíram como as principais instituições de assistência aos infantis órfãs e abandonados, bem como analisaremos suas atuações caritativas e propostas educacionais aos infantis desvalidos.

### **3. ASSISTÊNCIA À INFÂNCIA DESVALIDA NA PROVÍNCIA DE SÃO PEDRO DO RIO GRANDE DO SUL**

A prática da assistência à infância desvalida na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul tem seu início registrado a partir das ações da Câmara Municipal na Vila nomeada, até então, Rio Grande de São Pedro. Essa localidade em questão foi uma das primeiras ligadas à expansão populacional, tendo em vista que sua formação foi instaurada mediante uma longa trajetória de disputas territoriais entre portugueses e espanhóis nos primeiros séculos do período colonial e, “para consolidar seu domínio na área e preservar o comércio na região, a Coroa Portuguesa enviou a expedição do Brigadeiro José da Silva Pais, que, em 1737, fundou a fortaleza-presídio de Jesus-Maria-José em Rio Grande” (PESAVENTO, 2014, p. 21). Assim, estabelecendo naquele lugar, além de uma formação militar, a Vila de São Pedro também recebeu órgãos responsáveis pela gestão administrativa e jurídica a fim de atuar nesse novo território, principalmente na intenção de auxiliar aos processos civilizatórios daquela nova região. Todavia, “entre 1751 e 1811, existiu apenas uma Câmara, a da Vila do Rio Grande” (TORRES, 2002, p. 48).

Para a Coroa Portuguesa, ter o poder territorial dessa Vila era benéfico em virtude de ser um local estratégico frente as ações militares e, também, relevante economicamente no que tange comercialização de gado existente naquele espaço. Entretanto, em 1763, novamente sob invasão espanhola, a Câmara Municipal precisou ser reconfigurada para uma nova localidade, sendo realocada para o Arraial de Viamão, situação em que ocasionou a perda das Atas de Vereança registradas anteriormente a 1766 e, “anos mais tarde (1773), por decisão do governador, José Marcelino de Figueiredo (1769-1780) a Câmara foi transferida novamente para a recém-fundada Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre” (SILVA, 2014, p. 67).

Apesar dos poucos registros acerca da assistência de crianças na Vila do Rio Grande, é possível constatar que essa prática já era efetiva, pois foi ordenado que o Procurador da Câmara fosse responsabilizado pelo cuidado com a alimentação e vestimenta dos enjeitados, conforme se fazia na Vila de Rio Grande (TERMO DE VEREANÇA, 06/09/1773). Assim como, é possível identificar que o mesmo ocorria em Viamão, pois, no Termo de Vereança datado em 17 de Outubro de 1767, foi exigido que mandasse criar uma criança enjeitada deixada à porta da casa de

Critante de Souza (TERMO DE VEREANÇA, 17/10/1767). Em relação às repartições das autoridades administrativas na Câmara, é relevante ressaltar que cada atribuição possuía um cargo, isto é, a governabilidade responsável pela organização de normas e encaminhamentos jurídicos, de acordo com Silva (2014, p. 67),

Era composta por *oficiais da câmara*, (seis oficiais eleitos trienalmente) que se distribuíam entre juizes (dois ordinários, que se revezavam ao longo do ano), vereadores (três no total), o procurador do conselho (geralmente estava sob a autoridade dele a distribuição das crianças expostos às famílias criadeiras). Ainda havia outros cargos de menor importância que eram indicados pelos oficiais camarários, como juiz vintenário, juiz de órfãos, juiz almotacé, carcereiro, tesoureiro e porteiro [...].

Com base nisso, a partir da instauração da Câmara no povoamento de Viamão, identifica-se que foi dada uma atenção à eleição para Juiz de Órfãos, uma vez que essa vaga estava disponível desde a transferência para o novo local, demonstrando que a orfandade estava em pauta desde a época colonial, assim como os seus respectivos cuidados e assistência para a criança abandonada<sup>10</sup>. Em 7 de Março de 1767, sob a fiança de 200\$000 foi apossado o Capitão Domingos de Lima Veiga (TERMO DE VEREANÇA, 07/03/1767) para atribuição das funções de Juiz de Órfãos. Igualmente, outras indicações também foram realizadas para a ocupação desse cargo no decorrer dos anos. Dessa maneira, apesar de não haver uma formalidade eleitoral em relação à posse desse cargo dentro da estrutura governamental da Câmara Municipal, Cardozo (2018, p. 86) entende que:

[...] o Juiz de Órfãos tinha sob sua responsabilidade, além dos órfãos (menores de idade) e questões relativas às famílias — as quais envolviam a realização de inventários e partilhas—, um bom capital financeiro advindo dos processos que administrava e a ele eram afiançados, recursos que poderiam ser emprestados ao Estado ou a particulares. Sendo assim, não podemos acreditar que se tratasse de um cargo “sem prestígio” ou “menor” no que diz respeito à magistratura e à sociedade em geral [...].

---

<sup>10</sup> Pelo Alvará Régio de 1775, o exposto estava no mesmo nível jurídico da criança órfã (SILVA, 2014, p. 76).

Dando continuidade, em 1773, quando a Câmara é instaurada na Freguesia Nossa Senhora Madre de Deus de Porto Alegre<sup>11</sup>, como já mencionamos, há uma atenção maior ao encaminhamento dos pequenos abandonados às famílias que desejassem adotá-los. Essa prática pode ser percebida quando foi reportado o enjeitamento de uma criança à porta da casa de um indivíduo chamado Manoel Bento da Rocha, o qual entregou para o Procurador do Conselho, que nomeou a pequena como “Izabel”, e a direcionou para a criação (TERMO DE VEREANÇA, 18/12/1773). Dessa maneira, o Procurador ficava como responsável pela organização financeira em relação ao pagamento da criação, vestimenta e alimentação, porém, “no caso sugerido, em que a família optasse por acolher a criança após os setes anos, era de sua responsabilidade dar-lhe educação, sustento e vestimenta” (SILVA, 2014, p. 76). Em relação às quantias pagas, em 5 de Abril de 1777, foi registrado que “passava-se a pagar somente 1\$600 por mês a cada uma das pessoas encarregadas da criação dos mesmos” (TERMO DE VEREANÇA, 05/04/1777), visto que anteriormente o valor dado era de 3\$200. Com base nisso, é possível perceber a presença de algumas fragilidades quanto às despesas com a infância abandonada, principalmente, em virtude das dificuldades e limitações com os recursos atribuídos aos infantis desvalidos. A diminuição financeira para o manutenção da subsistência da criança e do cuidador pode ser considerada como sendo uma mazela monetária que permaneceu em pauta governamental até o período imperial, situação que será debatida com maior ênfase no decorrer do presente estudo.

Quanto aos casos de mortalidade dos pequenos enjeitados, também, a Câmara Municipal era encarregada em prestar recursos financeiros para a realização dos velórios, sendo esse custo mais um empecilho econômico para o mencionado órgão governamental e, conseqüentemente, desenvolvendo entraves sociais com aqueles cuidadores responsáveis pela criação, uma vez que havia a exigência do auxílio para a realização desse ato funerário. Porém, nem sempre tal demanda foi cumprida de acordo com os conformes regidos pelas normas. Além do

---

<sup>11</sup> Porto Alegre surge como freguesia em 1772 a partir do desmembramento da Freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Viamão e como sede administrativa do Continente do Rio Grande de São Pedro no ano seguinte. A importância gradativa que a localidade vai galgando no século XVIII muito se deve ao empenho do então governador da Capitania, José Marcelino de Figueiredo, mas também ao fato de sua posição geográfica ter acesso ao rio/estuário Guaíba, que permite acesso à Lagoa dos Patos e à localidade de Rio Grande, último marco português no continente americano e área de constantes disputas entre portugueses e espanhóis (CARDOZO, 2018, p. 64).

mais, cabe ressaltar que ainda não havia uma prática de assistência mais institucionalizada nessa região, com isso, nota-se que as motivações para o atendimento às crianças órfãs e abandonadas eram perpetuadas por um fundamento de cunho religioso voltado unicamente à caridade, uma vez que “numa sociedade de Antigo Regime, mesmo que no extremo sul dos trópicos, como a Madre de Deus, cuidar de um exposto ou mesmo apadrinhá-lo, gerava uma dívida de gratidão entre criador e exposto (criado)” (SILVA, 2014, p. 56), podendo acarretar esse ato de adoção como uma atitude a ser respeitada perante os olhos da sociedade, além da gratificação pessoal mediante o seguimento dos preceitos cristãos. No entanto, não desconsideramos a possibilidade de haver razões escusas no processo de criação dos pequenos, como, por exemplo, o acolhimento desses infantis abandonados para futura contribuição trabalhista dentro de um contexto social e de estrutura familiar do século XIX.

No século XIX, os poderes territoriais firmados a partir da “Resolução Régia de 27 de abril de 1809, que criou as quatro primeiras vilas da Capitania” (TORRES, 2002, p. 55), sendo essas as Vilas de Porto Alegre, Rio Grande, Rio Pardo e Santo Antônio, possibilitou maior ingerência e atuação das Comarcas sobre a população. Com isso, cada local havia sua própria Câmara instituída para assegurar as prestações dos serviços públicos e organizar setores políticos-administrativos. Todavia, quando o Brasil se tornou politicamente independente, a então Capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul, a qual adquiriu essa denominação por volta de 1807, passou a ser nomeada como Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sendo integrada como uma das províncias do Império brasileiro. Além do mais, em 1822, a Capital da Província adquiriu o estatuto de “cidade” e não mais como “Vila”, contudo, nesse local “a política relativa aos expostos permanecia a mesma, as famílias criadeiras recebendo os salários devidos, porém com atrasos” (SILVA, 2014, p. 86). Mesmo diante de um novo cenário administrativo, a questão financeira permanecia sendo um impasse aos cofres públicos, assim como já vinha ocorrendo na Vila de Rio Grande, conforme relatado no Jornal *O Noticiador*, em 1833, em relação às seguintes tomadas de decisões pela Câmara Municipal sobre o atendimento aos expostos:

A Câmara Municipal desta Vila, onerada com uma dívida de mais de 7:000\$, tendo apenas 340\$rs. de despesa anual, para fazer face a sua despesa, que excede a 2:000\$ viu-se na dura colisão de resolver não continuar a receber expostos; mas tendo a despender

anualmente com os que tem para cima dele 1:000\$ e estando já esgotada a filantropia do Povo, por contínuas subscrições, acordou dirigir-se a V. Ex. em Conselho suplicando haja de aplicar para o dito fim, alguma parcela das sobras da Província, ou do que foi designado para as despesas eventuais (O NOTICIADOR, 27/11/1833).

Mediante a alta demanda de crianças abandonadas nessa localidade, é possível notar as dificuldades no gerenciamento das despesas para a assistência, bem como havia a árdua tarefa de direcionar esses pequenos para famílias diversas, visto que, geralmente, esses infantis eram deixados às portas de casas de cidadãos comuns, os quais nem todos demonstravam interesse em criá-los. Com isso, optava-se pelo não recebimento dos pequenos em virtude das limitações financeiras postas naquele período à Câmara Municipal da Vila de Rio Grande, ao ponto de recorrerem à possibilidade de realizar negociações governamentais para usufruir dos cofres provinciais a fim de adquirir um respaldo monetário às crianças expostas desse local. Ademais, é possível perceber que, fundamentados pelos atos caritativos, personagens sociais doavam valores para a contribuição da criação dos infantis desamparados, porém, ainda não atendia a totalidade necessária dos recursos.

Entretanto, identifica-se que apesar de ainda não haver uma prática de assistência institucionalizada na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, já havia o emprego do mecanismo da Roda dos Expostos, instituída pela Câmara dessa Vila, uma vez que, em 15 de Agosto de 1832, foi anunciado no Jornal *O Noticiador* – por Joaquim dos Santos Paiva, professor encarregado pela vacinação da população, que sob ordenamento da mencionada Câmara tornava público que todas terças e sextas-feiras, das dez horas da manhã até ao meio dia – que seria aplicado vacina, gratuitamente, na sala em que se achava colocada a roda dos Expostos (O NOTICIADOR, 15/08/1832). Dessa maneira, entende-se que havia um espaço específico para o acolhimento dos bebês enjeitados pelos pais. No entanto, mediante a escassez de fontes, há poucos registros que especifique quais eram os cuidados e procedimentos jurídicos realizados no momento que esses pequenos abandonados eram inseridos nesse mecanismo assistencial. Quanto à localização desse espaço em Rio Grande, o Jornal *O Noticiador* (08/10/1832) anunciava que,

Esta vila, uma das mais antigas da Província, e cujo mercado é abundante, e cômodo, tem apresentado desenvolvimento digno de chamar a atenção [...] se tem edificado muito boas casas de sobrado, e outras se estão construindo com elegância e grandeza

[...] uma casa própria da Câmara Municipal, com sua competente Roda para Expostos [...].

Novamente nos remetendo à Câmara Municipal de Porto Alegre, após a Lei dos Municípios, de 1 de Outubro de 1828<sup>12</sup>, abriu-se a possibilidade para que as instituições de caridade, como, por exemplo, as Irmandades das Misericórdias, assumissem a incumbência pelo acolhimento das crianças expostas. Com base nisso, Gertze (1990, p. 52) menciona que, “em 1830 a Câmara já tentara em duas ocasiões passar a responsabilidade para a Santa Casa, sem sucesso”. Contudo, a partir de 1837, essa realidade se modificou, uma vez que, pela primeira vez, a Santa Casa de Misericórdia da Capital, sob imposição da Assembleia Legislativa Provincial, passou a assumir o compromisso pelo acolhimento das crianças desvalidas. Dessa forma, surgiu uma modalidade de assistência institucionalizada na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, discorreremos, a seguir, acerca do processo de instauração das Irmandades Caritativas nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas até a concretização das práticas formais de assistência à infância desvalida.

### **3.1 “Mudança profícua aos infelizes abandonados”: os cuidados aos órfãos e expostos nas Santas Casas de Misericórdia de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas**

Como já foi apresentado no capítulo anterior, as práticas de assistência à infância desamparada foram inspiradas nas existentes instituições de caridade oriundas de Portugal, visto que “foi no Regimento do Hospital de Todos-os-Santos, de 1504, que pela primeira vez a Coroa Portuguesa fixou um conjunto de medidas tendentes à protecção institucional das crianças abandonadas” (ABREU, 2008, p. 31). Todavia, no Reino português, a primeira Misericórdia foi instaurada na cidade de Lisboa, no ano de 1498, sob intermédio da Rainha D. Leonor, a qual previa em seu regimento o cuidado dos expostos, uma vez que uma das principais premissas para a inauguração dessa Irmandade partiu mediante a intencionalidade de desenvolver

---

<sup>12</sup> Lei dos Municípios, Título III, Art. 69. Cuidarão no estabelecimento, e conservação das casas de caridade, para que se criem expostos, se curem os doentes necessitados, e se vaccinem todos os meninos do districto, e adultos que o não tiverem sido, tendo Medico, ou Cirurgião de partido. Art. 76. Não podendo prover a todos os objectos de suas attribuições, preferirão aquelles, que forem mais urgentes; e nas cidades, ou villas, aonde não houverem casas de misericordia, attentarão principalmente na criação dos expostos, sua educação, e dos mais orphãos pobres, e desamparados. Disponível em [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lim/lim-1-10-1828.htm).

econômica, política e socialmente um “programa que procurava captar a comunidade dos fiéis, ainda que com responsabilidades diferenciadas de acordo com a qualidade dos membros [...] num universo social compósito, unido pelos valores da caridade cristã” (ABREU, 2008, p. 40).

Foi exatamente a partir dessa herança sociocultural trazida pela colonização, desdobrada por meio dos reflexos da mentalidade e contextos sociais da época, que se estruturou uma política-administrativa voltada à institucionalização do atendimento aos sujeitos desvalidos na instauração das Misericórdias durante o Império. Essa perspectiva de assistência pode ser percebida, sobretudo, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, uma vez que, no Relatório do Presidente da Província, Antônio Rodrigues Fernandes Braga, em 1835, a Santa Casa de Misericórdia da Capital era considerada como um dos mais notáveis Estabelecimentos de Caridade, a qual foi projetada durante muitos anos pelos esforços dos habitantes de Porto Alegre (RPP, 1835).<sup>13</sup> No entanto, apesar de o Presidente de Província tecer elogios à mencionada Irmandade e à contribuição da comunidade para a inauguração da mesma, muitos desafios foram enfrentados para a permanência do funcionamento desse hospital, principalmente devido aos diversos momentos em que a instituição esteve próximo do fechamento. Já, no caso de Rio Grande e Pelotas, no decorrer de alguns anos, essa prática assistencial à população foi (re)modelada até a instauração, de fato, da Santa Casa de Misericórdia.

Ao refletirmos sobre a criação das Misericórdias, a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi uma das localidades mais tardias em relação às outras regiões brasileiras no que diz respeito a fundação das Santas Casas de Misericórdia. No caso de Porto Alegre, somente após a chegada de Joaquim Francisco do Livramento, vindo de Desterro, cidade atualmente nomeada como Florianópolis, comovido pelos escassos meios de socorros públicos prestados à população empobrecida da capital, foi “[...] quem levou a representação da Câmara da Vila de Porto Alegre a Portugal pedindo autorização, obtida em 1803, para a construção de um nosocômio para socorrer os pobres” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 77). Dessa maneira, em 1814, foi firmada essa nova Irmandade no local, porém apenas a partir de 1822 que ela tem sua organização estrutural e administrativa melhor estabelecida e reconhecida oficialmente pelo governo imperial. Entretanto,

---

<sup>13</sup> Sigla utilizada para Relatório do Presidente da Província.

em 1833, foi proferido no Relatório da Repartição dos Negócios do Império, pelo Ministro Antonio Pinto Chichorro da Gama, a seguinte problemática vivida pelo hospital: “A Santa Casa da Cidade de Porto Alegre está em termos de fechar-se, por falta de rendimentos, segundo informou o respectivo Provedor ao Presidente da Província” (BRASIL, 1833, p. 22-23). Diante disso, é possível entender a razão pela qual a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre demonstrava resistência em assumir integralmente a responsabilidade pelo acolhimento das crianças órfãs e abandonadas, conforme solicitado previamente pela Câmara Municipal, uma vez que não havia recursos necessários e infraestrutura suficiente para o recebimento dos pequenos na referida instituição, que perpassava por uma situação de calamidade quanto ao seguimento de seu funcionamento.

Nos remetendo à Rio Grande, a firmação da Santa Casa de Misericórdia nessa cidade foi estabelecida em passos lentos, diferente de Porto Alegre, uma vez que a prestação de socorros à comunidade em situação de vulnerabilidade social começou ainda no início do século XIX, mais especificamente em “20 de Novembro de 1806, quando o padre Francisco Ignácio da Silveira, reunido a outras pessoas toma a iniciativa de criar a Sociedade Beneficente” (RODRIGUES, 1985, p. 29). A partir de 1825, representantes religiosos, filantrópicos e políticos, inspirados nas ações assistenciais realizadas pela Santa Casa de Misericórdia da capital, pôs em debate o interesse em criar um hospital de caridade nessa Vila, a qual foi aceita pelos governantes da época. Contudo, havia a necessidade de adquirir um terreno amplo para a consolidação desse projeto e, para isso, Rodrigo Fernandes Duarte, o qual tinha um lote disponível, realizou uma solicitação à Câmara Municipal pedindo a autorização pela cedência desse espaço destinado à construção dessa instituição. Dessa maneira, a mencionada propriedade hospitalar passou a ser edificada com o aval do Presidente da Província José Egídio Gordilho, em 1826, e firmado por meio do Decreto Imperial de 29 de setembro de 1828.

Muitos obstáculos foram encontrados no que diz respeito aos procedimentos burocráticos para a finalização das construções desse novo hospital na Vila do Rio Grande. No entanto, “[...] desde o dia 20 de Novembro próximo passado principiou a enxugar lagrimas dos infelizes enfermos, a quem suas circunstâncias não levado àquele jazigo da miséria” (O NOTICIADOR, 07/02/1832). Tanto que, em 18 de Novembro de 1831, o conselho administrativo composto pelo presidente da

Sociedade de Beneficência Francisco Xavier Ferreira, pelo Padre Bernardo José Viegas e pelos secretários Izabel Eufrazia de Oliveira, Anna Joaquina Affonso Braga, João Francisco Vieira Braga, Antonio José Affonso Guimarães, Rodrigo Fernandes Duarte, Francisco Ignacio da Silveira, José Maria de Sá, Custodio José Antunes Guimarães, João da Costa Gularte, Vicente Manoel Espindola (O NOTICIADOR, 06/01/1832), se reuniu, sob a presença do Presidente da Província Manoel Antonio Galvão, para estabelecer o estatuto da Sociedade de Beneficência. Nesse sentido, a citada organização, no Artigo 1º, estabelecia em seu regulamento, cunhados pelos preceitos caritativos, o dever pelo tratamento dos doentes necessitados e o cuidado pela educação dos expostos, órfãos e filhos de pais pobres (O NOTICIADOR, 06/01/1832), além de instaurar outras normativas a fim de oportunizar um apoio social e sanitário à população local. Diante disso, nessa ocasião, em 12 de Dezembro de 1831, o Presidente da Província profere a seguinte fala acerca da sua participação nessa formalidade organizada pela mais recente Mesa Administrativa da Sociedade de Beneficência:

Tive a satisfação de receber a participação, que me dirigiram, da instalação da Sociedade de Beneficência, cuja direção tão dignamente lhe foi confiada, e sendo assas louváveis os fins a que se destina, não posso deixar de render desde já os devidos louvores aos sentimentos de humanidade das pessoas, que a compõe, protestando-lhes, que uma tal associação não só é merecedora da minha aprovação, como que não saberei eximir-me de a coadjuvar, em tudo aquilo que estiver ao meu alcance (O NOTICIADOR, 06/01/1832).

Como podemos notar, com o apoio dessa autoridade provincial, a Sociedade de Beneficência adquiria relevância social através da prestação de serviços na Vila do Rio Grande mediante motivações caritativas. Entretanto, devido a dificuldades, como o recorrente problema financeiro e o acúmulo de dívidas, “o já benemérito Rodrigo Fernandes Duarte, à frente de outros abnegados cidadãos, propõe, em princípios de 1835, transformar a Sociedade de Beneficência em uma Irmandade de Espírito Santo e Caridade” (RODRIGUES, 1985, p. 39), uma vez que alinhar o hospital à cristandade, com o objetivo de captar fiéis religiosos mediante a expectativa do apoio donativo inspirados pela caridade pública, poderia ser um recurso para a continuidade de seus trabalhos na cidade de Rio Grande, a qual perdeu o estatuto de “Vila” nesse mesmo ano. Porém, a mentalidade caritativa acerca dos socorros públicos já vinha sendo modificada aos poucos em nosso país,

do mesmo modo como o Estado começava a tomar as rédeas administrativas no que tange ao apoio jurídico e financeiro dos hospitais de caridade ao redor das Províncias brasileiras perpetuados pela lógica filantrópica.

Uma dessas influências para uma nova concepção emergente ao filantropismo está relacionada ao movimento médico-higienista que, paulatinamente, vinha sendo sustentado no século XIX, tendo em vista que “a medicina no Brasil, e particularmente no Rio de Janeiro, avançou em seu processo de legitimação social, seja pela ancoragem institucional, seja pelas estratégias de aprofundamento e de vulgarização do conhecimento médico postas em ação” (GONDRA, 2004, p. 87). Com base nisso, se antes as práticas assistenciais aos sujeitos desvalidos estavam fundamentadas pela intencionalidade em prestar unicamente a caridade pautada na fé cristã, após a expansão do empirismo no campo da saúde, a racionalidade por meio da ciência passava a instigar reflexões entre os políticos da época. Assim, implicou-se em uma nova ideia assistencial voltada à filantropia, uma vez que no Hospital de Misericórdia da Corte foi identificado um número de enfermos superior à capacidade (BRASIL, 1834), além de ter o assistencialismo cristão como um ato considerado obsoleto pelas autoridades imperiais, conforme expressado abaixo:

O Hospital da Misericórdia sente atualmente embaraços, para preencher as intenções de seus Instituidores e Benfeitores, e mesmo para satisfazer a expectativa pública, já porque o seu Compromisso, por muito antiquado, não está em acordo com os tempos em que vivemos, já pelos defeitos inerentes às grandes administrações, cometidas a Corpos coletivos; [...] (BRASIL, 1835, p. 19).

Importante observar que, no capítulo anterior, procuramos identificar a transição da mentalidade caritativa ao filantropismo por meio da fala do Ministro do Império Joaquim Vieira da Silva e Souza, em 1834, quando o mesmo, diante de uma ótica econômica, social e política, discordava dos serviços que vinham sendo prestados pelas Irmandades caritativas aos desvalidos, incluindo os infantis desamparados. Dessa maneira, foi sugerido que as Assembléias Legislativas Provinciais aderissem ao controle administrativo das Misericórdias, de modo que essa discussão foi retomada pelo Ministro e Secretário de Estado José Ignacio Borges, na reunião da Assembléia Geral Legislativa, em 1836, ao refletir que “no último relatório deste Ministério emitiu então, luminosas ideias sobre esta matéria, e se elas não foram imediatamente acolhidas, não pode entrar em dúvida que o serão com o andar dos tempos” (BRASIL, 1835, p. 19). Na Província de São Pedro do Rio

Grande do Sul, notamos que o governo provincial de fato acatou tais sugestões, porém, durante muitos anos não esteve ativamente presentes nas tomadas de decisões ou proposições sobre as instituições assistencialistas devido um longo conflito instaurado na região, o qual discorreremos no decorrer desse estudo. Contudo, a situação da infância desamparada não deixou de estar presente nas discussões governamentais, como, por exemplo, na Câmara Municipal de Rio Grande, cidade essa que ainda não havia uma Santa Casa de Misericórdia instaurada, ao proferirem que:

Por muitos e mui justos títulos deve ter lugar especial em uma Estatística esta infeliz porção da população abandonada às portas da vida pela insensibilidade, ou pela miséria; mas recomendada à Autoridade Nacional pela humanidade, pela moral, e pela conveniência geral da associação! Os expostos entram em uma Estatística não só como uma porção do Estado, e como um elemento do seu futuro poder, mas igualmente como um dado para julgar do estado da moral pública, e como um objeto de despesa nacional, que deve ser atendido, e deve influir na confecção das Leis regulamentares das Municipalidades, da educação pública e de outros muitos ramos da Legislação [...] Devendo pois compreender estes objetos no trabalho de que estou encarregado, dirigi-mo logo às Municipalidades por serem as corporações que a Lei habilita para poderem melhor satisfazer-me sobre tal assunto: e lhes pedi, em quanto aos expostos, não só o seu número e afluência em um tempo designado, mas igualmente a sua classificação por cores, e sexos, e a notícia da mortalidade, da despesa anual, e dos meios que lhe são aplicados [...] (O NOTICIADOR, 15/08/1834).

Na sociedade oitocentista, o abandono infantil às ruas foi refletido nesse discurso como um ato imoral realizado por diversos cidadãos, seja pela extrema pobreza dos seus genitores ou pela falta de sensibilidade humana. Com base nisso, por mais que os infantis desvalidos tivessem uma sofrível vivência em virtude de uma desestruturação familiar, ou a falta dela, os quais eram submetidos desde o nascimento, é possível notar um olhar governamental sobre esses pequenos como sujeitos reveladores das mazelas existentes à época através de uma análise categórica sobre seus perfis. Nos apropriando de Chartier (2002, p. 23), esse posicionamento governamental em relação à necessidade em classificar os infantis abandonados estão fundamentados nas “formas institucionalizadas e objectivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias colectivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, da classe ou da comunidade”. Assim, reconhecendo a posição identitária desse corpo social dentro de uma determinada coletividade.

Dando continuidade às discussões acerca da Irmandade Espírito Santo e Caridade, a referida instituição foi firmada em 15 de Março de 1835. Quanto à adesão pela inserção de uma Roda dos Expostos no hospital, após a solicitação da Assembléia Legislativa Provincial pela incumbência da assistência aos expostos de Rio Grande, “em 5 de agosto de 1838, o tesoureiro da Irmandade do Espírito Santo e Caridade [...] Francisco Manuel dos Passos afirmava que a irmandade não poderia assumir tal encargo” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 191). Em primeiro momento, assim como na Santa Casa de Porto Alegre, acolher infantis órfãos e abandonados não era interessante, pois demandava um alto investimento com as contratações de pessoas responsáveis pelo cuidado dos expostos, como, por exemplo, as amas-de-leite ou famílias criadeiras. Ademais, a mortalidade infantil perpetuava em larga escala naquele período, podendo ser um prejuízo monetário devido os gastos que seriam necessários para bebês e crianças que sobreviveriam por pouco tempo. Porém, no caso da Santa Casa de Porto Alegre, Gertze (1990, p. 78), identificou que “a Mesa Administrativa não manifestou nenhuma opinião a respeito da imposição que lhe fizera a Assembléia Legislativa Provincial em 1837” quando a mencionada Irmandade assumiu esse dever pelo atendimento aos expostos.

Em 1841, sob mediação de Clemente Pereira, “então provedor da Misericórdia Carioca” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 53), a Irmandade Espírito Santo e Caridade, enfim, foi reconfigurada à nomeação de Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. A emergência para ampliação desse hospital está relacionada com a Guerra dos Farrapos (1835-1845)<sup>14</sup>. Assim, tornou-se um dos pertinentes centros de saúde à época para apoio aos militares afetados por essa convulsão bélica. Quanto ao

---

<sup>14</sup> Através da criação de gado e da produção de charque, o Rio Grande do Sul integrou-se à economia central de exportação de forma subsidiária, como abastecedor do mercado interno [...] No final do século XVIII, o enriquecimento proporcionado pelo charque contribuiu para agravar os pontos de atrito existentes entre a camada senhorial local e os representantes da Coroa. Clãs familiares enriquecidos passaram a pressionar o governo no sentido de obter cada vez mais poder e autoridade, usufruindo dos cargos em proveito da consolidação da sua riqueza [...] Em termos de Brasil, a vinda da família real em 1808 foi um incidente que serviu para agravar as tensões dentro de uma situação já estruturalmente desequilibrada, bem como encaminhar a independência do Brasil para uma determinada forma: a constituição de uma monarquia unitária e centralizada [...] Através desse mecanismo centralizador, podia a província produzir muito, sem que, contudo, conseguisse reter parte significativa das rendas [...] Os ressentimentos se acumulavam não só no Rio Grande do Sul como em outras regiões do país de economia também subsidiária, propiciando a eclosão de uma série de rebeliões provinciais marcadas pela presença de ideias federalistas e republicanas e denotando a presença das oligarquias locais não satisfeitas contra a política imperial. No Rio Grande do Sul, em 20 de setembro de 1835, eclode a Revolução Farroupilha, na mais longa das rebeliões regenciais, que por dez anos manteve uma luta armada contra as forças imperiais (PESAVENTO, 2014).

direcionamento dos expostos à Santa Casa, que, até então, estava sob responsabilidade da Câmara Municipal, em 1842, foi solicitado à essa nova Misericórdia da Província a incumbência pelo atendimento aos órfãos e abandonados dessa cidade, porém, “somente em 1º de Julho do ano seguinte é que o Presidente da Província, Barão de Caxias, autorizou esta transferência de atribuições” (RODRIGUES, 1985, p. 47). Assim, sendo criada a segunda Roda dos Expostos na Província. Dessa maneira, em 13 de Fevereiro de 1843, a administração da Santa Casa de Rio Grande enviou o seguinte requerimento ao Presidente da Província:

Cumprindo à Mesa da Santa Casa de Misericórdia desta Cidade quanto antes dar começo à continuação da Casa da Roda para os Expostos, em conformidade do Regulamento que V. Ex. houve por bem enviar-lhe com o seu respeitável ofício de vinte e dois de Dezembro próximo passado, necessita, que V. Ex. se digne determinar ao Tesoureiro das Loterias dos Expostos desta Província a entrega da guarda que pertence aos desta Comarca, à pessoa que para isso for encarregado pelo Irmão Tesoureiro para ser despendida na construção do referido prédio, a cujas despesas não pode satisfazer o Cofre da Santa Casa, pela mesquinhez de seus rendimentos [...] (AHRGS, 1843).

Apesar de não haver uma aceitação inicial em relação prestação de socorros às crianças órfãs e abandonadas, entendemos que as Santas Casas de Misericórdia da Província passaram a acolher os infantis expostos mediante à proposição do governo provincial em subsidiar economicamente a partir dos cofres provinciais. Isso fica evidente, por exemplo, quando a Mesa Administrativa da Santa Casa de Porto Alegre, em 1864, demonstrou insatisfação com as ações da Assembléia Legislativa Provincial em relação a redução dos valores destinados aos expostos, de acordo com o Presidente da Província Francisco do Rego Barros, foi reportado que:

Alegaram que não era do compromisso de sua instituição a criação dos expostos; que este serviço esteve à cargo da câmara municipal, segundo a Lei do 1º de Outubro de 1828, mas que passando para a Santa Casa, foi isto feito sob a condição dos cofres provinciais suprirem as quantias necessárias para as despesas; [...] (RPP, 1865, p. 40).

É pertinente ressaltar que não havia naquele período políticas públicas específicas à proteção infantil estabelecidas como hoje em dia, por essa razão o Estado apropriou de instituições caritativas como uma forma de subterfúgio às responsabilidades governamentais, de modo que “mesmo os socorros compreendidos como dever do poder público eram administrados por instituições

privadas” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 151). Nesse contexto, no Relatório Provincial de 1846 foram feitas menções às existentes Roda dos Expostos na Província, bem como, rememoraram a respeito da administração jurídica e financeira que cabia à Assembléia Legislativa Provincial o cumprimento das diversas imposições legislativas instauradas em governos anteriores sobre a assistência à infância desvalida. Nesse contexto, foi analisado que:

A obrigação da criação dos expostos do Município de Porto Alegre, outrora à cargo da respectiva Câmara Municipal, passou em 1838 para a Santa Casa desta Cidade. Mudança profícua aos infelizes abandonados pela ingratidão, ou miséria dos seus progenitores. A Lei Provincial Nº 9 de 22 de Novembro de 1837 consignou a quantia de 12:000\$000 para a criação dos expostos e curativo dos presos pobres. [...] A administração dos Expostos a cargo da Câmara Municipal da Cidade do Rio Grande passou à Santa Casa de Misericórdia daquela Cidade pelo Regulamento do 1º de Dezembro de 1842, que mandei executar em 22 daquele mês, e ano. A Câmara, desonerando-se desta administração, declarou deixar à Santa Casa a responsabilidade do pagamento da dívida antiga feita com a criação dos expostos desde a fundação da Vila até o dia 30 de Maio de 1829, importando 4:112\$222 [...] (RPP, 1846, p. 18-19).

Durante a Revolução Farroupilha, nos que diz respeito à fiscalização financeira das Santas Casas de Misericórdia, identificamos que o governo provincial não esteve diretamente presente nas discussões e tomadas de decisões sobre os encaminhamentos e cuidados com as crianças expostas, apenas cumpriu com as obrigações vigentes instituídas pelas leis e regulamentos em virtude do fechamento da Assembléia Legislativa Provincial diante dessa convulsão beligerante que vinha acontecendo na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Por essa razão, não identificamos relatórios provinciais anteriores ao ano de 1846 que pudessem fazer menções acerca dos trabalhos administrativos realizados pela Santa Casa e aos ordenamentos governamentais sobre os expostos da região, bem como proposições para o destino deles. Contudo, na Ata da Mesa Administrativa de Porto Alegre, na Sessão de 18 de Dezembro de 1842, foi mencionado uma visita à Casa da Roda realizada pelo governante Luis Alves de Lima e Silva, que na ocasião realizou a doação de um valor de 60 mil réis a favor dos expostos (ATA 4, 1842, p. 231), demonstrando que em tempos de conflitos as autoridades provinciais não ignoravam totalmente os institutos assistencialistas. Ademais, após a Guerra dos Farrapos, eventualmente alguns presidentes da Província posteriores ao referido governante também realizaram visitas às crianças órfãs e abandonadas residentes na Casa da

Roda, como, por exemplo, o Presidente José Antônio Pimenta Bueno, que, no Relatório Provincial de 1850, discursou sobre a seguinte questão acerca da Roda existente em Porto Alegre e sobre a continuidade dos serviços prestados pela Santa Casa à comunidade enferma da capital:

No dia 5 de Setembro próximo passado fui visitar a Mesa da St.<sup>a</sup> Casa, e juntamente seu Estabelecimento. É impossível ver sem emoção tão grande números de inocentes, que foram encontrar a caridade, que substituiu os deveres paternos, e que segurou-lhe total os seus nascentes dias, ameaçados do abandono, e da morte! [...] Este estabelecimento abençoado pela Providencia irá vendo com o lapso do tempo crescer suas rendas, e estender seus benefícios, mediante vossos socorros em seus primeiros anos: ele merece que uma comissão vossa vá anualmente visitá-lo, inspecioná-lo, e levar ao seu centro doces esperanças de caridosa proteção (RPP, 1850, p. 32-33).

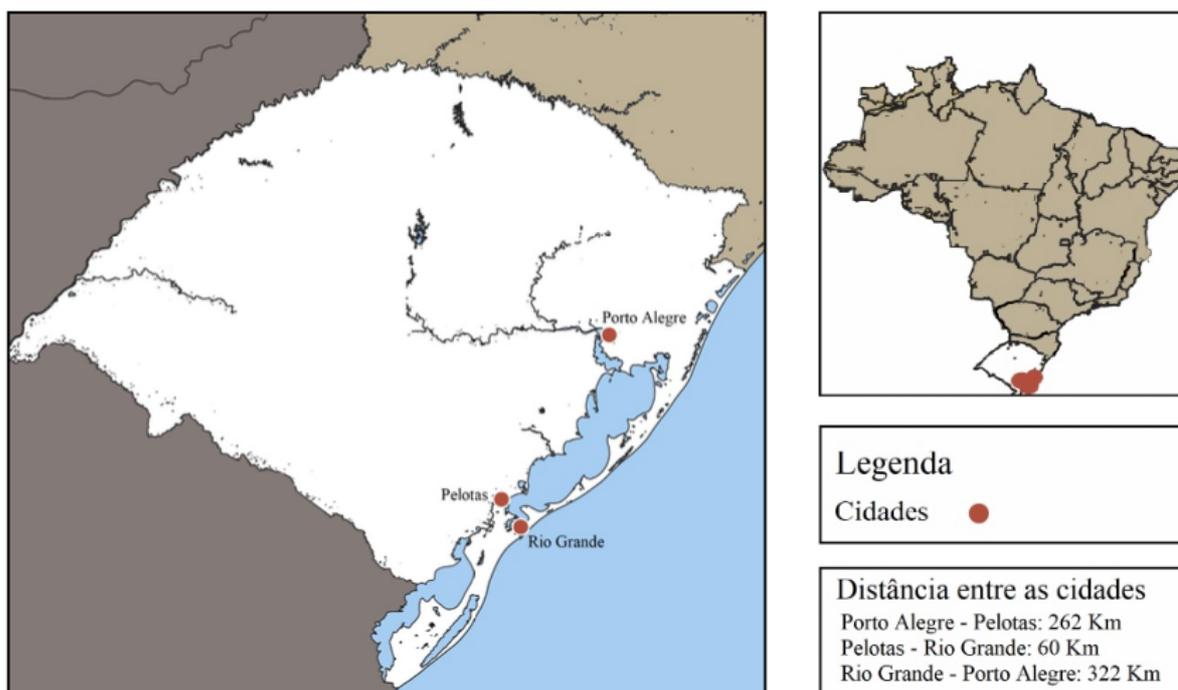
Nessa perspectiva, no contexto Pós-Revolução Farroupilha, é possível refletir que os Presidentes da Província passaram a atuar com maior efetividade sobre as Santas Casas de Misericórdia, o que talvez não foi possível durante o contexto de guerra anteriormente vivido, visto que o foco principal durante quase uma década foi apaziguar as constantes crises políticas.

Nos remetendo à fundação da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas, a citada instituição foi fundada no ano de 1847, sendo que “em correspondência datada de 1845, e enviada pela câmara de Pelotas ao presidente Conde de Caxias sobre as necessidades do município, informa-se que há um terreno para edificação de uma ‘casa de caridade’” (TOMASCHEWSKI, 2007, p. 55), uma vez que ainda não havia um hospital que pudesse atender a demanda populacional enferma e vulnerável economicamente dessa localidade que vinha se expandindo paulatinamente. Nesse sentido, foi relatado pelo Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andrea, em 1849, que “a casa de Caridade desta cidade teve princípio no mês de Janeiro de 1846, em que se instalou a primeira mesa” (RPP, 1849, p. 4), porém, a partir de 15 de Setembro de 1847 que, em uma casa alugada, a Mesa Administrativa começou a organizar o funcionamento do hospital à toda comunidade local. Além do mais, assim como nas já citadas cidades de Porto Alegre e Rio Grande, no caso de Pelotas, houve a necessidade de criar um espaço de acolhimento institucionalizado para as crianças que eram abandonadas. Com isso, foi instituída a terceira Roda dos Expostos na Província, assim, “a criação dos expostos naquele município passou de 1º de Julho de 1849 da Câmara Municipal para a Santa Casa (RPP, 1853,

p. 28), a qual continha apenas 3 expostos sob sua responsabilidade. No decorrer das décadas, “esse serviço vai sendo cada vez mais utilizado pela população, superando a demanda de crianças abandonadas atendidas pela Câmara Municipal” (VANTI, 2002, p. 145).

A partir desse momento, discutiremos os cuidados prestados aos infantis desvalidos inseridos nesses mecanismos de proteção, porém, é relevante ressaltar que a capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foi a cidade onde houve o maior índice de crianças expostas devido ao contingente populacional, por esse motivo a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre estará mais presente nas discussões relativas às prestações de serviços acerca do acolhimento dos pequenos órfãos e abandonados, especialmente por ser a primeira Roda dos Expostos instituída na Província pela Irmandade. Além disso, é interessante considerarmos que “o principal documento a reger o funcionamento das Santas Casas no século XIX foi o alvará régio de 18 de outubro de 1806, que permaneceu válido no Império do Brasil” (TOMASCHEWSKI, 2014, p. 124), motivo pela qual identificamos certas similaridades em relação ao cuidados dos expostos entres as Santas Casas das três cidades aqui analisadas.

**Figura 1** - Localização das cidades onde tinham as Rodas dos Expostos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul no Período Imperial



**Fonte:** Elaborado pela autora.

Primeiramente, quando a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre passou a ser responsável pela criação dos expostos, a Mesa Administrativa precisou instituir um regimento voltado ao atendimento às crianças órfãs e abandonadas. Para isso, foi estabelecida uma comissão encarregada por “4 irmãos da Santa Casa, com as funções de mordomo, escrivão, tesoureiro e procurador [...]. Esses administradores eram nomeados anualmente pela Mesa da Santa Casa, depois de eleitos em escrutínio secreto” (FLORES, 1985, p. 50). Além dessa gestão organizacional, havia funcionários que lidavam diretamente com os infantis desamparados no cotidiano da Roda dos Expostos, como, a Rodeira, a Ama-de-leite, a Ama-de-criação e a Regente, bem como personagens sociais contribuía com a adoção/apadrinhamento.

Inicialmente, para oficializar a responsabilidade da Santa Casa de Porto Alegre pelos expostos, a Mesa Administrativa solicitou informações das crianças abandonadas que previamente estavam sob encargo da Câmara Municipal com o objetivo de estabelecer futuras tomadas de decisões da recepção dos infantis desvalidos nessa instituição assistencial. Em 2 de Fevereiro de 1838, o ofício em retorno ao que foi solicitado pela Santa Casa às autoridades municipais foi lido em Sessão, nele o Provedor analisou que não haviam todas as declarações completas sobre o que pertencia aos infantis desvalidos conforme ordenado pela comissão da Irmandade, diante disso, reforçaram a necessidade em pedir novamente um novo documento que pudesse constar “os títulos de terrenos de aforamento, Loterias, e de tudo o mais a benefício dos expostos” (ATA 4, 1838, p. 65). De imediato, houve a proposição em localizar um espaço destinado para a edificação de uma Casa com Roda, bem como, contratar Amas-de-leite (ATA 4, 1838). Essas foram uma das primeiras medidas realizadas a fim de oportunizar uma melhor organização de um atendimento institucionalizado às crianças abandonadas na Província.

Em Rio Grande, a Câmara Municipal enfrentava diversas dificuldades financeiras em relação as dívidas que vinha contraindo com a criação dos exposto. A primeira incumbência determinada à Santa Casa de Misericórdia nessa ocasião foi assumir a quitação de um déficit monetário antes de estabelecer a organização do cuidado das crianças abandonadas. Com base nisso, a partir da solicitação da Mesa Administrativa, em cumprimento ao Artigo 2º do Regulamento de 1 de Dezembro de 1842 instaurado pelo Presidente da Província Luis Alves de Lima e Silva, a

municipalidade apresentou, em sessão, um “quadro demonstrativo do quanto se deve às amas dos Expostos desde a criação da Vila até o dia trinta de Maio de mil oitocentos e vinte e nove, ficando o pagamento de humilhante dívida à cargo da Santa Casa de Misericórdia e dele exonerada esta Câmara” (AHRGS, 1843, Maço 4, AR 2). Assim, identifica-se que foi contabilizada uma quantia total de 4:112\$222 para a remuneração das amas responsáveis pela criação dessas crianças abandonadas. A partir disso, o Provedor da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande José Vieira Vianna, analisou que a referida instituição não teria o valor suficiente para a partir dos cofres da Irmandade, uma vez que havia a expectativa em fornecer um melhor atendimento às crianças expostas mediante a necessidade em contratar os serviços das amas de leite que “presentemente não se acham por menos de dezesseis mil réis mensais” (AHRGS, 1843, Maço 4, AR 2). Dessa maneira, coube a Assembléia Legislativa Provincial o repasse de verbas para a quitação dessa dívida, o que foi acatado pelo Presidente, conforme relatado no Relatório Provincial de 1846:

E não tendo aquela administração nada mais além de um pequeno prédio, cujo rendimento de 32\$000 serve para pagamento de alugueis de outro em que está estabelecida a roda, de necessidade se lhe deve consignar alguma quantia: bastando por ora de 1:000\$000 rs. anual por ter apenas 6 expostos; e a necessária para pagamento da dívida antiga, que lhe deixou a Câmara (RPP, 1846, p. 19).

Nas primeiras décadas do século XIX, apesar do governo provincial cumprir com essas demandas financeiras para a assistência à infância desvalida, não identificamos nos discursos políticos pensamentos ou práticas, de caráter legislativo, em torno combate do abandono infantil na Província, apenas a mentalidade voltada à proteção das crianças órfãs e abandonadas a partir das rédeas parciais dos poderes públicos, os quais delegavam funções às instituições caritativas nesse período. Nessa perspectiva, a questão financeira constantemente foi posta como um empenho nas atas e/ou relatórios realizados pelos cidadãos integrantes das gestões das Misericórdias em relação à efetivação de alguns deveres estabelecidos pelos regimentos sobre os expostos, uma vez que tinham como a principal responsabilidade ordenar a vestimenta, os cuidados médicos, os pagamentos às amas e às famílias criadeiras.

Em 1838, na comissão realizada pela Santa Casa de Porto Alegre para a organização do regulamento dos expostos, foram abordadas diversas pautas apresentadas pela Mesa Administrativa e a primeira delas foi em relação a escolha

de um local onde as crianças abandonadas fossem abrigadas, uma vez que, a partir da momento que a Misericórdia dessa cidade se tornou responsável pelo acolhimento dessas crianças, de imediato, houve um acréscimo dos pequenos inseridos nesse mecanismo assistencial e ainda não havia um espaço com infraestrutura necessária para recebê-los. Também, devido a essa alta demanda, foi solicitado a contratação de uma Regente, bem como foi discutido uma proposta para a instauração de um valor dedicado à criação dos expostos, assim, resolveu “[...] a Mesa que os pedia dar à famílias capazes e de reconhecida caridade pagando-se pela criação de cada mês a quantia de doze mil e oitocentos conto de réis” (ATA 4, 1838, p. 68). Além do mais, foi decidido que a partir do momento que os infantis abandonados fossem inseridos na Roda seria dado a eles “seis fraldinhas, quatro cueiros de bata, duas mantilhas, duas toalhas e seis camisas, e que no caso de adoecerem serão socorridos pela Casa, e tratados pelo Facultativo da mesma Casa, e que no caso de falecerem a Casa lhes dará Mortalha” (ATA 4, 1838, p. 68). Por fim, quanto à educação das crianças acima de 5 anos de idade, ficou estabelecido ao Mordomo dos Expostos a responsabilidade de “[...] cuidar e fazer diligência para serem admitidos nas Escolas Nacionais conforme o sexo de cada um” (ATA 4, 1838, p. 68). Dessa maneira, medidas foram firmadas para o atendimento à infância desvalida com base nas proposições relacionadas à moradia, saúde, alimentação, vestimenta, criação e educação. Ademais, cabe ressaltar que o Regimento dos Expostos na Santa Casa de Porto Alegre foi formalizado em 1842 e, no Capítulo II, Artigo 9, de acordo com Gertze (1990, p. 90), “a cada mês seus integrantes deveriam reunir-se para uma conferência e, acompanhados pelo Provedor, visitar as instalações dos expostos, atentos a todos os aspectos relativos à criação dos mesmos [...]. Já o Regimentos dos Expostos de Rio Grande, que foi firmado apenas em 1850, no Artigo 3º dizia a seguinte: “terão conferências, pelo menos uma no primeiro domingo de cada mês, na casa da Roda, com o irmão provedor, que com eles inspecionará o estabelecimento, informando-se o estado dos expostos, moléstias e tratamento que tiveram [...].” (REGIMENTO DA SANTA CASA DE RIO GRANDE, 1850). Com base nisso, o regulamento voltado à administração dos expostos ordenava praticamente as mesmas atribuições entre as Misericórdias da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul sobre as crianças inseridas na Roda.

Nessa perspectiva, analisando a edificação e acomodação da Roda dos Expostos nas Irmandades, a questão estrutural por diversas vezes foi utilizada como justificativa para o não recebimento dos infantis desvalidos. Contudo, diante da mudança da mencionada Misericórdia em relação à obrigação pelos cuidados dos pequenos abandonados, providências acerca da estruturação da Casa da Roda foram tomadas, visto que em 4 de Agosto de 1839, a Sessão da Mesa apresentou as inconveniências presentes na infraestrutura dos cômodos dedicados aos expostos onde eram abrigados. Contudo, “a Roda dos Expostos só foi instalada na própria Casa da Roda em 1843, quando os expostos já se achavam na casa da rua da Ponte. Antes disso, eles eram abandonados na porta da Santa Casa” (GERTZE, 1990, p. 82-83). Dessa forma, foi solicitado ao Mordomo dos Expostos que identificasse um edifício adequado para realocar as crianças acolhidas (ATA 4, 1839, p. 85). Em uma nova reunião, foi declarado que um espaço propício para o atendimento às crianças estava localizado onde residiam até aquele momento os cidadãos Roberto Landell e Manoel Alvarez de Oliveira, que moravam em propriedades da Santa Casa de Porto Alegre, com isso, medidas formais foram tomadas para a solicitação da saída desses sujeitos nesses espaços. Entretanto, houve alguns impasses para a concretização dessa mudança dos expostos devido a dificuldade dos inquilinos saírem da residência. Com base nisso, nota-se que esse processo de transferência das crianças órfãs e abandonadas para um novo lugar não ocorreu de forma imediata, para isso, a Mesa Administrativa reportou a seguinte questão em comissão:

Conhecendo-se a necessidade de se mudar os expostos para as Casas destinadas para eles, e que ainda não as haverem desocupado os inquilinos que nas mesmas moram apresentou a Mesa se oficiasse aos mesmos inquilinos neste sentido e pela ultima vez [...] (ATA 4, 1839, p. 96).

Com a demora da saída dos inquilinos da nova casa destinada aos expostos, novamente foram notificados pela Mesa Administrativa exigindo a retirada da residência, porém Roberto Landell enviou uma carta comprovando com documentos a dificuldade em encontrar outra moradia, impossibilitando por mais alguns meses a transferência dos expostos para um outro lugar. Porém, ao menos inicialmente, a Mesa administrava demonstrava certa paciência por tal solicitação ainda não cumprida, tendo em vista que “querendo ser conciliadora e branda resolveu se lhe concedesse um mês para efetuar a mudança exigida” (ATA 4, 1840, p. 105), até

porque Roberto Landell pedia desculpas em sua correspondência pelo inconveniente. Além disso, a comissão administrativa da Santa Casa de Porto Alegre mandou escrever “à Mulher do Coronel Pita existente no Rio Grande para mandar despejar, quanto antes a outra casa escolhida pela comissão, e que ela ocupa com os seus trastes” (ATA 4, 1840, p. 105). Baseado nisso, supostamente, a Mesa Administrativa da Santa Casa de Porto Alegre fez-se presente como uma organização mediadora sobre a escolha de um local para atendimento aos expostos na cidade de Rio Grande em um período o qual, até então, tinha unicamente a Câmara Municipal como responsável pelos pequenos desvalidos.

Anteriormente, identificamos que a citada Câmara tinha um espaço específico com uma Roda para crianças pequenas serem expostas, dessa maneira, subentende-se que procurar uma nova localidade com o apoio da Santa Casa de Porto Alegre poderia estar relacionada a uma perspectiva de estruturação futura para o acolhimento dos infantis abandonados por meio de uma assistência mais institucionalizada, assim como ocorria na capital da Província, visto que a então Irmandade do Espírito Santo e Caridade já vinha recebendo propostas da Presidência da Província para incumbência dessa responsabilidade, o que ocorreu de fato a partir do momento que o mencionado hospital passou a ser denominado como Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande. Assim, a Mesa Administrativa da capital poderia estar atuando ativamente sobre um novo local para a expansão da Roda dos Expostos em Rio Grande devido haver, talvez, a intencionalidade em prestar força jurídica para concretização da assistência institucionalizada na mencionada cidade, de modo que, anos mais tarde, ambos hospitais disputariam socialmente pela relevância em relação à qualidade de seu funcionamento e suas práticas caritativas, dado que o Presidente da Província José Antônio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléia Legislativa Provincial, em 1 de Outubro de 1850, refletiu que “a cidade do Rio Grande tem rivalizado em caridade com a Capital. Posto que nascente, tem este asilo pio tido um incremento muito superior; ele augura futuro esperançoso” (RPP, 1850, p. 33).

Retomando à necessidade da nova moradia destinada aos expostos em Porto Alegre, após 9 meses desde a escolha da Mesa Administrativa pelo local onde seriam abrigadas as crianças e a solicitação dos inquilinos para a saída de suas respectivas residências, em 31 de Maio de 1840 foi comunicado que o Provedor

José Caetano da Silva, amigavelmente, conseguiu concretizar a saída do Dr. Landell desse ambiente (ATA 4, 1840, p. 115). A partir disso, é possível identificar que a Irmandade adquiriu maior autonomia em relação aos cuidados assistenciais e proposições futuras para resoluções de problemas vigentes no cotidiano dos expostos, tendo em vista que obtiveram um espaço específico para o acolhimento dos mesmos.

Ainda no mesmo ano, em discussão envolvendo a Mesa Administrativa, ficou acordado que as crianças abandonadas não sairiam da Casa da Roda para a comemoração do aniversário da Santa Casa (ATA 4, 1840, p. 127). Não foi especificado na Ata a razão da preferência pela contínua reclusão desses infantis na Casa da Roda, porém, como a Santa Casa de Misericórdia era uma instituição fundamentada pela religiosidade cristã, podemos considerar essas atitudes como uma forma de afastar os pequenos das possíveis mazelas propagadas pela sociedade como, por exemplo, a criminalidade, a violência e a imoralidade. Nessa perspectiva, compreendemos que esse espaço de acolhimento tinha como característica a modalidade de internato, visto que “nas instituições totais, existe uma divisão básica entre um grande grupo controlado [...], e uma pequena equipe de supervisão” (GOFFMAN, 1974, p. 18-19) e, nesse caso, supostamente com o objetivo de garantir a segurança dos pequenos abandonados, os mantinham em um espaço fechado até que fossem adotados ou encaminhados à instrução educacional, assim, demonstrando um certo sentimentalismo relativo à preocupação com a integridade dos infantis que estivessem sob a tutela da Santa Casa.

Por essa razão, também, a partir do momento que os pequenos eram inseridos na Roda dos Expostos, é possível perceber que a Mesa Administrativa procurou medidas para garantir suas saídas daquele espaço de acolhimento, até porque frequentemente recebiam crianças bem pequenas naquele espaço, que poderiam prejudicar a qualidade do gerenciamento de expostos diante da alta demanda de órfãos e abandonados deixados no local, conseqüentemente, acarretando em dificuldades financeiras aos cofres da Santa Casa. Além do mais, ainda sobre a atenção por um melhor ambiente assistencial para a moradia dos infantis expostos, na Santa Casa de Porto Alegre, ainda em 1840, “a Comissão de Visitas da Câmara não gostou do lugar por tratar-se, segundo sua opinião, de um ambiente pequeno, insalubre [...]” (GERTZE, 1990, p. 80). Dessa maneira, providências foram

realizadas para que ocorresse novamente outra mudança, o que demonstra uma certa cautela sanitária em torno das condições de vivência dos bebês.

Já em Rio Grande e Pelotas não foi possível identificar maiores esclarecimentos sobre as Casas dos Expostos nessas cidades, porém, nos Relatórios dos Presidentes da Província ou da Mesa Administrativa há algumas menções sobre os princípios da instauração dessas Rodas na Província. Nesse sentido, no Relatório realizado pelo Provedor da Santa Casa de Rio Grande, foi dito que, ainda em 1843, “[...] a Santa Casa mandou construir para a colocação da Roda, e que é mister despender mais três contos de réis para se concluir essa obra necessária ao fim que se dedica” (AHRGS, 1843). Porém, foi mencionado que esse espaço destinado à infância abandonada estava localizada em um prédio, cujo aluguel estava em um valor de 32\$000 (RPP, 1846). E, segundo Rodrigues (1985, p. 47) “a Casa dos Expostos foi edificada no terreno contíguo ao do hospital”.

A partir de 1850, registra-se que movimentações internas mediadas com o apoio do governo provincial estavam sendo realizadas para a estruturação de um novo edifício da Santa Casa de Rio Grande, dessa maneira, temos como hipótese que a Casa da Roda pode ter tido sua localidade modificada em alguma circunstância ao longo de sua história, visto que no Relatório da Província, o Presidente José Antônio Pimenta Bueno, considerava que naquele período a “[...] indispensável necessidade de levantar um edifício próprio para o seu hospital” (RPP, 1850, p. 33), além do mais, ao longos dos anos, a quantidade de enfermos e expostos foram sendo elevadas, por isso, o edifício da Santa Casa de Rio Grande passou a ser considerado “assaz acanhado para tão grande concorrência” (RPP, 1851, p. 12), o que nos leva a crer que houve alguma mudança referente à moradia dos expostos também.

Em relação a Pelotas, a Casa da Roda foi instituída em concomitância com a expansão da instituição de caridade, visto que foi comentado a pretensão de concluir a Casa dos Expostos no período em que foi comprado terrenos para a construção do hospital (RPP, 1849). Entretanto, percalços financeiros prejudicavam a edificação da Casa da Roda de forma imediata, e, de acordo com Tomaschewski (2007, p. 192) “a roda foi instalada no hospital somente em 1862, e seria transferida para o novo prédio em 1872”, compreende-se, então, que por muito tempo a forma de inserção das crianças na Santa Casa de Pelotas foi as deixando na porta da instituição, como

ocorria em Porto Alegre quando ainda não havia uma Roda fixada naquela Misericórdia.

Ao investigarmos as Atas da Mesa Administrativa de Porto Alegre, foi possível perceber que a entrada dos pequenos nesse espaço assistencial não se limitava unicamente ao abandono por meio da Roda de forma anônima, como era uma das principais premissas desse instituto de assistência à infância desvalida, pois havia cidadãos que recorriam aos funcionários da Santa Casa, em especial o Mordomo dos Expostos, para solicitar que suas proles ficassem sob a responsabilidade da Irmandade, visto que muitas vezes essa situação acontecia devido as más condições financeiras da família, dessa maneira, sendo a Casa da Roda um subterfúgio para prover alguns cuidados, como, por exemplo, a alimentação e a vestimenta diante da vulnerabilidade social existente nos primeiros anos de vida de alguns infantis. Com isso, cabia a Mesa Administrativa analisar a situação daquele determinado pequeno a fim de aceitar ou não mais uma criança naquele espaço de acolhimento. Como foi o caso de José Barbosa Medeiros Botelho, que encaminhou requerimento à Santa Casa de Porto Alegre,

[...] pedindo à Mesa que admita na casa dos Expostos seu filho recém-nascido, alegando a sua demasiada pobreza, e haver sua mulher morrido por a ocasião de ter esse mesmo filho: a Mesa informada por alguns Irmãos que era verdade tudo o que disse o referido Botelho, ordenou que se recebesse o seu filho na Casa dos Expostos, declarando-se na matrícula o nome do Pai (ATA 4, 1841, p. 175).

Cabe ressaltar que nem todos os casos a Mesa Administrativa deferia a inserção de uma determinada criança na Roda dos Expostos através de justificativas voltadas à instabilidade financeira ou a perda de um integrante familiar, pois um exemplo disso foi a situação de Joaquim José Quintiliano que, após sua esposa ter falecido na Santa Casa, enviou um requerimento pedido que “[...] mande recolher no Estabelecimento dois filhos seus alegando pobreza: a Mesa indeferiu semelhante pretensão” (ATA 4, 1841, p. 176). Outra questão a centrar, era o ingresso de indivíduos de outras cidades ou o pedido de funcionários de Câmaras Municipais que não possuíam Roda dos Expostos na localidade. Como foi o caso de Germano, abandonado na Capela de Viamão. Em 1 Novembro de 1840 foi apresentado à comissão da Irmandade de Porto Alegre, por meio de um requerimento direcionado ao escrivão, o pedido de um cidadão chamado Ignácio Rodrigues para que a Santa Casa da capital se encarregasse pela incumbência da criação daquele pequeno, o

que inicialmente foi indeferido pela Mesa, uma vez que foi determinado que o menino exposto fosse matriculado primeiramente, “e que só dali em diante se pagasse ao suplicante o salário de costume” (ATA 4, 1840, p. 126).

Outra situação semelhante foi do exposto Guimar, também deixado na Capela de Viamão no dia 15 de Maio de 1841, nesse caso, foi solicitado por Felicidade Antonia que a referida criança abandonada ficasse aos cuidados da Santa Casa, o que foi aceito pela Mesa (ATA 4, 1841, p. 166). Na Sessão da Mesa de 10 de Abril de 1842, foi apresentado um pedido de Leocádia Maria de Silveira, residente da cidade de Triunfo, à comissão administrativa para que fosse matriculada uma menina recém-nascida deixada a sua casa (ATA 4, 1842, p. 209), porém, como a solicitante era de outra localidade, foi decidido debater em outra reunião sobre a inserção, ou não, dessa criança na Casa da Roda. Assim, em 8 de Maio de 1842, foi informado à Leocádia que a Santa Casa apenas era encarregada de acolher crianças que fossem expostas na Roda da instituição (ATA 4, 1842, p. 211).

Apesar dessa última situação aparentemente ser paradoxal em relação às outras solicitações de inserção, é relevante ressaltar que ocasionalmente ocorriam novas eleições de integrantes para a administração dos expostos. Nesse sentido, a inclusão de crianças na Casa dos Expostos variava de acordo com a mentalidade caritativa dos sujeitos que constituíam a Mesa Administrativa de um determinado período, dessa forma, cabia a eles analisar o cenário de um infantil desvalido e verificar se as informações enviadas eram verídicas ou não. Contudo, de acordo com os fatos aqui apresentados, a decisão em negar a inserção de crianças abandonadas de outras cidades na Casa da Roda não era uma particularidade da Misericórdia de Porto Alegre, visto que, de acordo com Tomaszewski (2007, p. 152-153), na Santa Casa de Pelotas “em 1862, a Câmara de Canguçu envia ofício pedindo para a Santa Casa receber os enfermos e os expostos daquela localidade, e a irmandade responde que receberá os enfermos, mas que os expostos não poderiam ser recebidos”.

Já no caso das crianças órfãs, geralmente a Santa Casa recebia um requerimento do Juiz de Órfãos ou de indivíduos com parentesco em proximidade ao infantil sem família para que fosse acolhido e ficasse sob a tutela da Irmandade. Com base nisso, é interessante abordarmos a situação de Ana, uma vez que o Juiz de Órfãos da época, cujo nome não foi mencionado no documento, em

correspondência à Mesa Administrativa disse que “[...] não tendo achado até hoje uma família capaz que a queira receber pede por isso a Mesa que a admita na Casa dos Expostos, ou como Pensionista, ou como Ama Seca, afim de que ela tendo esta ocupação possa com mais decência alimentar-se e vestir-se” (ATA 4, 1841, p. 174). A partir dessa solicitação à Mesa, compreendemos que o acolhimento de órfãs na Casa da Roda se tornava como um benefício mútuo, isto é, uma determinada menina desvalida garantia um espaço para residir e a Santa Casa, diante da responsabilidade em cuidar das mais diversas crianças, utilizaria dos serviços que essas órfãs poderiam prestar à favor da Irmandade auxiliando na criação, assistência, cuidado e zelo aos expostos.

Uma circunstância peculiar para o contexto sociocultural da época foi o caso da Francisca, referida na Ata da Mesa como uma menina exposta que possuía “enfermidade mental”. Este fato se tornou razão de debates, pois um cidadão chamado Francisco Lemos Pinto enviou um ofício à Mesa Administrativa pedindo para a admitir naquele local em virtude do falecimento de Ignacio Rodrigues, o qual era responsável pelo seus cuidados e também seu testamenteiro. Com isso, foi informado que a mesma teria direito à herança deixada, bem como, receberia um valor adicional a partir da Câmara Municipal devido ao tempo de criação de Francisca. Dessa forma, foi deferido o acolhimento da exposta na Casa da Roda, bem como foi solicitado que Francisco Lemos Pinto, que até aquele momento se posicionava como tutor da menina, esclarecesse o montante total que seria pertencente à ela pelo legado deixado por Ignacio Rodrigues (ATA 4, 1841, p. 174).

Diante dessa análise acerca da exposta Francisca, podemos compreendê-la como uma pessoa com deficiência mental, conforme registros na documentação aqui apresentada. Dessa maneira, torna-se pertinente refletirmos acerca do papel da Mesa Administrativa para a tomada de decisões em torno de seu acolhimento e assistência no que diz respeito à tamanha responsabilidade pela aceitação em inseri-la nos interiores da Casa da Roda, pois, possivelmente, a vivência dessa exposta estava permeada por limitações em um tempo o qual não havia políticas públicas voltadas à proteção de indivíduos com necessidades específicas ou institutos especializados no atendimento para pessoas com deficiência, até porque, no período Imperial, apenas duas instituições para essa classe populacional foram instauradas, sendo que “a primeira, especializada, foi criada em 1874 junto ao

Hospital Juliano Moreira, em Salvador, [...]. A segunda foi a Escola México, criada em 1887, no Rio de Janeiro, com ensino regular, que atendia também deficientes físicos e visuais” (CORRÊA, 2010, p. 36). Dessa maneira, é interessante debater que apesar de haver uma prática caritativa nesse ato por parte da comissão dos expostos, não descartamos a hipótese da Mesa Administrativa ter a acolhido devido a mesma possuir um significativo valor financeiro como herança, de forma que não causaria maiores gastos nos cofres da própria Santa Casa. Em Sessão da Mesa de 28 de Fevereiro de 1846:

Leu-se o requerimento de Vicente José dos Santos pedindo a ser recolhida à essa Santa Casa a órfã Maria Joaquina da Silva de 26 anos de idade, que é pobre e demente, mas sossegada, deliberou a mesa, que no requerimento se proferisse o seguinte despacho. Resolveu a mesa, que não a admita (ATA 5, 1846, p. 88).

Entretanto, mesmo não havendo uma estrutura sistematizada para possíveis expostos com deficiência naquele período e apesar de ocorrer alguns indeferimentos quanto ao seus acolhimentos, podemos entender que a Santa Casa de Porto Alegre, com sua Casa da Roda, tornou-se uma das primeiras instituições que possibilitaram acolhimento para infantis desvalidos que socialmente estavam sujeitos à exclusão devido a condições congênitas, uma vez que, naquele momento seria um destino relativamente seguro a eles, pois haveria os cuidados de indivíduos que prestavam serviços à Casa da Roda, como, por exemplo, a Regente, a Ama de Criação, também chamada de “Ama Seca” — que geralmente era uma menina órfã ou exposta de maior idade —, e até mesmo médicos. Na Ata realizada por meio da Sessão da Mesa, de 28 de Fevereiro de 1841, foi reportado que:

O Mordomo Irmão observou mais a Mesa que havendo na Casa duas órfãs agregadas, e sendo necessário uma Ama seca para tratar e cuidar de um exposto entrevado, a Regente com aprovação sua deliberou que em vez de vir Ama seca de fora, fosse Ama do dito exposto a órfã Emília, percebendo mensalmente a quantia de seis mil e quatrocentos réis: a Mesa aprovou igualmente esta resolução (ATA 4, 1841, p. 149).

Nesse registro quando mencionaram um “exposto entrevado”, compreendemos como sendo uma criança com limitações corporais no que diz respeito à mobilidade ou até mesmo paralisia. Com isso, por meio da proposição em apropriar da órfã Emília para atender esse menino, é possível comprovar o papel atribuído para essas pessoas inseridas na Casa da Roda, o que nos remete novamente à discussão acima acerca da apropriação da Santa Casa dessas meninas para as tornar

indispensáveis na contribuição dos cuidados das crianças pequenas que ali eram inseridas, visto que, no contexto brasileiro patriarcal do século XIX, culturalmente, compreendia-se as mulheres como principais responsáveis pelos serviços domésticos no que diz respeito as obrigações do lar e da família. Dessa maneira, inserir as meninas órfãs e abandonadas nas atividades cotidianas da Casa da Roda no papel de cuidadoras de outros infantis expostos não seria estranho diante dessa concepção socialmente arraigada acerca do papel da mulher no lar, além de ser interessante para minimizar os custos com a contratação de outras Amas, as quais nem sempre poderia ser de confiança sob a ótica da administração. Ao analisarmos a atribuições exercidas na Santa Casa em seu espaço assistencial à infância desvalida, conjecturamos que foi, talvez, a primeira instituição a acolher crianças deficientes, para isso, notamos que a Irmandade se valer do trabalho infantil – algo comum à época – para garantir seu quadro de funcionários e minimizar os impactos nos cofres da instituição.

Outra questão a analisar, a partir dos Livros de Matrículas dos Expostos e registros em Relatórios sobre as condições de saúde das crianças abandonadas, seja estes realizados pelos Provedores da Santa Casa quanto pelos Presidentes da Província, foi possível perceber que, constantemente, a questão da saúde desses infantis foi motivo de preocupação, uma vez que diversos infantis eram colocados nesse mecanismo assistencial já em situação frágil de saúde, em consequência disso, havia índices elevados de mortalidade infantil nesses espaços. Tomando como referência as condições das crianças abandonadas nas três Rodas existentes na Província, no ano de 1853, foi reportado no Relatório do Presidente da Província João Lins Vieira Cansanção de Sinimbu, que na Santa Casa de Porto Alegre “existiam no fim do ano financeiro passado 128 expostos, entraram no curso do ano que acabou 56, total 238. Destes faleceram 43 [...]” (RPP, 1853, p. 27), no caso de Rio Grande, “na casa do expostos pertencentes ao mesmo estabelecimento foram recebidos durante o ano passado 11 expostos, que unidos a 30, que já existiam de anos anteriores, fizeram a soma de 41; falecendo 7 [...]” (RPP, 1853, p. 28). Já em Pelotas, que havia sido instaurada a Roda mais recentemente, havia até esse período acolhido 13 crianças em sua totalidade, “tendo falecido 3” (RPP, 1853, p. 28).

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, essa problemática não foi uma ocorrência exclusiva da região, pois, tomando como parâmetro uma das mais antigas Roda dos Expostos em nosso país, em Recife, Nascimento (2006, p. 136) evidenciou que “os altos índices de mortalidade infantil marcaram a existência da instituição assistencial até o seu fechamento, em 1924, nem sempre, porém, foram objeto de preocupação dos poderes públicos [...]”. A Roda dos Expostos, de fato, foi um dispositivo pertinente para a retirada de bebês das ruas, porém, ainda não evitava a grande quantidade de morte dos mesmos, uma vez que, ao menos, na primeira metade do século XIX ainda não havia conhecimentos médicos necessários para o controle de doenças ou métodos medicinais específicos aos infantis para a resolução de problemas congênitos como, por exemplos, os já analisados anteriormente. Além do mais, é pertinente comentar que, na segunda metade do século XIX, o país perpassou por duas epidemias: a cólera e a febre amarela, que contribuíram ainda mais para fragilizar a saúde de bebês e de crianças bem pequenas, conseqüentemente, elevando os índices de mortes dessas crianças deixadas na Roda. Para termos uma ideia, no Rio de Janeiro, “em 1859, a proporção de recém-nascidos mortos antes do primeiro aniversário era de 359 por 1.000; a taxa dos que faleciam antes dos cinco anos atingia 604 por 1.000” (LEMES, 2021, p. 247).

É interessante comentar que apenas no final do século XIX, a partir da majoritária influência do médico Moncorvo Filho, que políticas de proteção à infância começaram a surgir e substituir os moldes das instituições religiosas de assistência existentes no período colonial e imperial. Assim, paulatinamente, as Rodas dos Expostos passaram a ser mal vistas em relação aos cuidados básicos de higiene que eram prestados aos infantis, em razão do citado médico, o qual adquiriu relevância devido sua atuação acadêmica e na publicação de “quase 400 obras em defesa da infância que lhe valeram reconhecimento internacional” (WADSWORTH, 1999, p. 104), tecer diversas críticas à tamanha quantidade de infantis abandonados que vinham a falecer dentro dessas Roda dos Expostos, o que contrariava o mote cristão em torno das premissas morais os quais propagavam sobre o acolhimento dessas crianças desamparadas, visto que, com base na Roda do Rio de Janeiro, por exemplo, “[...] em inícios do século XIX, a mortalidade chegou mesmo a ultrapassar os 70%, sendo que muitas destas crianças morreram antes de completar seus três

anos” (SILVA, 2022, p. 186). Já na Santa Casa de Rio Grande, até o ano de 1861, de acordo com Rodrigues (1985, p. 58), “o Índice de Óbitos era elevado: 53,3% (81 crianças)”.

Não podemos deixar de observar que a atenção à saúde da infância desvalida somente ocorreu com maior ênfase a partir do final do Império e o início da República. Por essa razão, torna-se interessante refletir sobre os poucos avanços, o escasso conhecimento médico-higienista e, talvez, a falta de interesse em relação as medidas para a diminuição da mortalidade infantil na temporalidade abrangida nessa investigação acadêmica, visto que em grande parte do século XIX, de certa forma, a mortalidade e o infanticídio foi uma realidade existente entre os brasileiros, ainda que causasse certa comoção na sociedade. Contudo, é pertinente enfatizar que essa questão sobre a morte prematura dos bebês não passou despercebida pelos Provedores integrantes das Santa Casas, uma vez que, por exemplo, na Misericórdia de Rio Grande, o Provedor Porfírio Nunes, em relatório realizado em 1861, analisou que:

A mortalidade em todas as partes onde existem estabelecimentos para a infância abandonada induz a crer que é devida as tentativas feitas antes de nascerem para delas verem-se livres as mães desalmadas que as geraram. Infanticídios estes, que não são provados porque os filhos mal manipulados, ou as doses despropositadas não preencheram os desejos e impediram a realização completa do crime: algumas horas de uma existência dúbia é bastante para lançar na roda os infelizes, salvar as aparências condenatórias e aumentar nos anais da Santa Casa o rol dos óbitos, atribuídos a falta de cuidados, ou vigilância dos empregados desta, quando a maior parte das criaturas beberam com a vida venenos lentos ou sofreram suplícios a que não eram condenadas, porque não pediram a existência aos entes bárbaros que lhes deram sem quererem conservá-la. É fora de dúvida que a mortalidade dos recém-nascidos, lançados na roda da Santa Casa, não pode ser atribuída a outras causas, que não sejam os maus tratamentos, a privação de alimentos necessários, ou os cálculos de evitar algumas despesas para os últimos deveres, pois que muitas destas criaturas têm expirado poucas horas depois de haverem sido recolhidas na roda [...] (RELATÓRIO DA SANTA CASA DE RIO GRANDE, 1861).

Nesse relato, diversas razões foram pontuadas sobre a quantidade de mortes das crianças deixadas à Roda, mas, é interessante comentarmos sobre as amas-de-leite, as quais eram incluídas como funcionárias da Santa Casa e uma das principais responsáveis pelos cuidados dos bebês durante os primeiros anos de vidas, uma vez que essas personagens sociais constantemente eram acusadas em maltratar os pequenos abandonados. Uma dessas razões pode estar atrelada aos variados

papéis que as amas-de-leite assumiam sobre o tratamento daquelas crianças, pois, em um contexto brasileiro oitocentista, de acordo com Vasconcelos (2005, p. 148), “os cuidados das amas não se restringiam ao leite e as crianças passavam também a ser alvo de diversos rituais, para que recebessem proteção contra mau olhado, quebranto, sapinhos, soluços e uma infinidade de simpatias [...]”. Com base nisso, pressupõe-se que a criação dada às crianças abandonadas não eram bem vista em sua totalidade, porém não deixavam de serem pertinentes no que diz respeito à alimentação e um primeiro acolhimento dos bebês que não conseguiam uma família de criação. Nesse contexto, “apesar das críticas constantes a essa prática, as amas-de-leite parecem ter sido fundamentais na primeira infância das crianças de Oitocentos” (VASCONCELOS, 2005, p. 149), de modo que possivelmente não havia outra opção a não ser apropriar dos serviços dessas amas como ocorria há tempos até mesmo no cotidiano das crianças da elite brasileira. Ainda sobre a Roda de Rio Grande, no Relatório Provincial realizado pelo Vice-Presidente Luis Alves Leite de Oliveira Belo, foi mencionado que “tendo sido tão grande a mortalidade destes infelizes, tomou a filantrópica mesa da Santa Casa acertadas providências sobre a escolha de melhores amas” (RPP, 1855, p. 32).

Outro ponto a centrar, no caso da Santa Casa de Porto Alegre, o Facultativo havia total autonomia no que diz respeito a decisão em realizar atendimentos médicos, ou não, às crianças deixadas na Roda conforme normatizava o regimento dos expostos. Com base nisso, na Sessão da Mesa, em 14 de Março de 1841, o Mordomo dos Expostos expôs a necessidade da apropriação dos serviços de um cirurgião aos expostos de forma gratuita, visto que a Irmandade não havia recursos necessários para subsidiar o tratamento dos infantis abandonados adoecidos, porém, inicialmente, o pedido acerca do atendimento hospitalar aos expostos foi negado pelo cirurgião consultado, visto que o mesmo justificava a necessidade do auxílio de um médico para tal ato. Com isso, a comissão discutiu formas de mediação para a concretização do cuidados às crianças abandonadas no que diz respeito à aceitabilidade do médico e do cirurgião em conjunto pelos atendimentos gratuitos (ATA 4, 1841, p.152). Em resposta, foi noticiado que tal conciliação foi acordada com êxito e ambos cirurgião e médico, em parceria, atenderiam os pequenos expostos caso houvesse necessidade, sem cobrança dos custos adicionais pelo serviço médico prestado por eles (ATA 4, 1841, p. 155). Entretanto,

as ações dos Facultativos geraram impasses ao longo do tempo no cumprimento de seus papéis e, segundo Gertze (1990, p. 94), “a existência de um profissional especificamente designado para os expostos não durou muito tempo. O cargo foi extinto em 1859 em meio às dificuldades financeiras da Casa da Roda [...]”, visto que, a partir de 1850, médicos responsáveis pelos expostos passaram a receber uma gratificação de 10\$000 pelo tratamento de saúde prestado à esses infantis desvalidos (ATA 5, 1850, p. 219).

Como já foi mencionado, a quantidade de crianças deixadas na Roda de Porto Alegre era superior em relação as outras Irmandades da Província, porém, identificamos que em Rio Grande também atendia esses infantis, visto que no ano de 1854, por exemplo, existia 26 expostos, sendo 25 dos dois sexos à cargo da mesma Santa Casa, e 1 tratado gratuitamente (RPP, 1854, p. 32). Ademais, remédios também eram disponibilizados para os cuidados dos mesmos, conforme registado no Relatório da Mesa Administrativa da Santa Casa, que foi fornecido “medicamentos para o hospital no valor de 4:959\$460, para pobreza externa Rs. 1:989\$480, e expostos Rs. 66\$660” (RELATÓRIO DA SANTA CASA DE RIO GRANDE, 1861, p. 14).

Nesse sentido, a questão aqui a ser discutida está relacionada a pouca acessibilidade para o tratamento de doenças e outros tipos de enfermidades às crianças expostas, o que reforça uma das razões pelas quantidade de mortes aqui já debatido, mas, sem dúvidas não podemos afirmar que as Santas Casas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul foram negligentes nessas situações em sua totalidade, porque, de algum modo, tomaram iniciativas para a resolução dessas mazelas da saúde infantil, ainda que não tenham resolvido integralmente o problema sanitário dessas crianças que residiam na Casa da Roda. Como já comentamos, a composição de cidadãos integrantes das Mesas Administrativas das respectivas Irmandades eventualmente mudavam, assim como os Facultativos também, por isso a solução dos possíveis problemas vigentes na Roda estava relacionado com a mentalidade dos gestores e profissionais da saúde em um determinado período, isto é, enquanto alguns se atentavam para os índices elevados de mortalidade infantil ou, talvez, as más condições de vivências dos órfãos e abandonados, outros não tinham o foco prioritário sobre essa demanda.

Após o período de amamentação, que ficava sob responsabilidade das Amas de Leite, as crianças expostas tinham suas vivências sob os cuidados das “Amas Secas”. No entanto, devido ao grande contingente de pequenos abandonados, as Mesas Administrativas das Irmandades não mediam esforços para direcionar esses infantis para famílias que pudessem criá-los fora desse ambiente de acolhimento infantil, para isso, contava-se com a proposição em realizar pagamentos à cidadãos comuns que estivessem dispostos a cuidar de bebês e crianças oriundas da Roda dos Expostos, visto que era uma das melhores maneiras — e por muito tempo a única — em dar um destino a eles. Entretanto, é interessante comentar que também ocorria a situação dos genitores reivindicarem a guarda das suas respectivas proles que foram deixas na Roda anteriormente.

Apesar de o Regimento dos Expostos concretizar formalmente essa prática em designar os expostos aos cuidados de terceiros, os quais não estavam necessariamente vinculados aos serviços da da Roda, havia algumas normativas que tornavam a criação desses infantis desvalidos por um tempo limitado, isto é, as crianças deveriam retornar à Casa da Roda novamente aos 7 e 8 anos, sendo esse último no caso das meninas, mas “se as criadeiras optassem por continuar com a criança depois dessa idade poderiam fazê-lo às suas custas” (GERTZE, 1990, p. 87), sendo que nessa situação se tornava benéfico às Santas Casas, pois, como aqui já discutimos, quando os infantis desvalidos estavam sob incumbência das Câmaras Municipais esses mencionados órgãos públicos contraíram diversas dívidas com os expostos devido a dificuldade em gerenciar o pagamento dessas famílias criadeiras, bem como, posteriormente, não eximiu as Misericórdias de enfrentar os mesmos problemas financeiros em sua história. Diante dessa circunstância sobre uma normativa para a organização das famílias criadeiras, tanto no aspecto do acolhimento quanto ao pagamento, vale ressaltar que o mesmo ocorria nas Rodas dos Expostos das Santas Casas de Rio Grande e Pelotas, por exemplo, conforme no quadro apresentado abaixo:

**Quadro 2** - Mapa dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia de Rio Grande

Nº de Matrícula	Expostos	Criadeiras	Mensalidades
25	Margarida	Manoel d’ Assumpção Souza	12\$000

29	João	Henrique de Carvalho Borges	12\$000
34	Julieta	Anna Carmo	12\$000
35	Martinho	Porcina Eulalia dos Anjos	12\$000
39	Josefa	Ignacia Roiz Ramos	12\$000
40	Rodolfo	Constança Rosa	12\$000
46	Eulalia	Maria Manoela da Conceição	12\$000
49	Anna	Malaquias José Netto	12\$000
52	Arthur	Maria Albana da Silva	12\$000
54	Clarinda	Leonarda Joaquina dos Passos	12\$000
57	Honorina	Hilaria Maria de Mello	12\$000
70	Rosa	Carolina Amalia de Novaes	12\$000
73	Maria	Rosa Percira da Silveira	12\$000
78	Angela	Luiz Peixoto Guimarães	12\$000
81	Francisco	José da Costa Amaro	12\$000
82	Elvira Christina	Pablo Goycoechea	12\$000
85	Candida	Anna Joaquina d'Andrade	12\$000
86	Maria	Josefa Maria d'Oliveira	12\$000
91	Theresa	Leonarda Joaquina dos Passos	12\$000
93	Julia	Maria Joana de Souza	16\$000
94	Carolina	Silvana Maria Amalia	16\$000
101	Manoel	Luiz Peixoto Guimarães	16\$000
104	Carolina	Leonarda Joaquina dos Passos	16\$000
106	João de Deus	Delfina Lourença da Silveira	16\$000

107	Alfredo	Luiz Peixoto Guimarães	16\$000
108	Maria Beatriz	Maria Joana de Souza	16\$000
109	Rodolfo	Romero Cardoso	16\$000
110	Anna	Leonarda Joaquina dos Passos	16\$000

**Fonte:** Arquivo Histórico do Rio Grande do Sul (AR2, Maço 3-4), 1856.

Entre essas 28 crianças expostas nesse quadro, a qual cada uma havia um número de registro de acordo com suas entradas na Roda, é possível observar os variados sujeitos que tutelavam a criação desses infantis abandonados, alguns deles possuíam sob suas responsabilidades mais de um pequeno abandonado, como foi o caso da Leonarda Joaquina dos Passos, do Luiz Peixoto Guimarães e da Maria Joana de Souza. Nesse sentido, também notamos que as mensalidades eram variadas, isso porque estava relacionado com a idade dos infantis, pois quanto maior a idade tinha a criança menor era o valor dado para sua criação. Na Santa Casa de Pelotas, de acordo com Tomaschewski (2007, p. 192) “o salário pago às criadeiras era, em 1862, de 16 mil réis por exposto até que eles completassem dois anos, e daí em diante 12 mil réis”, sendo a mesma situação da Santa Casa de Rio Grande como podemos observar. Ademais, não pudemos identificar por meio das fontes as motivações pelas quais esses indivíduos tinham mais de uma criança exposta a seus cuidados, porém, supõe-se que poderia estar relacionada à contribuição financeira na renda dessa família criadeira em maior escala, mas não descartamos a possibilidade que tal atitude de acolhimento possa estar atrelada por motivações unicamente caritativas também.

Além disso, cabe ressaltar que uma das formas de divulgação solicitando famílias criadeiras era por meio de anúncios em jornais locais das cidades onde tinha a Roda dos Expostos na Província, com isso, caso alguém demonstrasse interesse deveria se apresentar ao Mordomo dos Expostos para oficializar formalmente a intenção pela futura criação de algum exposto, bem como havia pessoas que pessoalmente se dirigiam às Santas Casas solicitando voluntariamente a adoção de alguma criança órfã ou abandonada, como foi o caso da viúva do Capitão José Gomes de Vasconcellos Jardim na Irmandade de Porto Alegre que, devido ter sua família reduzida em decorrência da perda do marido, pediu para ter

em sua companhia uma menina de nome Marcianna afim de criá-la e a fornecer ensino doméstico e religioso até seu futuro matrimônio, o que foi deferido pela Mesa Administrativa (ATA 9, 1859, p. 9). Esse foi um dos diversos casos das crianças residentes na Casa da Roda, mas e aquelas que retornavam à Casa da Roda após completarem 7/8 anos de idade após o período de criação? Qual seria o destino posterior à essas idades? Havia algum interesse administrativo ou político no gerenciamento dos expostos para um futuro educacional escolarizado ou trabalhista a eles? Perguntas essas que serão respondidas a seguir.

### **3.2 “Mas entre a criação e a aprendizagem que se faz deles?”: as primeiras ações para o direcionamento dos expostos à instrução e/ou ao trabalho**

A partir desse momento iremos dar enfoque às análises sobre as primeiras discussões e propostas educacionais às crianças órfãs e abandonadas que viviam nas Casas da Roda na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Contudo, inicialmente, torna-se pertinente contextualizarmos, de forma breve, a expansão da Instrução Pública e os impactos da Revolução Farroupilha, para a constituição de um posicionamento político direcionado à intencionalidade de tornar os indivíduos infantis desvalidos como sujeitos relevantes e produtivos nas contribuições socioeconômicas não apenas para si próprios, mas, também, para a sociedade. Com base nisso, é interessante enfatizarmos que, no período colonial, “muito tempo permaneceu o Rio Grande do Sul sem providências quanto à instrução do povo, seja pela indefinição das fronteiras entre Portugal e Espanha, ou devido à tardia ocupação efetiva das terras” (SCHNEIDER, 1993, p. 7), e apesar de haver a presença de jesuítas espanhóis, os quais visavam desenvolver projetos de ensino às comunidades indígenas já residentes nas terras da região, a Companhia de Jesus não obteve êxito com suas intencionalidades educacionais devido relações conflitantes no que diz respeito “a deflagração da Guerra Guaranítica (1754-1756), somadas à expulsão da Companhia de Jesus dos territórios espanhóis (1768)” (GIOLO, 1994, p. 9).

Após o domínio português pelo território rio-grandense em sua totalidade, até o final do século XVIII, “com a criação dos povoados de Nossa Senhora dos Anjos e São João Batista, por ordem do governador José Marcelino Figueiredo, foram criadas escolas para instruir os índios que andavam dispersos, vagando pelo

território gaúcho” (LUCHESE; CORSETTI, 2011, p. 454). É pertinente analisarmos que a região foi demarcada pela produtividade econômica latifundiária e, também, demograficamente falando, caracterizada por uma sociedade ruralista. Com isso, a perspectiva educacional escolarizada para toda a população foi ignorada por muito tempo por algumas autoridades políticas, visto que havia a intenção em agregar unicamente aos avanços da produtividade trabalhista, dessa forma, a inserção da cultura letrada foi postergada por muito tempo à toda comunidade. Entretanto, seria errôneo afirmar que não houveram tentativas acerca de avanço educacional por parte de alguns personagens políticos, uma vez que, por exemplo, “Paulo José da Silva Gama (1803-1807) foi o primeiro governador da Capitania a demonstrar-se preocupado com o nível cultural da população” (GIOLO, 1994, p. 19).

Contudo, formalizar a Instrução Primária não foi uma tarefa fácil, uma vez que apesar de iniciativas para a organização da prestação de ensino voltado ao desenvolvimento da aprendizagem de ler, escrever e contar e promoção das aulas de Gramática Latina, Filosofia Racional e Moral, Aritmética, Geometria e Trigonometria, esse projeto educacional não foi concretizado (SCHNEIDER, 1993, p. 19), é possível perceber que essa perspectiva de uma expansão educacional se manteve estagnada até o início do século XIX. Porém, a partir da vinda da Família Real ao Brasil, novas concepções acerca da difusão do ensino foram sendo inseridas em nosso país e no Rio Grande do Sul, ainda que fosse de forma gradativa. Nesse sentido, diversas legislações foram sendo instauradas, como, por exemplo, a Resolução Régia de 14 de Janeiro de 1820 que “mandava criar oito escolas públicas de primeiras letras no Rio Grande do Sul (VECCHIA, 2003, p. 33). Já no Período Imperial, é pertinente ressaltar que a partir da promulgação do Ato Adicional de 1834, que deixou a cargo de cada província a responsabilidade pela organização do ensino primário e secundário, em 1835 foram firmaram algumas medidas educacionais, como, “a Lei 14, que a Assembléia Legislativa decretara, relacionada ao ensino público, chegando a criar uma *Escola Normal*. Do artigo 1º ao 7º refere-se à Instrução Primária. dividindo-a em três graus” (SCHNEIDER, 1993, p. 44). Entretanto, na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul não houve “um processo de institucionalização da escolarização para o conjunto da população. [...] A educação escolar continuou sendo privilégio de poucos” (LUCHESE; CORSETTI, 2011, p. 454).

Podemos conjecturar que uma das razões por essas limitações educacionais à toda população no Período Imperial está relacionada à Revolução Farroupilha, sendo considerado uma das mais longas convulsões existentes durante o Império, o que supostamente ocasionou um atraso educacional mediante uma década de conflito bélico. Outro ponto a centrar, diante da tamanha duração e complexidade política e econômica que por muito tempo a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul vivenciou, a questão da temporalidade desse conflito se tornou uma das pautas narradas pelo Presidente da Província Luis Alves de Lima e Silva, ou Duque de Caxias, no Relatório Provincial de 1846 após a reabertura da Assembléia Legislativa Provincial, ao rememorar que “nesta Província fizera sua explosão em 20 de setembro de 1835 [...], adquiria na sua já tão longa duração novos incrementos, redobrava suas expectativas, e refazia suas forças, sem que nada anunciasse o fim de sua torrente [...]” (RPP, 1846, p. 4).

Torna-se interessante darmos atenção à data de início da Revolução Farroupilha, pois, dois anos depois, coincidentemente ou não, a Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre se tornou responsável por acolher crianças órfãs e abandonadas mediante imposição da Assembléia Legislativa como aqui já abordamos, porém, ainda nesse mesmo período, foi instaurada a Lei Provincial Nº 12, de 19 de Dezembro de 1837, o qual no Artigo 1º ordenava que haveria “na Capital da Província um Colégio de Artes Mecânicas para ensino de Órfãos pobres, expostos, e filhos de pais indigente que tiverem chegado a idade de dez anos, sem seguirem alguma ocupação útil” (RPP, 1837, p. 19). Dessa maneira, é possível observar uma das primeiras providências acerca da inclusão de crianças desvalidas ao ensino.

Quanto às primeiras discussões sobre o encaminhamento dos infantis desvalidos para além dos muros da Casa da Roda, que exonerava a responsabilidade por parte das instituições caritativas sobre seus cuidados, na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre o Escrivão de Expostos apresentou um requerimento questionando qual seria o destino dado ao exposto Ricardo, tendo em vista que já havia completado 7 anos de idade, dessa forma, a Mesa Administrativa decidiu que o infantil retornasse aos interiores da Casa da Roda até que fosse realizada uma organização para prover a saída desses meninos órfãos ou abandonados dessa instituição (ATA 4, 1840, p. 124). Nas Atas posteriores não

deram maiores esclarecimentos sobre o que ocorreu com Ricardo naquele ano, porém, outro caso semelhante foi do exposto Nicolau que, também retornando à Santa Casa mediante ter atingido a idade de 7 anos, a Mesa Administrativa recebeu um requerimento de Ana Maria de Jesus solicitando o recebimento do valor procedente pela criação do mencionado exposto (ATA 4, 1841, p. 147). Assim, com o retorno de crianças expostas que atingiam a idade de criação, na Sessão da Mesa de 28 de Fevereiro de 1841, foi registrado que:

A comissão encarregada de dar o seu parecer sobre o fim ou emprego mais útil que se deva dar aos Expostos logo que completam 7 anos de idade, apresentou o seu trabalho, sendo de opinião que fossem eles recolhidos ao Estabelecimento existente no Arsenal, em consequência resolveu a Mesa que neste sentido se oficiasse ou requeresse ao Exc.mo Presidente da Província remetendo-se para cópia o parecer da comissão (ATA 4, 1841, p. 148).

Direcionar esses meninos expostos ao Arsenal de Guerra, instituição militar mencionada na Ata, hipoteticamente, poderia ser conveniente pelo contexto que a Província de São Pedro do Rio Grande do Sul havia se deparado, visto que, diante do conflito bélico que perdurava há anos, apropriar-se de meninos órfãos e abandonados a fim de torná-los menores aprendizes poderia ser benéfico no que tange a formação de corpos úteis tanto à Província quanto ao Império brasileiro, por meio da formação militarizada, em prol da proteção dessa terra que estava marcada por convulsões entre representantes sociais opositores à Corte Imperial naquele período. Assim, sendo o encaminhamento de infantis desvalidos para o Arsenal de Guerra como um destino pertinente no contexto da época. Dessa maneira, na Sessão da Mesa de 18 de Abril de 1841,

Leu-se o despacho da Presidência da Província seu requerimento em que a Santa Casa pede providências sobre os Expostos maiores de 7 anos, e no qual se juntou o parecer da comissão a respeito, no qual despacho se disse que será a Santa Casa atendida sempre que forem havendo vagas no Arsenal de Guerra (ATA 4, 1841, p. 156).

Notamos que a inserção de meninos expostos nessa instituição militar não se limitava unicamente de infantis desvalidos oriundos de Porto Alegre, uma vez que a Misericórdia de Pelotas também realizava essa tarefa em encaminhar esses pequenos sujeitos ao Arsenal de Guerra, como foi retratado no *Jornal Brado do Sul* (05/01/1860) que, “os meninos, logo que completam sete anos, não havendo quem os recebam com boas garantias, são mandados para o arsenal de guerra desta

capital”. Entretanto, apesar de ser uma possibilidade de destino, os meninos expostos de Pelotas, de acordo com Tomaschewski (2007, p. 192), “raramente iam para o Arsenal de Guerra em Porto Alegre”, uma vez que era dada prioridade em os direcionar a trabalhos na cidade local ou até mesmo exercer funções nos interiores da Santa Casa de Pelotas.

Dando continuidade às discussões educacionais, mesmo que legislações fossem instauradas a favor da estruturação da Instrução Pública na Província às diversas classes, incluindo os que se encontravam em situação de vulnerabilidade, a aplicabilidade social para instituir sistemas educacionais e a criação de um espaço escolarizado demonstrava uma certa desestruturação, dado que a maioria dos territórios de São Pedro do Rio Grande do Sul caracterizava-se por uma comunidade de grande maioria rural. Nesse sentido, “as escolas de primeiras letras, de ensino primário ou elementar eram poucas, e as distâncias delas da moradia dos alunos foi uma das principais razões apontadas pelos pais para o não envio de seus filhos à escola” (LUCHESE; CORSETTI, 2011, p. 465). Contudo, eis o questionamento: como era a situação daqueles que não haviam uma estrutura familiar que pudessem os levar à um ambiente escolar ou contratar um professor particular?

Com o fim da Revolução Farroupilha, em 1845, “controlados os rebeldes e pacificados os ânimos, o Presidente da Província tratou de dar importância à melhoria das coisas públicas” (GIOLO, 1994, p. 34), sendo este o governante Luis Alves de Lima e Silva, o Duque de Caxias, que esteve sob o poder da Província entre 1842 e 1846. Nesse contexto, como aqui já analisamos, diante da alta demanda de crianças desvalidas que adentravam à Santa Casa a fim de garantir alguma seguridade social, poucas discussões eram realizadas quanto à prestação de ensino à elas, visto que é possível notar que o foco maior era em fornecer cuidados básicos e os direcionar para famílias criadeiras, que, na maioria dos casos, permanecia sob criação por um tempo determinado. Com isso, voltado por uma racionalidade econômica, o já citado Presidente da Província teceu uma análise sobre a situação dos infantis desvalidos, ao falar sobre a seguinte questão:

Sobre Expostos Órfãos e Recolhidas direi alguma coisa. Entende-se geralmente ter dado socorros completos aos meninos abandonados por seus Pais, dando-se-lhes criação até a idade de três anos, além dos quais nada se vê estabelecido. Quanto aos meios ainda há mais para o diante a providencia de serem admitidos em Aprendizes de algum Arsenal, onde entram de oito anos ou mais, até se fazerem homens; mas entre a criação e a aprendizagem que se faz deles? As meninas tem pior sorte. Podem ser recolhidas desde que findar a

criação dos três anos, mas serão condenadas a se definharem, e morrerem em uma clausura, sem vocação, para que este sacrificio lhes seja bem aceito, e sem vantagem alguma para para a Sociedade, ao mesmo tempo que a sua reclusão, no fim de alguns anos, terá importado pelo menos dois ou três contos de réis, e em pura perda [...] (RPP, 1848, p. 8).

Questionando o alto custo atribuído às crianças órfãs e expostas residentes da Casa da Roda, esse personagem político dá início a um dos primeiros olhares à uma possível inserção de ensino escolarizado ao infantis desvalidos, uma vez que, como o mesmo discursava, entre os 3 e 7 anos de idade esses pequenos sujeitos estavam limitados apenas ao acolhimento e cuidados em um espaço assistencial, entretanto, não é possível identificar se havia algum tipo de prestação educacional nos interiores das Santas Casas da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul até aquele momento. Nas Misericórdias aqui estudadas, apesar dos Regimentos ordenarem que os Mordomos dos Expostos fossem os responsáveis em garantir a admissão dessas crianças expostas acima de 5 ou 6 anos em alguma escola, não encontramos registro em documentações ou nas Atas das Mesas Administrativas alguma menção sobre algum tipo de providência sobre essas crianças para um ensino escolarizado fora da Irmandade, até porque isso dependia da boa vontade de algum cidadão que, temporariamente, fazia parte da gestão como Mordomo dos Expostos, o que aparentemente não foi o caso por algumas décadas. Ademais, é notório a diferença de tratamento entre os gêneros em virtude dos meninos já terem algum encaminhamento, porém, as meninas tinham suas vivências perpassadas por longos anos dentro da Casa da Roda, sendo, politicamente, consideradas como apenas um gasto público sobre seus cuidados a longo prazo, bem como a própria Roda passava a ser compreendido como “um convento de Freiras não professoras, inúteis à sociedade, e pesadas ao Estabelecimento” (RPP, 1849, p. 4).

Ainda sobre a questão financeira, a expectativa da fundação de um Colégio de Artes Mecânicas para meninos desvalidos mediante a instauração da Lei Provincial Nº 12, de 19 de Dezembro de 1837 não havia sido concretizada. Essa legislação disponibilizava 100:000\$000 para abertura dessa nova instituição educacional, porém, o Presidente da Província Luis Alves de Lima e Silva considerou tal iniciativa de pouca importância, “porque o estabelecimento de aprendizes menores no Arsenal de Guerra desta Província, onde se ensinam todas essas Artes, e que já conta com 34 meninos pobres, supridos pelos cofre gerais, e provinciais, dispensa essa função

(RPP, 1846, p. 18), uma vez que o citado governante pretendia inaugurar um Liceu de Ensino Secundário, assim, repassando esse valor financeiro para outras atribuições que essa autoridade política considerava mais pertinente e de maior necessidade para o contexto da época. Quanto às meninas órfãs e expostas residentes da Casa da Roda, ao menos nos primeiros anos da década de 40 pouco se discutia sobre alguma proposição de ensino à elas, suas saídas daquele recinto limitavam-se unicamente ao matrimônio, contudo, nem sempre a intenção de seus futuros maridos eram boas, dado que haviam aqueles que buscavam uma menina para casar apenas devido a esperança em receber o dote delas, o que também não passou despercebido pela Mesa Administrativa e pela Presidência da Província, dado que no Relatório Provincial de 1848, foi registrado a seguinte situação sobre as meninas desvalidas:

[...] tem de ser entregues a algum homem, muitas vezes sem educação, e que só procura uma órfã indistintamente, a troco de um mesquinho dote rebatido antes, que também estes dinheiro se rebatem, e que em pouco tempo será dissipado, e ela abandonada, e entregue às desgraças de tal condição (RPP, 1848, p. 8-9).

Com isso, em virtude da preocupação com a integridade moral dessas desvalidas, medidas cabíveis foram tomadas a fim de minimizar o abandono matrimonial diante de um possível casamento mercenário que poderiam estar envolvidas. Dessa maneira, foi decidido que as órfãs e expostas seriam dotadas “ao menos, com duas Apólices de um conto de réis, do juro de 6%. Estas Apólices pertencerão sempre à casa de Caridade” (RPP, 1849, p. 4), entre essa providência foi organizado que o dote seria entregue apenas mensalmente com o juros devido, além do mais, em caso de falecimento da órfã ou exposta proprietária daquele dote, seria deixado aos seus filhos o valor restante e “enquanto estes, sendo homens, não tiverem 18 anos e sendo mulheres não se casarem e se conservarem debaixo da tutela de seu Pai, terá direito a receber o juro das Apólices para tratar do filho ou filhos” (RPP, 1849, p. 4). Entretanto, caso o casal não deixasse filhos, o marido “nada mais receberá, pois que os dotes não são para homens” (RPP, 1849, p. 4). Assim, com essa organização monetária sobre os futuros casamentos das desvalidas da Roda, não apenas poderia evitar o abandono por parte de seus maridos, como afastaria as mesmas da prostituição, como poderia ocorrer diante das circunstâncias que eram sujeitadas socialmente.

Cabe ressaltar que a estruturação governamental sobre os dotes foi instaurado a partir da Lei Provincial N° 162, 11 de Julho de 1849. Contudo, na década de 50 surge uma nova mentalidade sobre as meninas órfãs e expostas, quando houveram as primeiras proposições do ensino de 1ª letras nos interiores da Casa da Roda de Porto Alegre (RPP, 1851, p. 12). A partir da segunda metade do século XIX, instituições militares adquirem incrementos para receberem meninos desvalidos em maior quantidade, bem como institutos asilarem começam a serem fundados com o propósito em receber meninas órfãs e abandonadas. São a partir dessas iniciativas que iremos analisar com maior ênfase os destinos desses infantis que tinham suas vivências imersas na Casa da Roda ou sob acolhimento de famílias criadeiras por um período de tempo, bem como investigaremos medidas vigentes acerca da prestação educacional dentro desses ambientes que passaram a inserir esses pequenos sujeitos desvalidos na cultura letrada e, assim, diante da expectativa governamental de época, tornando-os em sujeitos úteis e produtivos à Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

## **4. O DESTINO DOS EXPOSTOS: A EDUCAÇÃO E O TRABALHO COMO SUBTERFÚGIO**

Seguindo o entendimento moral de uma sociedade imperialista marcada pela emergente necessidade de contribuição e relevância produtiva de sua população, era necessário encontrar um fim útil aos infantis desvalidos. Após as crianças expostas percorrerem um circuito institucionalizado, que se iniciava pela recepção na Roda dos Expostos ou atendimento aos requerimentos da Mesa Administrativa, seguido pelo batismo católico, a fim de salvar espiritualmente suas almas, serem alimentados nos primeiros anos de vida por meio de uma ama-de-leite, na tentativa de evitar minimamente os altos índices de mortalidade registrados à época e, por fim, garantir a sobrevivência em famílias criadeiras, compreendemos que o gerenciamento dos infantis na condição de abandono era uma tarefa complexa diante das inúmeras dificuldades financeiras e administrativas das Santas Casas de Misericórdia, tanto em Porto Alegre, como em Pelotas e Rio Grande. Nas documentações investigadas nesse estudo, diante do aspecto social e econômico, é importante observar os desafios enfrentados, parte da comissão administrativa, de fiscalizar todos os aspectos observados nesse circuito de recepção, atendimento e criação dos menores expostos e, ainda, atender as demandas impostas pela Assembléia Legislativa Provincial em relação à assistência à infância desvalida na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul.

Observamos que o retorno das crianças às Misericórdias – com o fim do período de criação, ao mesmo tempo que se recebiam mais infantis órfãos e abandonados – demonstrava as fragilidades nas moradias da Roda. Mesmo diante da frequente reclamação em relação falta de comodidades decorrentes da superlotação de crianças naquele espaço, bem como da falta de recursos financeiros compatíveis com as demandas referentes ao acolhimento dos infantis desvalidos, as Santas Casas mantinham hospitais com diversos enfermos para serem atendidos prioritariamente. Dessa maneira, providências sobre o destino dos expostos passaram a entrar em debates com mais urgência, tornando a educação e o trabalho como possíveis subterfúgios das Misericórdias para retirar aquelas crianças daquilo que comumente foi chamado de tempo ocioso, especialmente, dentro da Casa da Roda.

Como abordamos anteriormente, os principais direcionamentos para os meninos foram os Arsenais de Guerra em Porto Alegre. Dessa forma, pretendemos na sequência observar e analisar as medidas administrativas e governamentais mais relevantes para prover suas instruções e seus devidos locais de acolhimento. Já, para o caso das meninas, seus futuros eram incertos em razão do contexto patriarcal com os quais as mulheres eram culturalmente submetidas, desse modo, suas vivências eram conservadas dentro da Casa dos Expostos por tempo indeterminado, uma vez que pouco eram as perspectivas socioeducacionais por meio da inserção da cultura letrada, o que foi se modificando paulatinamente com a criação de novas instituições escolares e asilares. Portanto, identifica-se dois contextos diferentes entre os gêneros em relação à projeção de seus futuros. Sendo assim, no decorrer do presente capítulo, discutiremos com maior atenção a configuração dessas duas distintas trajetórias que implicaram no futuro das crianças órfãs e expostas.

#### **4.1 De expostos à menores aprendizes: o processo administrativo para a constituição de corpos masculinos dóceis, obedientes e instrumentalizados**

Neste momento, inicialmente, iremos apresentar as trajetórias de dois infantis desvalidos, uma vez que consideramos significativo dar visibilidade às situações de vivência das crianças que adentravam na Roda dos Expostos, de forma que os documentos produzidos pela Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre descrevem as etapas do itinerário assistencial organizado e instituído para atender os infantis abandonados na Província sulista durante o período Imperial. Diante disso, em 10 de Junho de 1841, às 7 horas da noite, o exposto nº 101 foi deixado na Roda da Santa Casa de Porto Alegre. Junto com ele continha um bilhete que dizia ter sido batizado em casa em decorrência da possibilidade de perigo de morte. Sendo nomeado como “Manoel”, trazia consigo algumas vestimentas, entre elas, uma camisa velha, um lenço, um trapo branco e uma tira de bata azul. Foi novamente batizado na Capela do Senhor dos Passos, pelo Padre Orestes Rodrigues d’Araujo, em 8 de agosto de 1841. Durante o sacramento, foi apadrinhado por Domingos Jozé d’Araujo Bastos, e D. Rita Candida d’Araujo Bastos, sendo que a última assumiu compromisso de criar a criança. Devido o falecimento de sua madrinha, passou a ser cuidado por D. Laurinda Candida da Silva Bastos, todavia, em 1 de junho de

1846 voltou a residir novamente na Casa da Roda. Por meio da análise dos documentos, identificamos que seu último destino registrado foi o encaminhamento ao Arsenal de Guerra, no dia 9 de Janeiro de 1850, aos oito anos de idade.

No capítulo anterior analisamos que a inserção das crianças abandonadas não se limitava unicamente por meio do mecanismo da Roda. Ela era composta por uma série de protocolos formais da Mesa para autorizar o infantil a ser acolhido nessa instituição caritativa, ou não. Tais preocupações eram motivadas, principalmente, pela carência de recursos financeiros, excedentes residindo à Casa e dificuldades advindas da falta de pessoas para cuidar das crianças. Entre esses casos, citamos a situação do menino Germano, o qual foi abandonado na Capela de Viamão. Nessa ocasião, o abandonado inicialmente teve a solicitação para sua entrada na Casa dos Expostos indeferida em virtude de ainda não ter sido matriculado. Agora, abordamos aqui, com maior ênfase, a trajetória de Germano. Seu itinerário inicia na data em que nasceu, dia 7 de Agosto de 1839, batizado na Capela do Senhor dos Passos pelo padre João Ignacio de Mello em 22 de Janeiro de 1840. O menino foi admitido na Roda em 17 de Janeiro de 1841 por anuência do Provedor da Santa Casa de Porto Alegre. Seus padrinhos foram Ignacio Rodrigues e sua esposa Januaria Rosa de Jesús e entregue para ser criado pela madrinha, que era residente do Distrito de Viamão. Posteriormente, retornou à Casa da Roda após ter completado 7 anos, com isso, a Mesa Administrativa encaminhou à Presidência da Província um requerimento pedindo que Germano fosse admitido no Arsenal de Guerra como aprendiz menor em virtude do menino exposto demonstrar apto para ser encaminhado à essa instituição (ATA 5, 1848, p. 154), sendo aceito pelo governo provincial e enviado ao Arsenal de Guerra em 14 de Abril de 1848.

Abordar as trajetórias de Manoel e de Germano, desde suas entradas na Casa dos Expostos até o encaminhamento ao Arsenal de Guerra, é interessante para elucidar um pouco sobre como era o roteiro institucionalizado previsto para as crianças tuteladas pela Província. Ainda que estas estivessem na Roda por um breve tempo. Diversas situações semelhantes como as deles ocorreram, uns tendo maior ou menor êxito em continuar com suas famílias criadeiras, porém, como nesses casos apresentados, outros não. O fato é que ambos meninos mencionados tiveram como destino final o direcionamento para essa instituição educativa-militar. Ademais, o encaminhamento de futuros menores aprendizes não se limitava por

meio da Santa Casa de Porto Alegre, visto que a Misericórdia de Pelotas também, eventualmente, enviava meninos expostos ao Arsenal de Guerra da capital. E, afinal, o que era o Arsenal de Guerra?. Foram institutos militarizados fundados no período colonial em localidades consideradas como estratégicas a fim de defender o mais recente território português, de modo que se tornou um pertinente um órgão de guarnição à serviço do Império no que diz respeito a proteção e a manutenção segura dos limites fronteiriços dessa nova terra a ser conquistada e explorada. Dessa maneira, os Arsenais de Guerra eram responsáveis pela produção de fardas, munições, armas, construção de fortalezas e demais aportes militares necessários. Com o advento da Independência do Brasil, esses Arsenais passaram a ser mais investidos de recursos e responsabilidades, devido expectativa Imperial no fortalecimento dessa nova estruturação governamental e, também, na contribuição da consolidação do exército brasileiro. Em Porto Alegre, o Arsenal de Guerra deu início à sua construção em 1774 e foi reconhecido como órgão militar provincial a partir do ordenamento do governo Imperial por meio da Lei de 21 de Fevereiro de 1832 (OLIVEIRA, 1985, p. 53), tendo sido relevante à Corte anos mais tarde devido a convulsão da Revolução Farroupilha. Instituição militarizada essa, cuja arquitetura do prédio é apresentada na imagem abaixo:

**Figura 2** – Arsenal de Guerra de Porto Alegre, final do século XIX



Fonte: <https://www.flickr.com/photos/fotosantigasrs/11012749106>. Acesso em 23 de Out. 2022.

Com o propósito de evitar possíveis conflitos posteriores, o recrutamento de menores aprendizes passou a ser importante para o incremento de sujeitos que pudessem contribuir na continuidade da paz e na mão de obra especializada através da formação educacional. Nesse contexto, excluindo a possibilidade da inauguração de um Colégio de Artes Mecânicas, como foi tratado no capítulo anterior, a Presidência da Província precisou estabelecer um novo regulamento sobre esses meninos desvalidos que seriam encaminhados ao Arsenal de Guerra, uma vez que tinham poucos ofícios para a sua instrução e, financeiramente, necessitava de mais adaptação da instituição militar para recebê-los de forma que pudesse garantir uma maior quantidade de vagas para admissão desses aprendizes, bem como foi estabelecido o aumento da remuneração aos funcionários que estivessem à serviço do ensino aos infantis desvalidos. Inicialmente, “a resolução nº 56 de 28 de Maio de 1846 arbitrou a gratificação de seiscentos mil reis para o Vice Diretor do Arsenal, pela inspeção relativa aos ditos menores, e a de trezentos e sessenta mil reis ao Pedagogo” (RPP, 1850, p. 35). No Relatório Provincial realizado pelo presidente Manoel Antonio Galvão, em 1847, foi mencionado que a partir do Título 2º, parágrafo 14 e 15 da Lei nº 59, 2 de Junho de 1846, seriam ocupados 30 vagas por meninos pobres e órfãos. Com isso, tinha-se como intuito promover melhor qualidade de vivência dentro desse ambiente militarizado, “melhorando igualmente a dos Funcionários que mais perto velam sua educação” (RPP, 1847, p. 11), também, percebeu que “era muito limitado o número de ofícios mecânicos ensinados no Arsenal” (RPP, 1847, p. 11). A partir disso, foi proposta a ideia de estabelecer uma escola de desenho aplicado às artes e, após ter êxito nessa iniciativa, instaurar novos ofícios a fim de atender a expectativa da Província de adquirir vantagens em torno do investimento realizado esses meninos desvalidos (RPP, 1847, 11).

A Santa Casa de Porto Alegre esteve ativamente presente nas mediações sobre os infantis desvalidos residentes da Roda, afinal, era a instituição que realizava as solicitações para o encaminhamento dos mesmos ao Arsenal de Guerra. Contudo, com o decorrer do tempo os meninos órfãos e expostos foram sendo cada vez menos citados nas Atas da Mesa Administrativa, tendo em vista que o Arsenal passou a ser considerado pela Misericórdia e, especialmente, pelo governo provincial como um “Estabelecimento à ser proveitoso à Província” (RPP, 1848, p. 16), demonstrando um parecer favorável à continuidade e ao aumento de

vagas. Portanto, a Santa Casa não havia mais o porquê de se preocupar com o destino daqueles que retornavam à Casa da Roda após completarem 7 anos. Vale ressaltar que “eram admitidos nestas instituições crianças dos oito aos doze anos de idade, conforme o regulamento provincial de 25 de Fevereiro de 1848” (SANTOS, 2018, p. 26). Apesar de ter um regulamento instituído, ainda era preciso estruturar um ambiente específico para promover o ensino aos menores aprendizes. Com isso, o Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andréa reportou no Relatório da Província as seguintes ações:

Em lugar de Aprendizes anexos aos Arsenais, eu criei ali uma escola separada, e sobre si, de Meninos destinados a todos os misteres, que quisessem aprender, e para que quaisquer Mestres os requisitassem [...] como seja a Doutrina Cristã, ler, escrever, contar, e algum desenho linear; feito isso, e tendo almoçado, saem debaixo de forma em diversas direções, e comandados por um deles para as diversas oficinas, em que tem trabalho [...] Quando estes Aprendizes estão prontos, dá-se-lhes a ferramenta completa de seus ofícios, e algum dinheiro, ou alguns dias do respectivo jornal, para viverem os primeiros tempos, e despedem-se (RPP, 1848, p. 18).

Após a institucionalização do regulamento, medidas foram realizadas para obter um espaço específico para o ensino de ofícios aos menores aprendizes, assim como houve a intenção de que estes fossem remunerados pelos serviços prestados. Ao serem inseridos nesse espaço educativo e militarizado, essas crianças estavam sujeitas ao cumprimento de ordenamentos por meio da rígida disciplina e cumprimento da hierarquia, onde aprenderiam “[...] não só uma profissão, mas valores e princípios para serem cidadãos úteis futuramente ao Império, e não problemas sociais, envolvidos em criminalidade e desordem pública (SANTOS, 2018, p. 31). Nesse processo educacional, ficavam sob a tutela de um Pedagogo para receber o ensino das Primeiras Letras em concomitância com a preparação para serem aprendizes de militar, propriamente ditos. O Pedagogo também atuava como o principal responsável na recrutação para lidar com a rotina e o cotidiano do Arsenal de Guerra. De acordo com Ribeiro (2013, p.25), “a lógica do recrutamento militar refletia muito claramente as hierárquicas estruturas de poder, de sociabilidade, dos arranjos econômicos, enfim, da estrutura da sociedade brasileira até o final do Império”. nesse contexto, no Relatório Provincial de 1850, o Presidente José Antonio Pimenta Bueno apresentou como pretensão “conservar um substituto ao Pedagogo, já para o coadjuvar, já para fazer suas vezes quando enfermo, pois

que em todas as ocasiões, em que esta circunstância se realiza muito sofrem os menores” (RPP, 1850, p. 36).

Cada autoridade política que assumiu a Presidência da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul teve sua própria convicção em relação aos cuidados, educação e assistência aos menores, uns dedicando mais investimento aos funcionários que estariam frente à formação dos menores aprendizes, outros visando a expansão de recursos referente a um melhor ambiente dedicado à vivência e instrução desses meninos desvalidos no Arsenal. O Presidente da Província Francisco José de Souza Soares de Andréa, por exemplo, algumas vezes mencionou em relatórios realizados durante sua gestão o interesse por instituir mais artes mecânicas no Arsenal de Guerra, como música e desenho. Fica clara a intenção de que, para esses menores aprendizes, a educação e militarização seria um mecanismo produtor de condutas ideais, “a fim de poderem ficar melhor habilitados para serem úteis a si e à sociedade” (RPP, 1849, p. 6), da mesma forma, quando começou a visar pela contratação de mais mestres de diversas áreas para atividades educacionais que fossem além de ler, escrever e contar. Já, o Presidente José Antonio Pimenta Bueno demonstrava maior preocupação com a expansão e atendimento ao número de matriculados, uma vez que realizou uma petição à Assembléia Legislativa Provincial para que fosse elevado, financeiramente, “o total do crédito concedido para o ensino das artes mecânicas a oito contos de reis, em vez de sete contos quinhentos e trinta mil reis [...] mediante devida economia poder-se-á aumentar o número e melhorar o ensinamentos dos menores” (RPP, 1850, p. 36). Nesse sentido, o Arsenal de Guerra, no decorrer da década de 1850, sofreu “[...] uma série de mudanças em seus regulamentos, devido às demandas oriundas do crescimento das classes de educandos, e devido às necessidades administrativas, que estavam levando a um enorme gasto por parte das verbas provinciais” (SANTOS, 2018, p. 40).

Diante do crescente investimento atribuído a esses menores aprendizes, identificamos que – a partir do momento que um determinado menino exposto era inserido no Arsenal de Guerra, caso ocorresse alguma solicitação para retirá-lo dessa instituição militar para ser criado por alguma outra pessoa ou família – havia um longo procedimento burocrático para avaliar sua saída ou não daquele espaço. Isso fica evidente quando a Regente da Roda dos Expostos de Porto Alegre,

conhecida como Anna Nunes Peixoto, que se encontrava doente, enviou um requerimento à Mesa Administrativa pedindo para ter em sua companhia novamente o exposto Manoel Antonio Peixoto, o qual foi criado pela mesma por um tempo, prometendo educá-lo e tratá-lo como se fosse um filho (ATA 5, 1850, p. 269). Assim, de acordo com o Artigo 42, a comissão administrativa reportou que tal decisão competia à Presidência da Província a anuência pelo retirada do menino Manoel Antonio do Arsenal de Guerra e não da Santa Casa (ATA 6, 1851, p. 36).

Posterior a essa Sessão da Mesa, não encontramos registros acerca do resultado desse requerimento, mas podemos supor que a saída desse menino do Arsenal de Guerra não era uma tarefa fácil, uma vez que era disponibilizado um relativo valor pelos seus cuidados básicos, como alojamento, alimentação e vestuário, e pela instrução de ofícios. Desse modo, não seria benéfico ao Governo Provincial ou até mesmo à Corte interromper sua formação dentro do Arsenal de Guerra. De certa forma, essa questão torna-se notória a partir do discurso realizado no Relatório Provincial de 1852, feito sob poder do Vice Presidente Luis Alves de Oliveira Bello, o qual considerou o encaminhamento de meninos desvalidos aos Arsenal como uma prática benéfica à Província em virtude de considerar essa formação positiva devido haver como resultado “alguns artífices hábeis, e perfeitamente educados” (RPP, 1852, p. 20). Além do mais, “no Arsenal de Guerra de Porto Alegre existiam duas classes de menores aprendizes, a Classe Geral, regida e mantida pelos cofres Imperiais, e a Classe Provincial, mantida pelos cofres públicos da província” (SANTOS, 2018, p. 26). No que diz respeito às divisões de classes dos menores aprendizes até o ano datado nesse relatório, havia 50 pelo Geral e 56 pelo provincial. Após algumas remodelações nos regulamentos, o Vice Presidente da Província Luis Alves de Oliveira Bello reportou as seguintes condições acerca do tratamento dado dos menores aprendizes no Arsenal, bem como as futuras expectativas profissionais ao refletir que:

Os menores são muito bem tratados, recebem excelente educação, e aprendem a ler, escrever, contar, e alguma arte mecânica, para que tenham aptidão: chegados aos 18 anos de idade são despedidos, se tem completado a sua aprendizagem, e se acham em estado de ganhar a vida por si; ou são admitidos às oficinas do Arsenal, como operários, se há necessidade dos seus serviços (RPP, 1852, p. 20).

A partir disso, é possível perceber um otimismo acerca da classe de menores aprendizes para uma produtiva contribuição social à Província. Contudo, apesar de

os meninos desvalidos serem inseridos no Arsenal de Guerra, eles também estavam propensos a serem designados a outras instituições militares. No Relatório Provincial de 1847 foi relatada a solicitação feita ao Ministro da Marinha da época para receber esses menores aprendizes nos Arsenais da Marinha, “a fim de aprenderem os diferentes misteres próprios da construção naval” (RPP, 1847, p. 11), isso porque, conforme já abordado, o Arsenal de Guerra de Porto Alegre ainda não tinha tantos ofícios e comodidades suficientes para receber um grande grupo de menores aprendizes naquele período, sendo assim, o citado Ministro da Marinha aceitou tal solicitação e, em um primeiro momento, foram enviados vinte menores aprendizes (RPP, 1847, p. 11). Essa prática de enviar meninos ao Arsenal da Marinha da Corte Imperial continuou no decorrer dos anos desde essa primeira iniciativa, com isso, o Vice Presidente Luis Alves de Oliveira Bello apresentou a ideia para que esses educandos fossem financiados não mais pelos cofres provinciais e sim pelo geral, uma vez que, na concepção dessa autoridade governamental, o direcionamento de menores aprendizes ao Arsenal da Corte estava “privando a Província de cidadãos úteis, e dos bons serviços, que eles lhe podem prestar em compensação das despesas de sua educação, e ensino” (RPP, 1852, p. 21), bem como propôs que esses educandos do Arsenal de Porto Alegre não fossem mais encaminhados para outras instituições militares além dos que existiam na Província Rio-grandense.

Outra questão a analisar é que, além da Santa Casa de Porto Alegre ser responsável em encaminhar meninos órfãos e expostos ao Arsenal de Guerra, essa instituição também ficava responsável por tratar dos menores aprendizes enfermos. Porém, ainda em 1852, o Procurador Jozé Domingues dos Santos realizou um requerimento à Presidência da Província informando a pouca conveniência em continuar recebendo menores enfermos para serem tratados no Hospital pela diária de 320 réis, e muito menos por 220 réis, conforme designado pela Lei do Orçamento, por essa razão a Mesa Administrativa noticiou a decisão pela não continuidade em recebê-los, sugerindo que esses menores aprendizes fossem tratados no próprio Hospital Militar (ATA 6, 1852, p. 138). Em retorno a esse ofício, o Presidente da Província negou esse pedido e informou os motivos pelos quais não poderia cumprir com tal solicitação realizada pela Mesa Administrativa da Santa Casa (ATA 6, 1852, p. 144). Com base nisso, apesar da colaboração estabelecida

entre a Santa Casa e a Presidência da Província para o envio de meninos expostos ao Arsenal, é possível identificar algum entrave financeiro quanto a esse relacionamento entre as instituições que tutelavam a assistência dos menores.

Na Sessão da Mesa de 9 de Janeiro de 1853, por exemplo, foi discutido o ofício enviado pelo Mordomo do Cemitério tratando da recusa do diretor do Arsenal pelo pagamento das despesas funerárias de um menor aprendiz que havia falecido. Nessa reunião, foi apresentado à comissão administrativa um documento comprobatório, feito em 28 de Dezembro pelo Escrivão encarregado da Coxeira, informando ter solicitado há mais de um mês o pagamento ao diretor, que negou o pedido devido considerar ser de responsabilidade da Presidência da Província o consentimento pela liberação de recursos para o sepultamento do menino, uma vez que o Menor finado era pobre (ATA 7, 1853, p. 3). Posterior a essa Sessão da Mesa Administrativa da Santa Casa de Porto Alegre, surgiram outras solicitações por meio de ofícios à Presidência da Província com a intenção de desobrigar essa instituição caritativa pelo cuidados dos expostos e tratamento médico e funerário aos menores aprendizes (ATA 7, 1853, p. 54). Contudo, apesar dos diversos pedidos à Presidência para exonerar a Misericórdia dessa responsabilidade sobre os infantis doentes ou defuntos, é possível perceber que tais serviços deram continuidade, mesmo com o Presidente da Província negando tais petições realizadas pela Mesa Administrativa. Não podemos deixar de mencionar que se tratava de um contexto no qual ainda não havia vacinas para as mais variadas doenças. Os menores aprendizes frequentemente eram afetados por mazelas sanitárias, conforme pode ser constatado no quadro apresentado abaixo em relação à causa de óbitos dos menores aprendizes:

**Quadro 3 – Demonstrativo dos Menores do Arsenal que faleceram na Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (1860-1870)**

Nome	Origem	Cor	Idade (anos)	Causa da Morte
José Antonio	Menor da Classe Geral	Branca	7	Tísica pulmonar
Jose Lourenço	Menor da Classe Provincial	Indiática	11	Disenteria
Fernando de Nonohay	Menor da Classe Provincial	Branca	18	Diarréia
Manoel Pires	Menor da Classe Provincial	Indiática	19	Tísica pulmonar

Jose Portella	Menor da Classe Provincial	China	15	Escrófulas
Antonio Maria de Oliveira	Menor da Classe Geral	Preta	16	Variola confluyente
Augusto Fausto de Abreu	Menor da Classe Geral	Branca	14	Úlceras intestinais
João Ribeiro de Almeida	Menor da Classe Provincial	China	12	Diarréia
Leopoldino Telles de Menezes	Menor da Classe Provincial	Branca	8	Pneumonia
Marcelino Jose da Fonseca	Menor da Classe Geral	Branca	10	Tifo
Paulo	Menor da Classe Provincial	Parda	8	Consumpção

**Fonte:** Quadro elaborado por Santos (2018, p. 77) a partir dos Livros de óbitos do Cemitério da Santa Casa de Porto Alegre.

A partir desse quadro, infere-se o quanto a Presidência da Província necessitava dos atendimentos da Santa Casa para prestar um amparo de saúde e funerário a esses menores aprendizes, ao mesmo tempo que precisava de um local institucionalizado para atender os infantis órfãos e abandonados, assim, dando continuidade ao vínculo existente com a Irmandade.

Dando seguimento às discussões acerca da prestação educacional na metade da centúria dos Oitocentos, a escola para os menores aprendizes no Arsenal de Guerra de Porto Alegre contava com a direção do Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos que, com a aprovação da Presidência, instituiu as oficinas de música vocal e instrumental, sendo considerado pela autoridade política Luiz Alves Leite de Oliveira Bello esse ato educacional como o “mais importante ainda, e mais digno de ser conservado” (RPP, 1852, p. 20). Já, em 1853, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbú assumiu como o sucessor da Presidência da Província. Na sua administração propôs reflexões acerca da continuidade do ensino de música aos menores aprendizes, comentando ironicamente que “tanto progresso tem eles feito nessa arte, que já uma banda composta de 38, com instrumentos dobrados desempenham sofrivelmente algumas sinfonias” (RPP, 1853, p. 30). Diante de um quadro mais favorável, pós a Revolução Farroupilha, ainda sob iniciativas do diretor Coronel Ignacio Corrêa de Vasconcellos, houve alterações de localidade do

alojamento dos menores aprendizes, bem como foi ratificado que os meninos eram bem tratados e recebiam uma educação digna de elogio (RPP, 1853, p. 3).

Contraditoriamente, no ano de 1854, o mesmo Presidente da Província reafirmava que os menores aprendizes recebiam “uma sofrível educação tanto de primeiras letras e música, como de artes mecânicas” (RPP, 1854, p. 33), demonstrando uma opinião divergente ao que foi retratado em documentos anteriores. Com base nesses discursos incompatíveis, é importante lembrar que a situação encontrada pelos meninos do Arsenal nem sempre era confortável, tal qual os relatos provinciais e dos diretores da instituição. Havia, sim, uma difícil realidade militarizada a qual esses menores estavam imersos, uma vez que Ribeiro (2016, p. 314) aponta para a hostilidade que esses infantis desvalidos vivenciavam dentro do Arsenal devido ser “fácil encontrar na documentação menções a fugas e capturas de menores aprendizes da instituição”, bem como, também, estavam sujeitos às más condições trabalhistas e de insalubridade no local de serviço. Conforme foi relato por Ribeiro (2016, p. 310) que:

Às sete horas da noite de 09 de junho de 1838, ocorreu uma explosão no laboratório do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Na ocasião, morreram os menores aprendizes João Alves, quatorze anos, Polidoro Bastos e Antonio Joaquim Daniel da Silva, ambos com dez anos, e o pardo João Padreco [...] No laboratório, que era um prédio feito de madeira, havia materiais inflamáveis e explosivos, como cartuchos de vários calibres, pólvora, espoletas, salitre, algodão, lampiões de vidro, móveis, breu (piche), etc. (RIBEIRO, 2016, p. 310).

Apesar de os Presidentes da Província, em seus relatórios, propagarem elogios ao Arsenal de Guerra para os menores aprendizes, havia fragilidades que colocava em risco a segurança desses infantis devido estarem inseridos em um ambiente militar que os sujeitavam a manusear diversos materiais bélicos que poderiam comprometer suas integridades físicas em espaços possivelmente inapropriados. Por exemplo, no Arsenal os meninos eram ensinados e encaminhados à produção balística tendo contato direto com o Galpão de Pólvoras. Com base nisso, não é estranho nos depararmos nas documentações oficiais com menções sobre menores aprendizes que se encontravam “ausentes por excesso de licença” (RPP, 1853, p. 30) ou “ausentes sem licença” (RPP, 1856, p. 52). Vale ressaltar que, quanto instrução de ofícios, em 1855, o Arsenal contava com “68

menores pertencentes à classe provincial, dos quais 26 aprendem o ofício de carpinteiro, 13 o de correeiro, 11 o de latoeiro, 7 o de funileiro, 6 o de sapateiro, 2 o de coronheiro, 2 o de ferreiro, e 1 o de alfaiate” (RPP, 1855, p. 33-34), portanto algumas atividades eminentes a situações de acidentes.

Em 1856, o novo diretor da Escola de Aprendizes do Arsenal de Guerra, o qual não teve o nome divulgado no Relatório Provincial, identificou um déficit financeiro mediante má administração monetária por parte do diretor antecessor, que apropriou um elevado valor destinado aos menores aprendizes para financiar a compra de instrumentos musicais e fardamento. Com isso, o referido diretor apresentou a necessidade de um regulamento que determinasse a maneira de ser a província indenizada da despesa feita com tais aprendizes (RPP, 1856, p. 24). Diante dessa irregularidade fiscal, tentativas foram feitas para superar esse prejuízo dentro do que a Lei do Orçamento estabelecia sobre a receita de até 300 réis, porém, frente a essa dificuldade de suprir todos os recursos mediante essa dívida feita pelo antigo gestor, o Presidente da Província manteve entregar “a quantia de 600\$ rs. para esse pagamento, ficando assim o cofre dos menores exonerado de qualquer responsabilidade” (RPP, 1856, p. 52). Assim, contribuindo para o recebimento de mais aprendizes que poderiam servir à Província e não estarem propensos à “vadiagem” tendo em vista que “através da Escola de Aprendizes de Porto Alegre, o Estado buscou controlar a sociedade, reprimindo a vadiagem ao enviar meninos pegos sob essa alegação para Escola” (FERREIRA, 2011, p. 32).

No que diz respeito aos infantis abandonados, é pertinente ressaltar que a partir da primeira iniciativa no âmbito legislativo em enviar meninos desvalidos ao Arsenal de Guerra, a inserção dessas crianças não se limitava unicamente aos oriundos da Roda dos Expostos das Santas Casas de Misericórdia, que, de acordo com Gertze (1990, p. 235), “além dos expostos da Capital o Arsenal recebia expostos de outras vilas e cidades, encaminhados pelas respectivas Câmaras Municipais”. Dessa maneira, até o ano de 1856, tinha sido matriculados 68 aprendizes, sendo 8 expostos que estavam sob incumbência das Câmaras Municipais, os quais recebiam o ensino de Primeiras Letras, doutrina cristã, ofícios e, alguns aprendiam música (RPP, 1856, p. 24). Até aquele período já existiam diversos tipos de ofícios e todos os menores aprendizes estavam envolvidos em algum deles, conforme apresentada na tabela abaixo:

**Tabela 1** – Mapa enviado pelo Diretor do Arsenal de Guerra de Porto Alegre ao Presidente da Província sobre a ocupação dos Ofícios pelos Menores Aprendizes

Ofícios	Nº de Menores Aprendizes
Carpinteiro	30
Latoeiro	10
Correio	8
Sapateiro	7
Funileiro	5
Fogueteiro	2
Alfaiate	2
Ferreiro	2
Tanoeiro	1
Coronheiro	1

**Fonte:** Relatório do Presidente da Província, 1856, p. 24.

A cada ano que passava mais meninos desvalidos eram inseridos no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, tendo sido até 1857 “educados à expensas dos cofres provinciais no arsenal de guerra 72 menores, filhos de pessoas nimamente pobres, órfãos e expostos à cargo dos estabelecimentos de caridade e das câmaras municipais” (RPP, 1857, p. 57). Como podemos observar, tinha investimento governamental para cada vez mais elevar o número de menores no Arsenal, bem como estruturar o ensino de ofícios diversos. Contudo, diante da cultura patriarcal, a lógica de incluir moças órfãs e abandonadas no Arsenal de Guerra não era conjecturada pelas autoridades políticas da época, inclusive, a presença de mulheres nesses órgãos militarizados era proibida. Com isso, excluindo a possibilidade o Arsenal de Guerra ser um destino que pudessem fornecer um ensino à elas também.

Como analisamos, o governo provincial buscava ampliar a quantidade de vagas, demandando uma maior quantidade de menores aprendizes nesse espaço militar. Desse modo, o espaço destinado ao alojamento desses aprendizes demonstrava ser inadequado, uma vez que “certas moléstia que tem acometido a alguns menores, delatam um vício, que cumpre de pronto extirpar, por ser fatal à

sociedade” (RPP, 1857, p. 58). No Relatório do Presidente da Província Angelo Moniz da Silva Ferraz apresentado à Assembléia Legislativa Provincial na 1ª Sessão da 8ª Legislatura, foi exigido que realizassem uma reforma no espaço destinado à moradia e ao ensino dos menores aprendizes. Foi sugerido que fosse instituído um ambiente à parte do Arsenal de Guerra para esses meninos em um modelo similar ao Asylo de Santa Leopoldina, que falaremos posteriormente, sendo uma instituição semelhante com estabelecimentos existentes em países europeus destinados a órfãos e expostos, os quais a prática asilar “nesses países, em lugares próprios, os educando recebem o ensino teórico e prático da agricultura. De exemplo sirva o asylo — Escola-Fenelon —, que, além de muitos outros, possui a França” (RPP, 1858, p. 58). Compreendemos que foi acatada essa proposta, porém, no Relatório feito por Joaquim Antão Fernandes Leão em 1860, mediante ordenamento desse governante, foi anunciado que os menores aprendizes retornaram “a residir no edifício do Arsenal de Guerra, por não convir que tivessem alojamento fora do Estabelecimento; poupando-se assim a despesa de 480\$000 réis, que anualmente se fazia com o aluguel do prédio, onde pernoitavam com o Pedagogo” (RPP, 1860, p. 28). Apesar de novas proposições, inevitavelmente, o local de residência desses meninos desvalidos continuava sendo nos interiores do terreno do Arsenal de Guerra de Porto Alegre. Além do mais, naquele ano encontravam-se matriculados 50 educandos, sendo que 10 dessas vagas estavam destinadas aos expostos.

A demarcação regimentar das estruturas militarizadas estão fundamentadas por meio de dois principais motes: hierarquia e disciplina. Nessa perspectiva, dentro das relações de poder sobre esses infantis, o processo de disciplinação dos menores aprendizes esteve atrelado à necessidade governamental em moldar comportamentos e hábitos que fossem favoráveis produtivamente à Província. Dessa forma, nos apropriando das concepções de Foucault (2009), a viabilidade do acesso à educação e o acolhimento em espaço militar teve como intencionalidade o controle dos corpos com o propósito de torná-los dóceis e obedientes dentro dessa instituição, formando na lógica disciplinar “[...] então uma política das coerções que são um trabalho sobre o corpo, uma manipulação calculada de seus elementos, de seus gestos, de seus comportamentos” (FOUCAULT, 2009, p. 133). O governo para a docilidade dos corpos desses menores aprendizes foi perpetuado mediante a moldagem para a submissão em decorrência do alto investimento atribuído para a

formação educativa desses meninos desvalidos. Portanto, entendemos que as práticas de educabilidade estabelecidas nos interiores do Arsenal de Guerra também estão vinculadas à ressocialização, uma vez que forneciam a possibilidade de adquirir aprendizagens de ofícios, elementos da leitura, escrita, contagem e catecismo. No entanto, dentro dessa instituição caracterizada pela vigilância desses menores, suas formações foram desenvolvidas na lógica punitivista a fim de torná-los úteis à sociedade mediante a expectativa governamental de adquirir futuros contribuintes na mão de obra especializada e qualificada.

Para finalizar discussões acerca dos meninos expostos encaminhados à essa instituição militar da capital, foi identificado que “entre os anos de 1838 até 1863 foram remetidos para o Arsenal de Guerra 32 menores, para servirem nas classes de menores aprendizes, e portanto sua tutela e guarda estaria a cargo do Exército Imperial” (SANTOS, 2018, p. 84). Contudo, cabe salientar que em outras Províncias meninos órfãos e expostos não eram somente enviados ao Arsenal de Guerra. Segundo Venâncio (2021, p. 199), na Bahia, infantis abandonados também eram encaminhados à Companhia de Aprendizes Marinheiros, instituições navais essas que inauguradas “a partir de 1840, representavam uma ruptura fundamental em relação ao atendimento dos meninos pobres maiores de sete anos de idade” (VENÂNCIO, 2021, p. 198). Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, sob imposição Decreto Nº 2.725, de 12 de Janeiro de 1861, foi firmada a fundação da Companhia de Aprendizes Marinheiros na cidade de Rio Grande, a qual iniciou suas atividades a partir de 1862. No entanto, não identificamos fontes acerca do encaminhamento de meninos órfãos e abandonados da Roda de Rio Grande à essa instituição militar, nem o envio de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre à Companhia de Marinheiros Rio-grandense, mas, é relevante comentarmos que não descartamos a hipótese de ter ocorrido o direcionamento desses pequenos órfãos e expostos para servirem como aprendizes navais em algum momento nesse instituto militarizado aqui apresentado<sup>15</sup>. Além do mais, é notório que os Presidentes da Província constantemente buscaram ampliar a

---

<sup>15</sup> Apesar de não encontrarmos menções sobre envio de meninos órfãos e expostos oriundos da Roda dos Expostos, identificamos que o Decreto Nº 1.517, de 4 de Janeiro de 1855, Art. 10, Parágrafo 1 e 2, permitia que autoridades competentes preenchesse vagas com menores voluntários ou órfãos e desvalidos. Para saber mais, disponível em: <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1824-1899/decreto-1517-4-janeiro-1855-558302-publicacaooriginal-79450-pe.html#:~:text=Crêa%20humana%20Companhia%20de%20Aprendizes,manda%20observar%20o%20Regulamento%20respectivo>.

quantidade de vagas para receber meninos desvalidos no Arsenal de Guerra de Porto Alegre, mas apesar da Escola de Aprendizes demonstrar fragilidades quanto a sua estrutura e dificuldade com a gestão econômica, o encaminhamento desses infantis desvalidos foi uma oportunidade para adquirirem uma formação educacional e um espaço de acolhimento além da Casa da Roda, porém, no caso das meninas desvalidas, durante alguns anos pouco se falava acerca de um destino e será sobre elas que iremos a partir desse momento discutir.

#### **4.2 As meninas órfãs e expostas: a condição feminina e sua inserção social**

Como podemos observar, enquanto os meninos já tinham encaminhamentos para um novo local de acolhimento que pudesse prestar formação educacional, a situação das desvalidas ainda não tinha definição. Ao menos politicamente, o governo provincial não demonstrou interesse ou atenção quanto a urgência para a formalização do acesso da educação formal às meninas, de modo que suas saídas da Roda eram indeterminadas, a não ser que se casassem, e enquanto os meninos já eram enviados ao Arsenal de Guerra, as moças órfãs e expostas ainda não tinham inclusão do ensino em suas vivências nas Santas Casas, desse modo, serão sobre essas questões que discutiremos a seguir.

Assim como abordamos sobre o destino dos meninos órfãos e expostos apresentando a trajetória de dois menores provenientes da Casa da Roda, consideramos pertinente dar início às reflexões do mesmo modo. Diante disso, em 2 de Janeiro de 1842, às 11 horas da noite, a exposta nº 125 foi deixada na Roda da Santa Casa de Porto Alegre, tendo sido entregue no mesmo dia à Joaquim Jose da Trindade e sua esposa Francisca da Silva Trindade para criação, a qual no Livro de Matrícula consta ter sido nomeada como “Ignêz”. Foi batizada pelo Padre Orestes Rodrigues de Araujo, em 20 de Fevereiro de 1842. No entanto, ao completar oito anos de idade, em 2 de Janeiro de 1850, teve que retornar à Casa dos Expostos. Como destino final da sua trajetória assistencial, casou-se em 22 de Maio de 1858 com José de Souza Barros. Semelhante situação encontramos na exposta nº 155, que, em 13 de Novembro de 1842 foi deixada à Roda com, aparentemente, 3 meses de vida. Junto com ela continha um bilhete noticiando que a menina havia sido batizada e chamada de “Maria Bernadina d’Asumpção”. No dia seguinte ao abandono, Maria Bernardina foi entregue para ser criada por Bernadina Maria da

Conceição, onde somente retornou à Casa da Roda no dia 1 de Janeiro de 1851, quando tinha nove anos. A menina Maria também teve como destino o casamento, realizado em 8 de Abril de 1858 com José Manoel Pereira da Silva. No contexto oitocentista, a presença feminina na sociedade era marcada pelo silenciamento, as quais apenas aquelas que se casavam garantiram um certo “*status*” que pudessem refletir na visibilidade sobre suas posturas entre o corpo coletivo mediante constituição familiar. Nesses casos, identificamos que os procedimentos burocráticos quanto ao controle dos dotes foi motivo de bastante atenção pelas Mesas Administrativas das Santas Casa, pois estava relacionada à preocupação com o manutenção da integridade moral daquelas que apropriavam do matrimônio como recurso para serem úteis como exímias esposas.

Isso fica evidente quando na Sessão da Mesa de 30 de Junho de 1858, o Provedor informou sobre a realização do matrimônio das meninas expostas aqui citadas, que tiveram aprovação sobre esses casamentos em virtude de seus respectivos maridos demonstrarem um parecer positivo à comissão administrativa dessa Irmandade (ATA 8, 1858, p. 119). Com base nisso, diante da apresentação dessas duas trajetórias é possível observar comparativamente que enquanto os meninos expostos já tinham uma possibilidade de destino à uma instituição militar após retornarem à Casa da Roda – que promovia a eles o ensino e o trabalho –, as meninas não tinham a mesma oportunidade de serem encaminhadas a um instituto educativo, sendo assim, uma das poucas alternativas para suas saídas desse espaço assistencial era por meio do casamento. Contudo, novas convicções voltadas à instrução dessas meninas passaram a emergir por meio da expectativa social, religiosa e governamental na instauração de um espaço mais específico a elas. Nessa perspectiva, iremos analisar essa transição das ações voltadas à formalização do matrimônio até a estruturação de um ambiente de acolhimento dedicado à formação educacional feminina.

Primeiramente, é pertinente comentarmos que no cotidiano da Roda dos Expostos não era incomum as Mesas Administrativas receberem doativos e heranças deixados para esses infantis desvalidos, especialmente para as meninas que ali residiam. Por exemplo, na Santa Casa de Porto Alegre, uma das primeiras doações aos expostos foi realizada em 1841, por iniciativa do Diretor da Sociedade Philantropia e Liberdade, que deu à Irmandade um valor de 200 mil réis (ATAS 4,

1841, p. 164). Por conta da mentalidade caritativa cristã insurgente na comunidade de Porto Alegre, a Misericórdia tão comumente era mantida por parte dessas doações realizadas, visto que, às vezes, o valor fornecido pelo governo provincial ainda não atendia todas as demandas hospitalares necessárias em decorrência das diversas atribuições dos serviços prestados. Dessa forma, existiam instituições filantrópicas que contribuía para a arrecadação dos dotes às meninas expostas.

Sucedendo a esse fato, na Sessão da Mesa, em 5 de Dezembro da 1841, foi autorizado pelo Procurador dos Expostos o envio de um requerimento ao Juiz competente, e também tutor das órfãs Emília e Ana, para que as meninas citadas recebessem a herança deixada por Francisco Gonçalves Carneiro após seu falecimento (ATA 4, 1841, p 192). Posteriormente, esse valor deixado às órfãs serviu como um fundo financeiro do tradicional dote para quando essas meninas futuramente se casassem, o que de fato ocorreu quando na Sessão da Mesa, em 10 de Setembro de 1843, foi tratado acerca do matrimônio de Emília, que ficou o Procurador responsável pela arrecadação da quantia deixada pelo doador falecido, conforme constava em seu testamento, no valor de 200 mil réis (ATA 5, 1843, p. 5). A partir dessa organização financeira, a Mesa Administrativa discutiu sobre o requerimento feito por Martinho Antonio dos Santos pedindo em casamento a citada órfã e, após uma análise sobre a conduta desse sujeito e o desejo de Emília de se casar, a comissão autorizou que o matrimônio ocorresse, bem como o dote fosse entregue para o noivo. Além do mais, pelo fato de Emília ser a primeira órfã a casar nessa Irmandade, foi decidido que receberia a vestimenta própria para a cerimônia e 150 réis para o enxoval (ATA 5, 1844, p. 23). Esse exemplo é significativo, na medida que demonstra os possíveis destinos para as meninas que entravam órfãs ou expostas à Roda. No entanto, também reflete a condição social feminina dessa época.

Outro fato ocorrido em prol da arrecadação financeira às meninas para comporem os seus dotes foi por meio da proposta feita por Daniel Allon, que sugeriu à Mesa Administrativa da Santa Casa de Porto Alegre o oferecimento de um espetáculo ao público a fim de recolher um valor à 2ª órfã que se casasse (ATA 5, 1846, p. 105). Como resultado, foi gerada uma quantia de 653\$100 réis, que foi efetuada em apólices da dívida pública para usufruto posterior das meninas desvalidas residentes da Roda da capital (ATA 5, 1846, p. 107). Conforme o passar

dos anos, solicitações para o casamento de órfãs e expostas começaram a ser mais recorrentes, entretanto, nem todos os pedidos tinham aprovações por parte da Mesa Administrativa. Esse é o caso registrado na Sessão da Mesa, em 18 de Janeiro de 1848, cujo Mordomo dos Expostos Joaquim José Leocádio Guerra informou ao Provedor a respeito do requerimento feito por Manoel Furtado de Araujo, que pedia o consentimento para se casar com a exposta Maria Ambrozina, porém, sem atentar aos motivos e circunstâncias, o pedido foi indeferido (ATA 5, 1848, p. 149).

Não podemos deixar de lembrar que, como já discutimos no capítulo anterior, diante do lucrativo sistema de dotes, existiam situações as quais homens procuravam órfãs e expostas apenas para adquirir benefício monetário, o que poderíamos nomear como “casamentos mercenários”. Tendo em vista a ocorrência dessa tipologia de crime, em que homens mercenários contraíam matrimônio com meninas tuteladas à Roda na intenção de obter vantagens financeiras a partir do recebimento do dote da desvalida, foi a razão pela qual a Mesa indeferia alguns pedidos de casamentos. Não obstante, considerando a condição social que as meninas ocupavam à época, não seria equivocada inferir que ao serem abandonadas por seus maridos, algumas se sujeitavam à prostituição como forma de subsistência, por conseguinte, revelando um duplo enjeitamento, uma vez que quando pequenas foram residir na Casa dos Expostos devido a perda de seus pais ou pela renúncia do seus genitores, e com maior idade, novamente se viam abandonadas por seus cônjuges. Para evitar isso, a Mesa Administrativa analisava com rigor o caráter do sujeito que solicitava o pedido de casamento, com o intuito de “evitar os inconvenientes de aceitar-se como noivo indivíduos desonestos e oportunistas” (GERTZE, 1990, p 223), sendo um questão desafiadora à comissão responsável pelas expostas constantemente. Diante das circunstâncias sobre o casamento das órfãs e abandonadas, a Presidência da Província também buscou instaurar medidas que pudessem proteger essas meninas quanto à manutenção dos matrimônios. O Presidente Francisco José de Souza Soares de Andréa, no Relatório Provincial proferiu a seguinte reflexão:

O único modo de evitar estes males, segundo entendo, é cuidar muito antes em estabelecer fundos suficientes, que possam produzir, em cada ano, o maior número de dotes, que foi possível, de dois contos de réis ao menos, de modo que os maridos das Órfãs, e elas mesmas só possam dispor da renda paga regularmente, enquanto vivos; por que esta maneira de possuir um dote obrigará o casal a se conservar unido, e, em casos de abandono, ou outro qualquer, terá o

Colégio, ou casa dos Órfãs meios de recolher outra vez a sua filha sem aumentar a despesa. Com estes dotes depois de criados, cujo capital nunca mais sai da casa, haverá cada ano um maior número deles a distribuir, e o Recolhimento só terá meninas e não mulheres (RPP, 1848, p. 9).

A partir dessa proposição, é possível perceber que desde os primeiros casos de casamentos, o governo provincial não se eximiu sobre a estruturação de regulamentos matrimoniais diante da problemática envolvendo os dotes. Novamente nos remetendo à situação de Manoel Furtado de Araujo, no ano seguinte após o indeferimento de sua solicitação, foi enviado outro requerimento ao Mordomo dos Expostos pedindo Maria Ambrozina em casamento, que mais uma vez foi negado pela Mesa Administrativa (ATA 5, 1849, p. 193). Diante dessa persistência por parte de Manoel para casar com a exposta Maria Ambrozina, na Sessão da Mesa de 22 de Maio de 1849, após a análise feita por uma comissão especial, compreenderam que esse sujeito “mostrava ter sido de exemplar comportamento em todo o tempo que serviu no 7º Batalhão de Caçadores de Linha” (ATA 5, 1849, p. 196). Nessa perspectiva, para a formalização matrimonial, foi proposto que estabelecesse regras quanto à questão financeira desses dotes a partir da total responsabilidade da Santa Casa com relação à realização de apólices da Dívida Pública de 2 contos de réis (ATA 5, 1849, p.196). Com início dessa proposta, normativas foram firmadas, como, por exemplo, o valor do dote ser destinado para outra menina da Roda em caso de falecimento da órfã ou exposta proprietária desse dinheiro. No caso de herdeiros da possível falecida, a filha receberia esses juros enquanto solteira e o filho até os 18 anos se não trabalhasse, bem como possíveis netos não teriam direito a essa “herança” (ATA 5, 1849, p. 198).

Mediante toda essa organização normativa, enfim, foi aceito que Manoel se casasse com Maria Ambrozina. Com isso, podemos considerar que suas diversas insistências alarmaram a Mesa Administrativa, provocando atenção sobre a continuidade da integridade moral das órfãs e expostas após o matrimônio. Como um ensaio inicial sobre essas estruturações em torno dos dotes, a Presidência da Província reportou que não tendo a Santa Casa recursos financeiros suficientes para os dotes e pelo fato de as doações eventualmente realizadas ainda serem insuficientes, foi proposto uma consignação anual para dois dotes a favor daquelas órfãs a fim de diminuir a quantidade de meninas na Casa da Roda progressivamente

conforme fossem se casando (RPP, 1849, p. 4). Dessa maneira, com todos os preparativos para o matrimônio de Maria Ambrozina prontos, a comissão administrativa decidiu agendar a cerimônia para o dia 1 de Setembro de 1849 na Capela Nosso Senhor dos Passos (ATA 5, 1849, p. 203).

Cerca de nove anos após o casamento, Manoel Furtado de Araujo solicitou que fosse adiantado o valor do dote de sua esposa em dois anos, que foi negado pela comissão (ATA 8, 1858, p. 106). Poucos meses depois, o mesmo mais uma vez solicitou o adiantamento do dote em seis meses, que também foi indeferido (ATA 8, 1858, p. 111). Além de contrariar as normativas, também tinha uma razão intrínseca por parte da comissão pela não aceitação dos pedidos realizados sobre o dote, visto que havia diversas meninas ainda dispostas ao casamento, portanto, permitir esse adiantamento não seria interessante financeiramente à Santa Casa. Contudo, torna-se interessante observar que dividir os valores dos dotes em apólices de juro contribuiu para a continuidade dos matrimônios dessas meninas desvalidas, uma vez que Manoel Araujo se fez presente nas solicitações em torno do dote até mesmo anos depois a datar seu casamento com Maria Ambrozina. Ademais, como constatamos, por diversas vezes as arrecadações dos dotes foram realizadas por meio de doações e heranças deixadas às órfãs e expostas, porém, as Irmandades da Província também realizavam parcerias no intuito de garantir financeiramente mais dotes às meninas da Roda captadas por meio de Loterias. Conforme apresentado na Ata da Sessão da Mesa de 27 de Junho de 1852,

[...] participando que dos Bilhetes da Loteria que ficaram por vender, e por conta das Casas de Caridade desta Cidade, e das do Rio Grande, foram premiados o de N° 4.123, com a sorte grande, além de outros que também foram premiados; indicando os nomes das meninas Expostas que tiveram a sorte, para no caso de que se lhes queira designar alguma gratificação para seu futuro dote; sobre o que se moveu uma longa discussão, e afinal se resolveu, pedir-se esclarecimentos no respectivo Juiz de Capelas e Resíduos, se a Mesa podia dar essa gratificação em caso da sua decisão ser afirmativa, fosse a gratificação de 400\$000, solicitando-se da Mesa da Santa Casa de Misericórdia da Cidade do Rio Grande uma quota desta quantia, por lhe ser extensivo o benefício dos prêmios [...] (ATA 6, 1852, p. 160).

Essa colaboração entre as Santas Casas de Porto Alegre e Rio Grande demonstra que não era uma exclusividade da Irmandade da capital a necessidade de criar fundos de investimentos para os dotes das meninas expostas, visto que ambas instituições caritativas ainda não tinham um instituto educacional específico

dedicado para destinar essas pequenas. A prática de Loterias se tornou conveniente para arrecadar mais dinheiro aos casamentos dessas desvalidas entre as duas cidades da Província. Com base nisso, em 1 de Agosto de 1852, a Misericórdia de Porto Alegre recebeu um ofício em retorno ao que foi solicitado à Santa Casa de Rio Grande, noticiando que “tinha em seu poder a quantia de quarenta mil réis, que havia obtido de esmola a favor das cinco Meninas que assistiram à extração da Loteria” (ATA 6, 1852, p. 169). Ainda sobre a Irmandade de Rio Grande, no Relatório da Mesa Administrativa de 1861, Porfírio Nunes proferiu algumas de suas ações sobre a questão dos dotes durante sua gestão como Provedor, ao narrar que:

Quando em 1858 vim sentar-me nesta cadeira, estabeleci a regra de todos os anos se dotar uma exposta com a filantropia da Mesa, e das pessoas que quisessem contribuir para tão benéfico fim, e assim se tem observado, porque nos três anos de minha provedoria ficam três dotadas: uma, a exposta n. 46, de nome Eulalia (a quem a sorte preferiu no número das que entraram em sorteamento no dia do Divino Espírito Santo, em 1859) com Rs. 1:000\$000; outra (a primeira que casasse, com exclusão daquelas que já eram dotadas) com Rr. 1:168\$000, outra (do mesmo modo) com Rs. 1:120\$000. Todas estas quantias se acham recolhidas aos cofres da Santa Casa, vencendo o juro da lei na forma da deliberação tomada pela Mesa (RELATÓRIO DA SANTA CASA DE RIO GRANDE, 1861, p. 12).

Diante dessas práticas administrativas é possível perceber dois esforços administrativos. A captação de recursos por meio das práticas caritativas e o cuidado fiscalizador sobre os futuros maridos das meninas. Ambas emendas estavam preocupadas com a manutenção do equilíbrio econômico das Irmandades e com a assistência às meninas solteiras que futuramente contrairiam matrimônio e também desejam ter seu dote garantido. Isso corrobora ao discurso proferido pelo Presidente da Província José Antonio Pimenta Bueno, ao dizer que a Misericórdia da capital não limitava seus valiosos benefícios unicamente à humanidade enferma, e desvalida devido receber e criar os expostos, procurar destino aos menores do sexo masculino e o casamento às meninas (RPP, 1850, p. 32). Desse modo, podemos considerar a mesma concepção sobre as atividades realizadas pelas Irmandades de Rio Grande e Pelotas sobre essas crianças abandonadas à Roda.

É interessante analisarmos que por décadas o casamento foi a única opção de destino às órfãs e expostas, não sendo incomum haver meninas solteiras de maior idade atuando como amas secas por muito tempo nos interiores da Casa da Roda. Entretanto, a partir de 1850, a administração da Santa Casa de Porto Alegre

começou a apresentar novas propostas em relação à prestação de ensino às pequenas abandonadas, nessa ocasião foi organizado uma Comissão de Melhoramentos a fim de criar novos hábitos e assistências no interior da Roda dos Expostos, incluindo em uma de suas pautas a necessidade de se criar aulas, porém tal iniciativa educativa não foi aprovada (ATA 5, 1850, p. 280). Cinco meses depois, na Sessão da Mesa de 21 de Abril de 1851, a problemática foi retomada, demonstrando o interesse de instituir o ensino às meninas expostas. Nessa ocasião, a administração dos expostos enviou um ofício apontando para a pertinência de ter um espaço dedicado à instrução na Casa da Roda, porém, dessa vez foi aprovada a proposição, cabendo ao Mordomo e ao Escrivão dos Expostos que formalizassem a demanda sobre a educação das meninas, bem como foi decidido enviar um pedido à Presidência da Província para liberação de recursos para o pagamento da professora (ATA 6, 1851, p. 65). Decerto, essa proposição ampliava significativamente as possibilidades de as meninas acenderem socialmente em meio a um contexto marcado pelo patriarcalismo que impedia a mobilidade social feminina.

Considerando a educação/instrução escolarizada como uma nova configuração para o destino das meninas desvalidas, o Secretário do Governo da Província enviou um comunicado informando sobre a solicitação feita à Contadoria Provincial para que abonasse “[...] a gratificação que se lhe pedira para pagamento da Professora que for nomeada para reger a Aula de Primeiras Letras para a ensino das Órfãs, e Expostas desta Santa Casa” (ATA 6, 1851, p. 82). Com essa anuência financeira sobre a educação das meninas residentes da Casa da Roda, a Mesa Administrativa procurou discutir o estabelecimento próprio para as aulas de Primeiras Letras e a escolha de uma professora para o ensino às meninas (ATA 6, 1851, p. 87). Diante desse movimento, a Santa Casa de Misericórdia passou a ser não apenas um ambiente assistencial como também educativo, assim, construindo um novo objetivo para essa instituição caritativa, principalmente, no que diz respeito à uma expectativa de enriquecimento intelectual e produtivo sobre aquelas crianças expostas, sobretudo, às meninas.

Na sequência, foi realizado um exame para escolher entre duas professoras, tendo sido Anna Guterres da Silva nomeada para lecionar sob a gratificação de 400\$000 réis anuais (ATA 6, 1851, p. 91). As aulas foram iniciadas oficialmente em

20 de Agosto de 1851, com uma classe de 22 meninas (ATA 6, 1851, p. 96). Essa atitude da Santa Casa de Porto Alegre de prestar o ensino às meninas obteve elogios do Vice Presidente da Província Patricio Côrrea da Camara ao entender que foi “uma providencia muito louvável, que a Mesa da Santa Casa tomou com a aprovação desta presidência” (RPP, 1851, p. 12).

Em 1852, a classe já contava com a participação de 26 expostas nas aulas de Primeiras Letras, porém, tendo a Misericórdia de Porto Alegre dificuldades para realizar o pagamento à professora, o Vice Presidente Luis Alves de Oliveira Bello ordenou que fizesse por meio dos cofres provinciais (RPP, 1852, p. 19) a fim de dar continuidade à essa prática educacional. Outra circunstância conflitante foi a insatisfação da Administração com as postura profissional apresentada pela professora, conforme registrado na Ata da Sessão da Mesa de 4 de Setembro de 1853, quando:

Pedi a palavra o Ir. Mordomo dos Expostos para informar a Mesa, que tendo esgotado todos os meios persuasivos com a Mestra de primeiras letras das Expostas a fim de ser assídua nos seus deveres, e não tem podido conseguir, toda a vez que ela tem persistido em suas frequentes falhas, e que por último vendo que nada consegue, se via forçado a trazer ao conhecimento da Mesa para que providenciasse como entender (ATA 7, 1853, p. 43).

A constatação de frequentes faltas ocorridas pela mencionada professora – visto que investir no ensino das primeiras letras às meninas expostas demandava um gasto a mais tanto aos cofres da própria Santa Casa quanto da Província. – ocasionava no não cumprimento de regras prescritas pela Administração, prejudicando não apenas a administração da Irmandade como comprometia a aprendizagem do conhecimento daquelas crianças, até porque a cada ano que passava mais pequenos eram incluídos nessa classe educacional, os quais, em 1854, “dos 46 existentes na casa da Roda acham-se matriculados na Escola do Estabelecimento 35” (RPP, 1854, p. 32). Além do mais, torna-se pertinente comentar que em diversas outras Províncias já tinham instituições educacionais destinadas exclusivamente para o acolhimento e ensino de meninas órfãs e expostas. No Rio de Janeiro, por exemplo, foi instituído o Recolhimento de Órfãs em temporalidade próxima com a inauguração da Casa dos Expostos (GANDELMAN, 2001, p. 616). Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, um dos primeiros institutos destinados às órfãs e expostas foi o Asylo de Nossa Senhora da Conceição, em

Pelotas, o qual foi fundado em 7 de Setembro de 1855, que contava inicialmente com a presença de 7 órfãs na época. Porém, pouco tempo depois, em 1858, já havia 24 meninas, dentre elas 4 expostas (RPP, 1858, p. 57). O intuito do asilo foi, além de ensinar as Primeiras Letras, instruir prendas domésticas e outras áreas de conhecimento, como francês, geografia e música (RPP, 1858, p. 57). Surgindo um mais novo local de amparo às meninas órfãs e abandonadas, conforme apresentado na figura abaixo:

**Figura 3**– Asylo Nossa Senhora da Conceição



**Fonte:** Poliantéia comemorativa do 75º aniversário da chegada das Irmãs Franciscanas ao Rio Grande do Sul 1872-1947 (1947).

De acordo com Caldeira (2014, p. 100), a localização desse instituto asilar estava situado na Rua dos Coqueiros, atual Rua Gonçalves Chaves, bem como a inauguração do Nossa Senhora da Conceição foi feito por meio da doação desse edifício apresentado. Vale ressaltar que a fundação desse asilo não está atribuído ao compromisso com a caridade oriundos da fé cristã, como foi o caso da Santa Casa com suas Rodas dos Expostos, mas por ações de indivíduos da elite pelotense aliados à Maçonaria, todavia, essa instituição era dirigida pelas Irmãs do Sagrado Coração de Maria à convite dos fundadores do asilo. De acordo com Vanti (2002, p. 147), assim que foi inaugurado o mencionado asilo, de imediato, a Santa Casa de Pelotas buscou estabelecer uma parceria para destinar as meninas expostas

maiores de 5 anos à esse novo instituto asilar, porém, na 3ª Sessão da Mesa foi modificada essa decisão ao firmar o envio de meninas a partir dos 3 anos de idade, que poderia estar atrelado à intenção de diminuir a quantidade de crianças pequenas residentes no interior da Casa da Roda dessa Misericórdia. No Relatório Provincial de 1862, no tempo que Rio Grande ainda não tinha um asilo firmado, foi encaminhada uma exposta da Santa Casa dessa cidade ao Asylo de Nossa Senhora da Conceição, sendo seus custos pagos pela própria Irmandade (RPP, 1862, p. 31). Dessa maneira, é interessante perceber os vínculos formados para destinar essas meninas abandonadas à algum espaço educativo próprio, até porque tinham como intuito “[...] transformar meninas órfãs em cidadãs disciplinadas, responsáveis, úteis e aptas para a vida doméstica através do ensino de primeiras letras, práticas culturais, trabalhos manuais como o bordado e trabalho domésticos” (CALDEIRA, 2014, p. 99).

Tratando sobre a influência das Irmãs da Consagração do Imaculado Coração de Maria para a gestão educacional das meninas órfãs e expostas nesses ambientes asilares, é pertinente comentarmos brevemente sobre a austríaca Bárbara Maix<sup>16</sup>, fundadora da ordem feminina religiosa Sociedade Educação e Caridade, que, ao chegar no Brasil em 1848, “decide iniciar seu trabalho com crianças órfãs e desvalidas, em orfanatos e internatos no Rio de Janeiro” (OLIVEIRA, 2009, p. 64), sobretudo, com a educação de meninas em situação de vulnerabilidade social em um contexto as quais mulheres pouco tinha acesso à escolarização. Conforme Oliveira (2009, p. 65), Bárbara propagava um conceito educacional feminino contrário ao que estava estabelecido na mentalidade brasileira, causando certos conflitos até mesmo entre as próprias Irmãs, pois tinha a convicção de que essas meninas deveriam ser preparadas não apenas para exercerem serviços domésticos em seus lares e serem boas mães de família, mas também adquirirem uma formação intelectual nas áreas de conhecimento para fim próprio.

Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul suas atividades deram início na cidade de Pelotas com o Asylo de Nossa Senhora da Conceição, porém, Bárbara Maix deixou essa instituição em 1856 a pedido do bispo Dom José Dias Laranjeira e da Diretoria da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre (OLIVEIRA, 2009, p. 69),

---

<sup>16</sup> Para saber mais sobre a atuação de Bárbara Maix na gestão educacional dos asilos no Rio Grande do Sul, ver Oliveira (2009).

principalmente, pelo fato de haver convergências entre suas concepções católicas e as convicções maçônicas por parte dos fundadores do asilo, os quais “tinham pensamentos liberais e julgavam a assistência religiosa como algo secundário. Consideravam que a educação das meninas teria que ser direcionada para o casamento e não para a vida religiosa” (CALDEIRA, 2014, p. 167). Contudo, suas atuações ganharam notoriedade de forma que a Mesa Administrativa da Irmandade da capital e a Presidência da Província a convidou para dirigir um asilo ainda a ser instaurado para as meninas órfãs e expostas dessa cidade. É pertinente ressaltar que apesar de Bárbara deixar a cidade de Pelotas, outras Irmãs da Congregação continuaram na gestão desse instituto asilar existente, de acordo com o Relatório Provincial de 1858, o Asylo de Nossa Senhora da Conceição estava sob gestão das Irmãs Heduiges, Helena e Bernarda (RPP, 1858, p. 57). Dando continuidade, para dar início à fundação do novo asilo, a Provedoria da Irmandade de Porto Alegre foi informada sobre a chegada das Irmãs da Congregação por meio de uma carta enviada por Joaquim Parobé, do Rio de Janeiro. Na Sessão da Mesa de 21 de Novembro de 1856, foi dito que:

[...] Irm. Sr. Provedor informou ter tido a notícia de se acharem as mesmas em Pelotas, e que ao Ex.mo Sr. Presidente da Província tinha pedido as providências para em vapor de Guerra lhe mandar dar transporte para esta Cidade, o que foi aprovado (ATA 8, 1856, p. 60).

Como forma de recepcionar as Irmãs, o Provedor ordenou que fizessem reajustes no recinto da Casa da Roda para recebê-las (ATA 8, 1856, p. 60). No mês de dezembro desse mesmo ano, já se encontravam estabelecidas nesse espaço assistencial da Santa Casa. Em reunião com a Mesa Administrativa, apresentaram suas intenções educacionais ao afirmarem que se encarregariam da instrução doméstica e econômica de todas as meninas expostas e órfãs que tivessem de quatro anos para cima, bem como aperfeiçoariam o ensino de todas as prendas próprias do seu sexo. Ademais, fizeram reclamações quanto à estrutura da Casa dos Expostos devido compreenderem essa repartição como sendo independente e acanhada, pedindo, assim, que fosse reorganizada fora da instituição. Para finalizar suas solicitações, apenas aceitariam exercer seu ministério se fosse cedido à elas a sala das sessões e outras acomodações convenientes, visto que seria necessário espaço próprio para instaurar a disciplina (ATA 8, 1856, p. 62). Na Sessão da Mesa

de 13 de Dezembro de 1856, em discussão sobre os pedidos feitos pelas Irmãs, foi decidido que não aceitariam as exigências realizadas pelas mesmas em virtude de não estar de acordo com o Regimento da Santa Casa, de modo que deveriam permanecer na Casa da Roda até surgir um novo destino (ATA 8, 1856, p. 63). Contudo, em 1857, a Mesa Administrativa realizou a primeira solicitação à Presidência da Província para que fosse edificado um espaço específico às meninas órfãs e abandonadas (ATA 8, 1857, p. 69), o que foi aceito pelo governo provincial devido considerar a abertura desse asilo como:

de absoluta e urgente necessidade um estabelecimento onde fossem recolhidas as órfãs desvalidas, e as expostas a cargo da Santa Casa de Misericórdia, para receberem educação e tornarem-se úteis a si e à sociedade, como mães de família, e atendendo vós a esta necessidade [...] sendo a educação destas confiada às 5 religiosas do Sagrado Coração de Maria [...] (RPP, 1857, p. 53).

Enquanto a escolha por um lugar para a construção do edifício ainda não estava decidido, a instituição educativa às desvalidas teve sua inauguração oficial em 7 de Setembro de 1857, sendo nomeado como Asylo de Santa Leopoldina que, inicialmente, foi ocupado por 26 meninas expostas da Santa Casa de Porto Alegre, com idades entre 6 e 12 anos. A princípio, esse mais novo ambiente asilar foi estabelecido em uma casa localizada na Rua da Igreja, que foi deixada como herança por um sujeito chamado José Semião de Oliveira, o qual deixou em testamento antes de falecer. Entretanto, o Vice Presidente Patricio Correa da Camara estava insatisfeito com o local “por estar muito em contato com o bulício da população da capital, e mesmo porque como casa particular, não tem as comodidades para a educação doméstica” (RPP, 1857, p. 53). Com isso, o mencionado político sugeriu à Mesa Administrativa que esse asilo fosse construído no terreno desocupado ao lado da Capela do Senhor dos Passos, em proximidade com a própria Misericórdia (RPP, 1857, p. 53).

Outra pauta apresentada em seu Relatório foi o regulamento provisório constituído para essa nova instituição. Em 5 de Março de 1857, a Presidência da Província compôs uma comissão de três políticos locais, sendo estes Luiz da Silva Flores, Manoel José de Freitas Travassos e Felix Xavier da Cunha, para formalizar o Regimento do Asylo de Santa Leopoldina, o qual foi aprovado pelo Vice Presidente em 5 de Setembro. Dessa maneira, ficou estabelecido que a professora de Primeiras Letras contratada pela Santa Casa continuaria ensinando as meninas órfãs e

expostas nesse ambiente asilar, “com os mesmos ônus e vantagens das professoras de 1º Grau [...]” (RPP, 1857, p. 54). Ademais, foi decidido que apenas as Irmãs do Sagrado Coração de Maria que já residiam em Porto Alegre seriam responsáveis pela direção do asilo, “para evitar que ali se forme um convento de freiras religiosas, em vez de casa de educação, o que seria além de prejudicial, contrário ao fim daquela instituição (RPP, 1857, p. 54). Também foi mencionado acerca das gratificações a serem dadas à Bárbara e às Irmãs que a acompanhava, quando o Vice Presidente da Província em 1 de Abril ordenou que abonasse o valor de cinquenta mil réis mensais mediante seus serviços educacionais prestados e mais trinta e dois mil réis para o aluguel de suas acomodações (RPP, 1857, p. 54). Diversas outras demandas às meninas órfãs e expostas foram propostas, mas achamos interessante darmos ênfase à essas primeiras decisões para a constituição desse novo local asilar.

Dentre as primeiras 26 expostas que foram incluídas no Asylo de Santa Leopoldina assim que foi inaugurado, torna-se interessante apresentarmos a peculiar trajetória de uma dessas meninas desde sua inserção na Roda dos Expostos até seu encaminhamento ao mencionado asilo. O percurso dessa asilada inicia quando em 21 de Novembro de 1845 chega Suas Majestades Imperiais a Porto Alegre. Na noite desse mesmo dia, por volta das 20 horas, Dom Pedro II realizou uma visita à Santa Casa, especialmente à Roda dos Expostos, quando deixou lá uma menina recém-nascida, de cor branca, a qual ficou registrada como exposta nº 299 e nomeada posteriormente como Christina. Segundo o Livro de Matrículas, essa bebê tinha nascido no dia anterior à sua inserção na Casa da Roda, isto é, em 20 de Novembro. Foi batizada em 1 de Janeiro de 1846, com a presença de seus padrinhos, o Imperador e sua esposa Teresa Cristina. Cerca de dois anos depois, na Sessão da Mesa de 21 de Novembro de 1847, foi tratado sobre um requerimento enviado por um professor, Luiz da Silva Cascaes, solicitando a criação de Christina, cujo pedido foi aceito (ATA 5, 1847, p. 137). Contudo, na Sessão seguinte, o Mordomo dos Expostos Joaquim José Leocadio Guerra pediu que a menina fosse recolhida novamente à Casa da Roda devido a menor ser afilhada de Dom Pedro II (ATA 5, 1847, p. 139), sendo um fato diferenciado aos demais expostos. Não podemos deixar de observar que, por via de regras, assim que uma criança adentrava na Roda, a administração não media esforços para encontrar

peessoas que pudessem criar aqueles pequenos fora da Misericórdia, mas no caso de Christina o mesmo não acontecia, pois havia o cuidado especial de mantê-la naquele local assistencial. Após a fundação do Asylo de Santa Leopoldina, por ordem da Presidência, a menina Cristina foi enviada à instituição em 7 de Setembro de 1857. Porém, por questões de saúde, retornou à Casa da Roda em 10 de Agosto de 1861, falecendo 20 dias depois.

Nessa época, o Vice Presidente da Província Patrício Correa da Camara considerava de extrema necessidade a criação de um asilo para meninas órfãs e abandonadas em Porto Alegre, como já foi apresentado anteriormente. Diante disso, temos como hipótese que uma dessas motivações estava atrelada ao fato de a Santa Casa ter em sua tutela uma menina exposta que possuía certo vínculo ao Imperador, visto ser afilhada do mesmo. Na ocasião da visita feita por Dom Pedro II e sua esposa Teresa Cristina à Santa Casa de Porto Alegre, quando expuseram Christina na Roda, Suas Majestades Imperais realizaram uma doação de um montante da Coroa à essa instituição, de modo que cada um, respectivamente, realizou donativos no valor de 10:000\$000 e 1:200\$000 réis (RPP, 1846, p. 18). Com base nisso, conjecturamos que essa menina tinha um grau de proximidade com o Imperador devido tratamento especial atribuído à ela e a conveniência dessa quantidade financeira entregue à Misericórdia da capital no período datado, porém, nada podemos afirmar sobre um possível caso de bastardia. Todavia, refletimos que a menina Christina poderia ter um futuro diferenciado das demais, mas que fora interrompido por sua morte prematura.

Além do mais, entendemos que foi relevante dar uma possibilidade de vivência fora dos interiores da Casa da Roda às meninas desvalidas que não tinham o casamento como opção. Portanto, com a fundação desses asilos às meninas órfãs e expostas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, seja o Nossa Senhora da Conceição, de Pelotas, o Asilo Coração de Maria em Rio Grande fundado em 1862, conforme veremos na sequência, e o Santa Leopoldina, de Porto Alegre, o casamento deixou de ser o único destino para suas saídas da Casa da Roda, uma vez que seriam acolhidas em um outro espaço que poderia formá-las intelectualmente para si e à sociedade por meio de mulheres religiosas responsáveis por seus cuidados e não por cônjuges que pudessem ter motivações escusas sobre seus matrimônios devido seus dotes.

Ainda tratando sobre o Asylo de Santa Leopoldina, em 1858 já contava com a presença de 27 expostas e 3 órfãs desvalidas naquele local. O Presidente da Província Angelo Moniz da Silva Ferraz, ao fiscalizar essa instituição, inicialmente, reportou em seu Relatório Provincial a decisão de incluir meninas órfãs e expostas a partir dos 2 anos idade no asilo, diminuindo o tempo de criação sob responsabilidade das amas-de-leite e de residência na Roda assim como também ocorreu na Santa Casa de Pelotas. Nesse ambiente asilar, as Irmãs e a professora contratada ensinavam, além da Instrução Primária, a língua alemã, contudo, como intenção em expandir o ensino às pequenas, foi proposto a criação de uma sala de labor, para isso, sugeriu a divisão de classes conforme a faixa etária de cada menina ali residente. Diante dessas proposições, o governante provincial Angelo Moniz da Silva Ferraz apresentou suas expectativas sobre esses planos educacionais a serem inseridos no Asylo de Santa Leopoldina, ao proferir tais reflexões no ofício:

Nesta idade, em que o coração e a inteligência se formam, em que as menores impressões se gravam profundamente por toda a vida, sob uma direção hábil, se pode receber sem custo uma educação física, moral e intelectual tão completa como se deve desejar [...] A divisão de classes, e sobretudo a criação da sala de labor, espero que merecerá a vossa aprovação. Por este meio, desde os mais tenros anos, a educanda recebe o ensino compatível com a sua idade e forças, e ao passo que vai gradualmente desenvolvendo a inteligência, aprendendo as disciplinas e doutrinas, que devem completar sua educação, se aperfeiçoa nos trabalhos próprios do seu sexo, e necessários à vida doméstica, os quais ao futuro talvez sejam o seu único recurso, e sob a salutar influência dos princípios religiosos e morais, que se lhe ensina, necessariamente adquirirá essas apreciáveis e solidas qualidades, que dão às pessoas do sexo feminino em todos os tempos a maior influência na sociedade (RPP, 1858, p. 56-57).

Esse excerto revela novas concepções políticas e socioculturais acerca da educação feminina desvalida como um investimento a longo prazo. No decorrer da primeira metade do século XIX, o ensino das diferentes áreas de conhecimento e linguísticas às mulheres, além de ser considerado como irrelevante e de pouca necessidade, também era entendido como um gasto público, porém nessa época é possível perceber a preocupação com o desenvolvimento de habilidades não só intelectuais como também motoras, ainda que não deixassem de priorizar o ensino das prendas mediante a necessidade de preparar essas meninas para serem futuramente boas mães e esposas nesse contexto patriarcal oitocentista. No ano da fundação do Asylo de Santa Leopoldina, o Vice Presidente Patricio Correa da

Camara sugeriu que esse espaço asilar fosse alocado para outro lugar devido as faltas de acomodações próprias para a finalidade daquela instituição, mas, em 1860, sob gestão de Joaquim Antão Fernandes Leão foi quando de fato ocorreu a mudança sob justificativa de más condições higiênicas na local anterior, assim, saindo essas meninas “da casa da rua da Igreja, para o prédio nobre na chácara do Desembargador Manoel José de Freitas Travassos no Caminho Novo” (RPP, 1860, p. 27). Entretanto, as Irmãs que dirigiam o Asylo de Santa Leopoldina não estavam de acordo com a transferência, sendo colocada a Regente Saturnina Coelho do Prado, por ordem da Presidência da Província, no lugar delas como diretora do asilo (RPP, 1860, p. 27).

Na cidade de Rio Grande, a datar 1858, discussões começaram a emergir acerca da necessidade da criação de um asilo para essas meninas órfãs e expostas assim como ocorreu em Pelotas e Porto Alegre em anos anteriores. De acordo com Valle (2017, p. 173), “entre os argumentos apresentados para angariar apoio financeiro para esta ideia, o principal era a urgência de se ampliar o trabalho que era realizado pela Casa da Roda dos Expostos”, propostas estas que surgiram por meio representantes com certa relevância na sociedade rio grandina. Com isso, em uma das primeiras reuniões foi decidido quais sujeitos estariam frente à administração do asilo a ser instaurado na cidade, sendo estabelecido a presidência “[...] a cargo do Major Miguel Tito de Sá, a vice-presidência ao Dr. Pio Angelo Da Silva, a secretaria ao Sr. Joaquim Ribeiro da Silva e a tesouraria ao Sr. Antônio Alves de Azambuja” (VALLE, 2017, p. 174). Com a ciência sobre a inauguração de mais um asilo na Província, o Presidente da época Joaquim Antão Fernandes Leão, reportou em seu Relatório que:

[...] na cidade do Rio Grande alguns cidadãos, animados por um esclarecida filantropia, fundarão um estabelecimento para nele serem recolhidas as órfãs desvalidas, debaixo da invocação de — Coração de Maria —. Achavam-se aprovados os seus estatutos na forma da legislação vigente, e é de esperar que surtam os bons resultados anelados pelos seus instituidores. Segundo opina o Exm. e Rvm. Sr. Bispo Diocesano, talvez fosse muito proveitoso confiar a direção do asilo às irmãs de caridade, ou de qualquer congregação análoga (RPP, 1861, p. 18-19).

Com base nesse discurso, é interessante observamos o otimismo por parte dessa autoridade provincial pela instituição a ser inaugurada, até porque a cidade de Rio Grande não era diferente de Porto Alegre e Pelotas no que diz respeito a

necessidade em dar um destino às meninas órfãs e expostas da Santa Casa, assim, evitando mulheres desvalidas de maior idade naquele espaço assistencial. Quanto a sugestão por religiosas que estivessem na direção do asilo, as quais apresentaram relevância e influencia nos outros asilos criados na Província Rio Grandense, é pertinente retomarmos discussões sobre as Irmãs do Imaculado Coração de Maria, visto que os membros administrativos do Asylo de Nossa Senhora da Conceição tiveram relações conflitantes com essas Irmãs, sobretudo a Bárbara, ocasionando rupturas entre as próprias mulheres aliadas à Congregação, de maneira que, “algumas religiosas continuaram no Asilo trabalhando sob as orientações da maçonaria. As demais Irmãs mudaram-se com Bárbara para Porto Alegre” (OLIVEIRA, 2009, p. 70).

Três dessas Irmãs que optaram em exercer suas atividades no Asylo de Nossa Senhora da Conceição também não obtiveram êxito no que diz respeito ao relacionamento com a administração da instituição, sendo retiradas da gestão desse espaço asilar. Entretanto, “em novembro de 1862, chegaram de Pelotas as madres Helena, Gabriela e Filomena” (VALLE, 2017, p. 176) para serem as novas diretoras do Asylo do Coração de Maria. Apesar de existirem investigações em documentos oficiais, não fica evidente o porquê dessas Irmãs mencionadas serem convocadas para atuarem nesse asilo, porém, é interessante percebermos que essas religiosas do Imaculado Coração de Maria tornaram-se parte da personificação dessas instituições filantrópicas asilares, uma vez que tiveram a relevância de seus trabalhos educacionais e morais à essas meninas reconhecidos pelos políticos e representantes sociais da época. Dessa forma, ao menos “em Rio Grande, não foram registradas tensões das madres com a diretoria” (VALLE, 2017, p. 176). Em 8 de Dezembro de 1862, enfim, foi inaugurado o Asylo Coração de Maria, o qual estava localizado em um prédio próximo à Praça 7 de Setembro, “recebendo logo em seu seio 5 órfãs ou meninas desvalidas” (RPP, 1863, p. 35).

**Figura 4** – Asylo Coração de Maria



**Fonte:** Uma vida e uma obra: 1º Centenário da Congregação das Irmãs do Imaculado Coração de Maria (1849-1949) (1949).

A abertura e o manutenção desse asilo ocorreu por meio de doações, sendo sustentado por 120 indivíduos que contribuía com a quantia de 1\$000 mensais. Por essa razão, inicialmente, o número de vagas para o recebimento de meninas desvalidas estava limitado a 12, mas tendo a diretoria do asilo solicitado ao governo provincial auxílio financeiro através dos cofres públicos para a continuidade dos serviços prestados às pequenas órfãs e expostas da cidade, o Presidente Esperidião Eloy de Barros Pimentel decidiu deferir o pedido feito (RPP, 1863, p. 36).

O Estatuto do Asylo do Coração de Maria, de 1863, apresentava a intencionalidade pela qual foi fundada a instituição. De acordo com o Artigo 1º, o asilo tinha como intuito prestar amparo às órfãs desvalidas da cidade e, no Artigo 2º parágrafo 2º, também foi normatizada a aceitabilidade em receber meninas expostas naquele local mediante pagamento feito pela Santa Casa para seus sustentos e vestuários. Em relação à faixa etária, no Artigo 3º ficou definido que receberiam crianças entre os 5 e 13 anos de idade. Por fim, tratando do acolhimento e educação

que receberiam, segundo o Artigo 5º, seria dado às educandas a Instrução Primária e mesteres próprios de seu sexo e, no caso daquelas que se destacassem, poderiam receber Instrução Secundária (ESTATUTO DO ASYLO DO CORAÇÃO DE MARIA, 1863, p. 3-4). Cabe ressaltar que também admitiam meninas externas no colégio anexo ao Asylo do Coração de Maria.

Com o decorrer dos anos, mais meninas órfãs e expostas que não tinham o casamento como possibilidade para destino fora da Roda foram sendo admitidas no asilo de Rio Grande, também desobrigando a Santa Casa desse município da responsabilidade sobre essas desvalidas. Em 1864, o Asylo do Coração de Maria prestava educação à 6 órfãs, dentre elas, 3 que estavam sendo financiadas pela Misericórdia. Ademais, o asilo continuava a ser manter por meio de doações, havendo um total de 170 pessoas realizando contribuições para a continuidade de suas atividades (RPP, 1864, p. 42). Dois anos depois, a partir do Relatório Provincial realizado pelo Presidente Antônio Augusto Pereira da Cunha, notamos que esse instituto asilar não contava mais com a gestão das Irmãs do Imaculado Coração de Maria, visto que tinham 17 asiladas naquele período “sob a direção de D. Gertrudes Xavier da Silva Santos” (RPP, 1866, p. 38), porém não foi especificado a razão de suas saídas. Torna-se necessário evidenciarmos que em 1869 a Santa Casa de Rio Grande ainda via-se com dificuldades em relação às meninas que retornavam à Casa da Roda ao completarem 8 anos devido o Asylo do Coração de Maria não ter comodidades suficientes para receber uma grande quantidade de pequenas desvalidas, um exemplo disso foi o caso da exposta nº 147, de nome Amalia, a qual a Mesa Administrativa decidiu naquela circunstância manter “[...] em poder da ama que a criou, que é uma boa e caridosa mulher, mediante o subsidio mensal de 12\$000 rs, por o seu estado de pobreza não o permitir por menos” (RELATÓRIO DA SANTA CASA DE RIO GRANDE, 1869, p. 7). Com isso, apesar das dificuldades é possível perceber uma preocupação e cuidado com o futuro daquelas crianças inseridas na Roda dos Expostos, a ponto de buscar uma solução sobre seus destinos na medida do possível.

Para finalizarmos nossas investigações, entendemos que as Mesas Administrativas das Santas Casas de Misericórdia passaram a perceber que o matrimônio não seria a melhor forma de destino às meninas órfãs e expostas, uma vez que havia a prática do “casamento mercenário” em que o marido estava mais

interessado no dote da menina do que propriamente na garantia de vida conjugal. Sendo assim, foi possível notar a movimentação das Irmandades e da Presidência da Província para formalizar a escolarização como um subterfúgio para que essas meninas desvalidas saíssem da Casa da Roda, as possibilitando um melhor futuro. Nesse sentido, entendemos que os asilos fundados para tal finalidade contribuíram para os processos de institucionalização da educação às órfãs e abandonadas na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul. Como impacto dessas ações sociopolíticas, identificamos que as práticas educativas contribuíram para a inserção social dessas meninas por meio do aprimoramento de habilidades atribuídas à classe feminina, como o corte e costura, e também o acesso à Instrução Primária. No Asylo de Santa Leopoldina, por exemplo, foi notório o retorno desse investimento educacional quando, em 1862, as meninas passaram a pagar suas próprias mensalidades para residir e adquirir ensino nessa instituição, bem como havia 5 que trabalhavam em uma oficina de sapateiro (RPP, 1862, p. 35). Ainda sobre a questão das atividades trabalhistas, no Jornal *O Lábaro* (17/10/1880) foi feita uma menção sobre os serviços prestados por 23 asiladas ao Arsenal de Guerra para a produção de fardas. Portanto, em algum momento estas passaram a contribuir economicamente, demonstrando serem úteis à si e à Província.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Essa pesquisa não termina aqui, na verdade, acreditamos que seja apenas o início para as diversas possibilidades de esquadrihar problematizações relativas às crianças do passado nos seus variados espaços geográficos, situações sociais e condições físicas e cognitivas, sobretudo, aquelas que estiveram em situação de vulnerabilidade social. Após analisarmos as distintas concepções de infâncias existentes, fossem na Europa ou no Brasil, entendemos que ela é não é homogênea, nem mesmo circunscrita a fatores biológicos, mas historicamente definidas a partir dos contornos sociais, filosóficos, científicos e culturais que as representam. Cada ser infantil possui singularidades quanto a sua representação diante de uma determinada comunidade, e isso reflete no tratamento dado mediante o contexto sociocultural que a criança está inserida. O conceito de infância não está limitado apenas como uma fase da vida humana, mas também está atribuída a sentidos e significados passíveis de serem alterados no decorrer dos tempos no que diz respeito a suas presenças na composição de um corpo coletivo, portanto, pertinentes à análises e interpretações. Dessa maneira, compreendemos que esses pequenos sujeitos também são contribuintes para as transformações socioculturais nos aspectos políticos, econômicos e educacionais, sejam elas de grupos dominantes privilegiados ou não. Diante das reflexões geradas no decorrer desse estudo, entendemos que não necessariamente as crianças tinham voz ativa em determinados cenários, mas a presença delas foi condição de possibilidade suficiente para suscitar novos paradigmas e convicções na ótica de personagens em posições de autoridade governamental e/ou administrativa em relação às suas relevâncias na sociedade.

É pertinente salientar que, de certa forma, adquirimos essa percepção em torno dos infantis após realizarmos atentamente a análise sobre as obras de Ariès (2014), Heywood (2018) e Postman (1999), pesquisadores que nos apropriamos para desenvolver um debate teórico, tendo em vista que os citados intelectuais teceram particulares análises sobre o conceito de infância e desenvolveram discussões em torno da sensibilidade sobre os infantis no contexto ocidental, especialmente europeu. Quanto ao Brasil, a coletânea organizada por Mary Del Priore (2021) contribuiu para que pudéssemos entender as múltiplas infâncias constituídas

mediante a marca identitária em nosso país voltada à pluralidade étnico-racial e diversidade cultural. Essa questão nos possibilitou observar os distintos tratamentos conforme suas situações de vivência, visto que essas crianças advinham de comunidades indígenas, de famílias oriundas de Portugal, de pais escravos ou quilombolas, e até mesmo aquelas lançadas à sorte por seus genitores às ruas. Dentro dessas variadas infâncias e suas respectivas representações, optamos por desenvolver discussões sobre as crianças abandonadas, por muito tempo conhecidas popularmente como “enjeitadas” ou “expostas”, tomando como principal hipótese, acerca do destino desses sujeitos, a influência de um conjunto normativo que institucionalizou a cultura assistencial e caritativa. Tal dispositivo institucionalizado na sociedade brasileira, desde a época Colonial – quando foram instauradas as primeiras Rodas dos Expostos –, pode ser entendido como um disparador da sensibilidade sobre os infantis encampado em diversos lugares desde o período Moderno, sobretudo naqueles de alinhamento cristão-católico, como por exemplo, Portugal que influenciou diretamente a constituição das Irmandades cristãs no território ultramarino.

No Período Imperial, após a Proclamação da Independência do Brasil, diversos setores públicos de cunho político, econômico e educacional foram reestruturados a fim de minimizar as mazelas sociais existentes, o que contribuiu para a expansão da assistência institucionalizada à infância desvalida. Na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, os cuidados e a assistência às crianças desamparadas, foi inegavelmente influenciado pelo modelo de caridade português, visto ser um dos territórios que houve mais Roda dos Expostos instauradas em relação ao restante do Império, sendo esses mecanismos assistenciais instituídos pelas Santas Casas de Misericórdias localizadas nas cidades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas. Para desenvolver discussões sobre a prática assistencialista à infância na Província rio-grandense, de forma breve, contextualizamos as ações da Câmara Municipal, por se tratar ser o órgão governamental responsável jurídica e financeiramente pelo amparo das crianças órfãs e abandonadas da região.

Notar-se-ia que na temporalidade entre 1766 e 1838, não identificamos nenhum processo de institucionalização caritativa dedicada diretamente ao acolhimento dos infantis expostos, apenas famílias que demonstravam interesse pela criação de algum pequeno deixado às portas de igrejas, aos cuidados de

indivíduos comuns, ou até mesmo na própria Câmara. Entretanto, tais medidas nem sempre garantiam êxito sobre a sobrevivência e destino desses bebês deixados à sorte por seus genitores, principalmente, devido à alta demanda desses pequenos desvalidos que necessitavam de amparo, assim a questão financeira se tornava um impasse sobre como deveria ser seus acolhimentos e cuidados. Diante dessa necessidade de prover um local específico para aqueles que não tinham família que os criassem e também para aliviar as Câmaras das dificuldades com os recursos monetários dedicados a esses infantis em situação de desamparo, as Santas Casas existentes na Província assumiram esse dever mediante imposição da Assembléia Legislativa Provincial, pautados na Lei dos Municípios de 1828, o que eventualmente foi apropriado como justificava quando as Misericórdias se opuseram pela responsabilidade sobre essas crianças. Dessa maneira, as Irmandades de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas deram início às suas atividades de acolhimento aos infantis, respectivamente, nos anos de 1838, 1843 e 1849.

Por meio da análise de documentos oficiais e estudos bibliográficos, notamos que as três Irmandades tinham similaridades em suas práticas e, apesar dos elevados índices de mortalidade infantil registrados à época, conjecturamos que tinham nessas instituições uma certa preocupação para manter aqueles infantis afim de que tivessem uma vida saudável e que fossem bem cuidados. A Santa Casa de Porto Alegre, por exemplo, buscou auxílio médico para as crianças que se viam enfermas. Além do mais, havia a constante preocupação sobre o tratamento dado pelas amas-de-leite, de forma que buscavam dar remunerações adequadas aos serviços prestados, selecionando aquelas que demonstrassem aptidão e boa conduta para a criação temporária dos bebês até 3 anos. Também, diante de algumas circunstâncias, aceitavam o acolhimento de crianças órfãs e expostas de outras localidades da Província, reforçando o compromisso caritativo em seus atos. Entretanto, assim como ocorreu nas Câmaras Municipais, as Santas Casas de Misericórdias não ficaram imunes à problemática monetária em virtude dos recursos limitados. Diversas crianças bem pequenas adentravam nesses espaços e nem todas garantiam um destino fora das Irmandades, especialmente as meninas. Diante disso, observamos que as crianças que completavam a idade de 7/8 anos tornavam a ser motivos de preocupação em relação a um direcionamento para algum outro

espaço específico de acolhimento decorrente da falta de comodidades nos interiores das Casas das Rodas dos Expostos.

Com a implantação de políticas imperiais e provinciais voltadas à expansão da Instrução Pública, uma nova concepção surgiu em torno da inclusão de infantis residentes dessas instituições caritativas na formação escolarizada, quando propuseram que aos meninos fosse instituído um Colégio de Artes Mecânicas, projeto educacional que não obteve êxito, até porque, em virtude da Revolução Farroupilha as Mesas Administrativas das Santas Casas, como a de Porto Alegre e Pelotas, passaram a enviar os meninos para o Arsenal de Guerra da capital sob anuência dos Presidentes da Província. Contribuindo, dessa forma, para o recrutamento militar decorrente da situação de urgência, conseqüentemente, favorecendo na instrução de ofícios e modo a garantir um possível destino para as crianças do gênero masculino. Quanto às meninas, por muito tempo elas estiveram impossibilitadas de adquirirem alguma forma de ensino, uma vez que diante do contexto patriarcal da época, pouco havia a convicção sobre a educação como forma de inserção social, sendo apenas visto o casamento como possibilidade de um destino fora das Casas das Rodas dos Expostos. Por meio das iniciativas de abertura dos institutos asilares apresentados nessa pesquisa, sendo estes o Asilo de Nossa Senhora da Conceição, o Asilo de Santa Leopoldina e o Asilo Coração de Maria, essas concepções foram se modificando e, paulatinamente, foram sendo incluídas não apenas na formação para serem boas esposas e mães, mas também intelectualmente qualificadas. Contudo, não deixamos de dar visibilidade às atuações das Irmãs do Imaculado Coração de Maria na gestão desses asilos, as quais contribuíram para esse novo olhar sobre os modos de institucionalizar a educação feminina órfã e abandonada em proximidade com a prestação de conhecimentos.

Nesse perspectiva, mediante às análises proferidas nesse estudo, reiteramos que o objetivo principal dessa investigação estava fundamentada na tentativa de compreender a trajetória da institucionalização da assistência à infância na Província de São Pedro do Rio Grande Sul entre os anos de 1837 e 1860, bem como refletir acerca do tratamento dado à criança órfã e abandonada. Dito isso, nos subsidiamos a partir dos discursos das autoridades governamentais e representantes administrativos das Santas Casas de Misericórdia, por meio de documentos, a fim

de entender as concepções sociais da época sobre aquelas crianças e as ações para afastá-las das situações de desamparo. Dessa maneira, temos como principal hipótese que essas crianças foram pertinentes agentes sociais contribuintes para as mudanças de âmbito cultural e educacional no que diz respeito à promoção de novas mentalidades sobre futuras estruturações de políticas públicas voltadas à proteção de infantis em situação de vulnerabilidade social.

No período Imperial, apesar de a Roda ser propositiva como uma forma de acolher os bebês e as crianças bem pequenas deixadas às ruas, ainda existia fatores ineficazes quanto aos seus cuidados, pois constantemente havia mazelas de diferentes ordens financeiras ou de relações humanas que causavam situações conflitantes, como, por exemplo, os casamentos mercenários aos quais as meninas estavam à sorte ou à falta de comodidades nas Casas das Roda. Dessa forma, devido suas existências em instituições caritativas e filantrópicas, evidenciamos um ponto de inflexão no processo de subterfúgio exatamente quando a educação institucionalizada passou a ser vista como uma possibilidade de se evitar o retorno das crianças desvalidas novamente às ruas, principalmente, após completaram 7/8 anos de idade. Com base nisso, ao menos na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, entendemos que essas crianças não eram sujeitos invisíveis, mas frequentemente foram foco de atenção por parte da administração provincial, de indivíduos políticos, religiosos ou apenas por pessoas caritativas que contribuíram para a formulação de novas formas de ser pensar a assistência e o cuidado dos infantis órfãos e abandonados ao longo dos tempos, quando propuseram a eles o encaminhamento e inauguração de outras instituições que pudessem contribuir para a aquisição de ensino, fossem essas asilares ou militares.

Ao findar essa pesquisa de Mestrado, abrem-se novas possibilidades investigativas pertinentes de futuras análises. Consideramos que o conjunto de fontes levantadas e analisadas possam ser cotejadas com outras produzidas em diferentes espaços de assistência aos infantis desvalidos da sorte. Não obstante, podemos pensar em uma futura investigação de Doutorado que compare historicamente o processo de subterfúgio aos infantis órfãos e abandonados que foram implantados e compartilhados por diferentes instituições caritativas, notadamente, aquelas de alinhamento e compromisso cristão-católico que operaram nas diferentes Santas Casas de Misericórdias. Para tanto, propõe-se a continuidade

da pesquisa, por meio da comparação dos processos de assistência e cuidado aos sujeitos infantis em situação de vulnerabilidade do século XIX nas Irmandades das Santas Casas de Portugal, na Província do Rio de Janeiro (Capital do Império) e na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, tendo em vista localizar aproximações, compartilhamentos discursivos, convergências e distanciamentos de diferentes ordens nos acolhimentos, sacramentos religiosos, cuidados à saúde, direcionamentos instrucionais, desenvolvimento educativo e de práticas de subterfúgios, atentando, para as distinções de gênero dado aos sujeitos infantis. Notadamente, tratar-se-ia de uma original e inédita investigação capaz de contribuir tanto para o campo da História da Educação, como para a História da Infância.

## REFERÊNCIAS

ABREU, Laurinda. As crianças abandonadas no contexto da institucionalização das práticas de caridade e assistência em Portugal, no século XVI. (Org.). Araújo, M. M. L. de; FERREIRO, F. M.; **A infância no universo assistencial da península ibérica (sécs. XVI-XIX)**. Ed. Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, Portugal, 2008.

ALVES, Margareth Silva Rodrigues. **A "Casa da Roda" de Cabo Frio no Período de 1830 a 1900**. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Formação Humana), UERJ, Rio de Janeiro, 2006.

AMARAL, G. L.; GIL, M. F. A maçonaria e o espiritismo no campo educacional em Pelotas-RS, Brasil nas primeiras décadas do século XX. **Interacções**, v. 11, p. 53-64, 2015.c

ANJOS, João Alfredo dos. **A Roda dos enjeitados: enjeitados e órfãos em Pernambuco no século XIX**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 1997.

ARAÚJO, Cintia Ferreira. **A caminho do céu: a infância desvalida em Mariana (1800-1850)**. Dissertação (Mestrado em História) — Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual Paulista (UNESP), Franca, 2005.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. Tradução de Dora Flaksman. - 2.ed. - [Reimpr.]. - Rio de Janeiro: LTC, 2014.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado: o mito do amor materno**. Tradução de Waltensir Dutra. — Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BACELLAR, Carlos. Fontes Documentais: o uso e mau uso dos arquivos. PINSKY, C. B. (Org.) **Fontes Históricas**. 2ª ed., 1ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2008.

BITTAR, M; JÚNIOR, A. F. Educação jesuítica no Brasil Colonial. **Série-Estudos** - Periódico Do Programa De Pós-Graduação Em Educação. Disponível em <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/579>.

BRAGA, A. C.; MAZZEU, F. J. C. O Analfabetismo no Brasil: lições da história. **Revista Política e Gestão Educacional**, v.21, n.1, p.24-46, 2017. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9986/6590>.

CALDEIRA, Jeane dos Santos. **O Asilo de Órfãos São Benedito em Pelotas – RS (as primeiras décadas do século XX): trajetória educativa-institucional**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2014.

CARDOZO, José Carlos da Silva. **“Como se fosse meu filho”? As crianças e suas famílias no Juízo dos Órfãos de Porto Alegre (Séc. XIX).** — São Leopoldo: Oikos; Editora Unisinos, 2018.

CARVALHO, Vera Maria de. **Girando em torno da roda: a misericórdia de São Paulo e o atendimento às crianças expostas (1897-1951).** Universidade de São Paulo, São Paulo, 1996.

CASTANHA, André Paulo. O Ato Adicional de 1834 na história da educação brasileira. **Revista Brasileira de História da Educação**, nº 11 jan./jun, p. 169-195, 2006.

CAVAZZANI, André Luiz M. **Um estudo sobre a exposição e os expostos na Vila de Nossa Senhora da Luz dos Pinhais de Curitiba (Segunda metade do século XVIII).** Dissertação (Mestrado em História), Programa de pós-graduação em História, UFPR, 2005.

CELLARD, André. A análise documental. POUPART, J et al. (Org.). **A pesquisa qualitativa: enfoques epistemológicos e metodológicos.** 3ª ed. — Petrópolis, RJ, Vozes, 2012.

CERQUEIRA, Alan Costa. **De órfãos a trabalhadores: trajetórias das crianças expostas do Asilo Nossa Senhora da Misericórdia (1861-1889).** Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Bahia, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas Salvador, 2016.

CHAMBOULEYRON, Rafael. Jesuítas e as crianças no Brasil quinhentista. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7ª. ed., 6ª reimpressão — São Paulo: Contexto, 2021.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: entre práticas e representações.** Lisboa: DIFEL, 2002.

CHAVES, A. M. Os significados das crianças indígenas brasileiras (séculos XVI e XVII). **Rev. Bras. Cresc. Desenv. Hum.**, São Paulo, 10(1), 11-30, 2000.

COHN, Clarice. **Antropologia da criança.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.

CORAZZA, S. M. A Roda do Infantil. **Revista Educação & Realidade.** V. 23(1), p. 87-141, p. 1998.

CORRÊA, Maria Angela Monteiro. **Educação especial**, v.1. 5.a reimp. Rio de Janeiro: Fundação CECIERJ, 2010.

COSATI, L. C. M. Assistência à Infância na Santa Casa da Misericórdia do Rio de Janeiro: a transformação da Casa dos Expostos (1888-1920). **16º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia.** UFCG/ UEPB, Paraíba, p. 1-16, 2018.

CUNHA, Luiz Antônio. Ensino Superior e Universidade no Brasil. **500 anos de educação no Brasil**. (Org.). LOPES, Eliane Marta Teixeira, FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive. - Belo Horizonte: Autêntica, 2ª edição p. 151-204, 2000.

D'ALMEIDA, Cláudia Alves. **O abandono de crianças na roda dos expostos do Rio de Janeiro entre 1858 e 1878**. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2008.

DAMASCENO, Nicole de Oliveira Alves. **Ser exposto**: a “circulação de crianças” no Termo de Mariana (1737-1828). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, 2011.

DEL PRIORE, Mary. O cotidiano da criança livre no Brasil entre a Colônia e o Império. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª. ed., 6ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2021.

DIAS, Elizangela Nivardo. **O sinal é este mesmo bilhete**: uma tipologia documental para os escritos da roda dos expostos. Tese (Doutorado em Letras)- Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2017.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. Instrução Elementar no Século XIX. *In*: LOPES, Eliane Marta Teixeira; FARIA FILHO, Luciano Mendes de; VEIGA, Cynthia Greive (orgs). **500 anos de Educação no Brasil**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, p.135-150, 2000.

FERREIRA, Norma Sandra de Almeida. As pesquisas denominadas “Estado da Arte”. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, p. 257-272, 2002.

FERREIRA, Luciana Viana. **A Criação de Enjeitados em Vila Rica**: A Permanência da Caridade (1775-1850). Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal de Ouro Preto, MG, 2011.

FERREIRA, Simone Becker. **Os aprendizes do Arsenal de Guerra – Porto Alegre 1860 a 1870**. Monografia de Conclusão de Especialização em História do Brasil. Santa Maria: UFSM, 2011, 46 p.

FLORES, Moacyr. A casa dos expostos. Porto Alegre. **Estudos Ibero-americanos**, Ano XI, n. 2, dez., 1985.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**: nascimento da prisão. 36ª Ed, Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

FRANCO, Renato. **Desassistidas Minas**: a exposição de crianças em Vila Rica, século XVIII. Dissertação (Mestrado em História), Niterói: UFF, 2006.

FREITAS, Marcos Cezar de (Org.). **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003.

FREITAS, D. T. L. Sem pai ou mãe: batismos de crianças naturais no extremo sul do Brasil (Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre, século XVIII e XIX). CARDOZO, J. C. Da S. et. al (Org.). **História das crianças no Brasil Meridional**. - São Leopoldo; Oikos; Editora Unisinos, 2016.

GANDELMAN, Luciana Mendes. **A Santa Casa de Misericórdia do Rio de Janeiro nos séculos XVI a XIX**. Set-Dez, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/hcsm/a/CX5BXnKtBYtVvCXVrZjZMzP/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 27 de Abril de 2022.

GERTZE, Jurema M. **Infância em Perigo**: a assistência às crianças abandonadas em Porto Alegre (1837-1880). Dissertação (Mestrado em História), Programa de Pós-Graduação em História, Pontifícia Universidade Católica (PUCRS), Porto Alegre, RS, 1990.

GIOLO, Jaime. **Lança & grafite (a instrução no Rio Grande do Sul: da primeira escola ao final do Império)**. — Passo Fundo: Gráfica e Editora UPF, 1994.

GÓES, J. R. de.; FLORENTINO, M. Crianças escravas, crianças dos escravos. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª. ed., 6ª reimpressão – São Paulo: Contexto, 2021.

GOFFMAN, Erving. **Manicômios, prisões e conventos**. Editora Perspectiva, 1974.

GONÇALVES, Margareth de Almeida. **Expostos à Misericórdia**: um estudo sobre o abandono de crianças no Rio de Janeiro (século XVIII e XIX). Dissertação (Mestrado em Sociologia), UCAM, IUPERJ, 1991.

GONDRA, José Gonçalves. **Artes de civilizar**: medicina, higiene e educação escolar na Corte Imperial. — Rio de Janeiro: EdUERJ, 2004.

HEYWOOD, Colin. **A history of childhood**. Cambridge: UK, 2ª ed. 2018.

KOHAN, W. O. **Infância, estrangeiridade e ignorância**: ensaios de filosofia e educação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

KUHLMANN JUNIOR, Moysés. **Infância e educação infantil**: uma abordagem histórica. Porto Alegre: Mediação, 1998.

LEMES, F. L. A epidemia de febre amarela no Rio de Janeiro em 1850: medo, morte e morbidade nos espaços da cidade. Daniel Luciano Gevehr. (Org.). **Temas de diversidade: experiências e práticas de pesquisa**. 1ª ed. Guarujá: Editora Científica, 2021, v. 2, p. 238-256.

LONDOÑO, Fernando Torres. A origem do conceito Menor. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História da Criança no Brasil**. — São Paulo: Contexto, 4ª ed., 1996.

LOPES, E. M. T; GALVÃO, A. M. de O. **História da Educação**. — Rio de Janeiro: DP&A, 2 Ed, 2005.

LUCHESE, Terciane Ângela. Modos de fazer História da Educação: pensando a operação historiográfica em temas regionais. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v.18, n. 43, p. 145-161, 2014.

LUCHESE, T. Â.; CORSETTI, B.. Educação e Instrução no Província do Rio Grande do Sul. GONDRA, J. G.; SCHNEIDER, O (Org.). **Educação e Instrução nas Províncias e na Corte Imperial (Brasil, 1822-1889)**. — Vitória: EDUFES, 2011.

MACEDO, Nicole de Souza Santos. **Da assistência aos expostos a patrimônio: a trajetória da Casa de Caridade de Cabo Frio em exposição**. Dissertação (Mestrado em Preservação e Gestão do Patrimônio Cultural das Ciências e da Saúde). — Fundação Oswaldo Cruz, 2021.

MARCÍLIO, Maria Luiza. A Roda dos Expostos e a criança abandonada na História do Brasil (1726-1950). FREITAS, M. C. de. (Org). **História Social da Infância no Brasil**. 1ª ed. — São Paulo: Cortez, p. 53-79, 2001.

MARCÍLIO, Maria Luiza. **História Social da Criança Abandonada**. - 3ª ed. - São Paulo: Hucitec, 2019.

MEIRELLES, J.G. **A família real no Brasil: política e cotidiano (1808-1821)**. São Bernardo do Campo: Editora UFABC, 2015,

MESGRAVIS, L. A assistência à infância desamparada e a Santa Casa de São Paulo: a roda dos expostos no século XIX. **Revista de História**, [S. l.], v.52, n. 103, p. 401-423, 1975. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revhistoria/article/view/133158>. Acesso em 12 abr. 2022.

NASCIMENTO, Alcileide Cabral do. **A sorte dos enjeitados: o combate ao infanticídio e a institucionalização da assistência às crianças abandonadas no Recife (1789-1832)**. Tese (Doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH, História, 2006.

NUNES, Deise Gonçalves. **Da Roda à Creche: proteção e reconhecimento social da infância de 0 a 6 anos**. Tese (Doutorado em Educação), UFRJ, Rio de Janeiro, 2000.

OLIVEIRA, Clóvis Silveira de. **Porto Alegre: a cidade e sua formação**. Porto Alegre: Norma, 1985.

OLIVEIRA, Henrique Luiz Pereira. **Os filhos da falha: assistência aos expostos e remodelação das condutas em Desterro (1828-1889)**. Dissertação (Mestrado em História), PUC, São Paulo, 1990.

OLIVEIRA, Sônia Machado de. **Gestão feminina nas escolas da Sociedade Educação e Caridade**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale dos Sinos, Programa de Pós-graduação em Educação, Unisinos, São Leopoldo, 2009.

OLIVEIRA, Luiza Iolanda Pegado Cortez de. **Entre casas, ruas e igrejas: crianças abandonadas na cidade da Paraíba oitocentista**. Dissertação (Mestrado em História), Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2014.

PAIVA, José Maria de. Educação Jesuítica no Brasil Colonial. LOPES, E. M. T.; FARIA FILHO, L. M. De; VEIGA, C. G. (Org.). **500 anos de educação no Brasil**. - Belo Horizonte: Autêntica, 2ª ed., p. 43-59, 2000.

PAULA, Thiago do Nascimento T. de. **Teias de caridade e o lugar social dos expostos da freguesia de Nª Srª da Apresentação - Capitania do Rio Grande do Norte, século XVIII**. Dissertação (Mestrado em História), UFRN, Natal, 2009.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História do Rio Grande do Sul**. 9. ed. — Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **A Revolução Farroupilha**. 4ª ed. — Porto Alegre: Martins Livreiro Editora, 2014.

PORTO, Rosane de Albuquerque. **A roda dos expostos e o jogo no discurso de Vieira Fazenda**. Dissertação (Mestrado em Ciências da Linguagem). Universidade do Sul de Santa Catarina, UNISUL, 2006.

PORTO, Rosane de Albuquerque. **Roda dos Expostos: Deslocamentos do livro ao jornal**. Tese (Doutorado em Literatura), - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, SC, 2011.

POSTMAN, Neil. **O desaparecimento da infância**. Tradução de Suzana Menescal de Alencar Carvalho e José Laurenio de Melo. - Rio de Janeiro: Graphia, 1999.

RAGAZZINI, Dario. Para quem e o que testemunham as fontes da História da Educação?. Tradução de Carlos Eduardo Vieira. **Educar em Revista**, Curitiba, n.18, p.13-28. 2001.

RIBEIRO, José Iran. Jovens pobres, jovens mansos, jovens expostos: menores de idade no Exército Imperial brasileiro. In: CARDOZO, José Carlos da Silva; SILVA, Jonathan Fachini da; CESAR, Tiago da Silva; MOREIRA, Paulo Roberto Staudt; SCOTI, Ana Silvia Volpi (Org.). **História das Crianças no Brasil Meridional**. 1. ed., v. 1. São Leopoldo: Oikos, 2016, p. 1-468.

RIPE, Fernando; AMARAL, Giana L.; CALDEIRA, Jeane S. A infância como um campo discursivo: perspectivas teórico analíticas nos encontros da ASPHE. In: RIPE, Fernando. (Org.). **História da Educação no Rio Grande do Sul: 25 anos de ASPHE, entre memórias, trajetórias e perspectivas**. Volume II. 1ed.Caxias do Sul: EDUCS, 2021, p. 338-362.

RIZZINI, Irene; RIZZINI, Irma. **A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente**. — Rio de Janeiro : Ed. PUC-Rio; São Paulo : Loyola, 2004.

ROCHA, José Fernando Teles da. **Práticas sociais e pedagógicas no Asilo dos Expostos de Santa Casa de Misericórdia de São Paulo (1896-1950)**. Dissertação (Mestrado em Educação), USF, 2005.

ROCHA, José Fernando Teles da. **Do asilo dos expostos ao berçário: assistência e proteção à criança abandonada na cidade de São Paulo (1896-1936)**. Tese (Doutorado em Educação), UNICAMP, Campinas, 2010.

RODRIGUES, S. d. O. **Santa Casa do Rio Grande: a saga da misericórdia**. — Rio Grande: Ed. FURG, 1985.

RODRIGUES, Andréia da Rocha. **A infância esquecida: Salvador 1900-1940**. Dissertação (Mestrado em História) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 1998.

SANTOS, Maicon Lopes dos. **“Úteis a si mesmos e a Pátria”**: as classes de menores aprendizes do Arsenal de Guerra de Porto Alegre/RS (1850-1870). Dissertação em História na Escola de Humanidades. Porto Alegre: PUCRS, 2018.

SARMENTO, M. J. Gerações e alteridade: interrogações a partir da sociologia da infância. **Educação & Sociedade**., Campinas, vol. 26, n. 91, p. 361-378, Maio/Ago. 2005.

SAVIANI, Dermeval. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. – Campinas, SP:Autores Associados, 2019.

SCHNEIDER, Regina Portella. **A instrução pública no Rio Grande do Sul (1770-1889)**. — Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS/EST Edições, 1993.

SERRALHEIRO, Laryssa Celestino. Friedrich Froebel: o precursor da Educação Infantil. **II Encontro Internacional de Pesquisa em Ciências Humanas**. 1. ed. - Pelotas: BasiBooks, p. 308-316, 2019.

SERRALHEIRO, Laryssa Celestino. **Assistência à Infância no Brasil: da Salvação ao Subterfúgio do Estado (1825-1850)**. Trabalho de Conclusão de Curso. Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande - FURG, 2021.

SILVA, Maria Beatriz de Oliveira e. **A Irmandade da Misericórdia de São Paulo e a assistência aos expostos: recolher, salvar e educar (1896-1944)**. Dissertação (Mestrado em Educação), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, SP, 2010.

SILVA, Jonathan Fachini da. **Os filhos do destino: a exposição e os expostos na Freguesia Madre de Deus de Porto Alegre (1772-1837)**. Dissertação (Mestrado em História). - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo/RS, 2014.

SILVA, Jonathan Fachini da. **A Assistência e a Exposição de Crianças na formação de um território (Rio Grande de São Pedro, século XVIII e XIX)**. Tese (Doutorado em História). - Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-graduação em História, São Leopoldo/RS, 2019.

SILVA, Jonathan Fachini da; Pelo seu lado trágico: exposição de crianças e mortalidade infantil em Porto Alegre (Sec. XVIII-XIX). FREITAS, D. T. L.; SILVA, J. F. da; CARDOZO, J. C. da S. (Org.) **Infâncias, juventudes e famílias: perspectivas de pesquisas no campo da História.** — Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2022.

SOUZA, Laura de Mello e. **O diabo e a Terra de Santa Cruz: feitiçaria e religiosidade popular no Brasil colônia.** — São Paulo: Companhia das Letras, 1986.

SOUZA, Ana Paula de. **Educação e trabalho no Asilo dos Expostos da Santa Casa de Misericórdia da Bahia (1870-1890).** Dissertação (Mestrado em História) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Desenvolvimento, UFRB, 2017.

TAMBARA, Elomar. **Introdução à História da Educação do Rio Grande do Sul.** Pelotas: Ed. Universitária/Seiva, 2000.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: a Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas - RS (1847-1922).** Dissertação (Mestrado em História). — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre/RS, 2007.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Entre o Estado, o Mercado e a Dádiva: A distribuição da assistência a partir das irmandades da Santa Casa de Misericórdia nas cidades de Pelotas e Porto Alegre, Brasil, 1847 – 1891.** Tese (Doutorado em História). — Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Programa de Pós-Graduação em História, Porto Alegre/RS, 2014.

TORRES, Luiz Henrique. **Câmara Municipal do Rio Grande: nascimento da administração pública no Rio Grande do Sul.** Biblos, Rio Grande, 14: 47-64, 2002.

VALLE, Hardalla Santos do. **O ensino de ofícios na cidade do Rio Grande (1889-1930): uma análise sobre a infância desvalida.** Tese (Doutorado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, 2017.

VANTI, Elisa dos Santos. . A breve história de Ethelvina: caridade, filantropia e assistência à infância em Pelotas, Rio Grande do Sul (1875-1900). **História da Educação**, v. 6, n. 12, p. 143-158, jul./dez. 2002. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/asphe/article/view/30573>.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres: a educação no Brasil de oitocentos.** - Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VECCHIA, A. M. D. **Aspectos da História da Educação no Rio Grande do Sul.** — Pelotas: Editora e Gráfica Universária, 2003.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Maternidade Negada. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das mulheres no Brasil.** 7ª ed. - São Paulo: Contexto, 2004.

VENÂNCIO, Renato Pinto. Os aprendizes da guerra. DEL PRIORE, Mary (Org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª ed, 6ª reimpressão. — São Paulo: Contexto, 2021.

VITORIA, Maihara Raianne Marques. **Filhos da Misericórdia**: cotidiano e vivências das crianças expostas na Santa Casa de Misericórdia de Salvador (1870-1890). Dissertação (Mestrado em História). Programa de Pós-graduação em História, UFBA, 2015.

WADSWORTH, James E. Moncorvo Filho e o problema da infância: modelos institucionais e ideológicos de assistência à infância no Brasil. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 19, n. 37, 1999, p. 103-124.

## FONTES

**ATAS DE VEREANÇA.** LIVRO 2 (1766 a 1804) - transcrições de atas dos livros originais - 8, 9, 10 e 11. AHPAMV.

BRASIL. Ministério do Império. **Relatórios Ministeriais:** 1832-1888. Disponível em <http://ddsnnext.crl.edu/titles/100>.

**ESTATUTO ASYLO DO CORAÇÃO DE MARIA, 1863.** Biblioteca Rio-Grandense.

**LIVRO DE MATRÍCULAS DOS EXPOSTOS, Volume II.** Centro Histórico Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP, 1830-1857.

**MAPA DOS EXPOSTOS DA SANTA CASA DE RIO GRANDE,** AHRGS, AR 2, Maço 3-4, 1856.

**REGIMENTO DOS EXPOSTOS DA SANTA CASA DE RIO GRANDE,** 1850. Biblioteca Rio-Grandense.

**RELATÓRIO DO PROVIDOR DA SANTA CASA DE RIO GRANDE,** AHRGS, AR 2, Maço 3-4, 1843.

**RELATÓRIO DO PROVIDOR DA SANTA CASA DE RIO GRANDE,** Porfírio Ferreira Nunes, 1861. Biblioteca Rio-Grandense.

**RELATÓRIO DO PROVIDOR DA SANTA CASA DE RIO GRANDE,** Joaquim Francisco Garcia, 1869. Biblioteca Rio-Grandense.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul em 20 de abril de 1835. <http://ddsnnext.crl.edu/titles/182#>.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Falla que o presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul proferio na abertura da sessão d'Assembléa Legislativa da mesma província no dia 2 de Outubro de 1837. <http://ddsnnext.crl.edu/titles/182#>.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório com que abriu a primeira sessão ordinaria da segunda legislatura da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul no 1º de março de 1846, o exm.o sr. Conde de Caxias, presidente da mesma província. <http://ddsnnext.crl.edu/titles/182#>.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o senador conselheiro Manoel Antonio Galvão, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 5 de outubro de 1847, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1847 a 1848.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório do vice-presidente da província de São Pedro do Rio Grande do Sul, João Capistrano de Miranda Castro, na abertura da

Assembléa Legislativa Provincial em 4 de março de 1848, acompanhado do orçamento para o ano financeiro de 1848-1849.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Aditamento feito ao relatorio, que perante a Assembléa Provincial do Rio-Grande de São Pedro do Sul, dirigio o exm.o vice-presidente da provincia em sessão de 4 de março de 1848, pelo ilm.o exm.o sr. presidente da provincia e commandante do exercito em guarnição, Francisco José de Souza Soares de Andréa, para ser presente á mesma Assembléa.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatorio do presidente da provincia de São Pedro do Rio Grande do Sul, o tenente general Francisco Joze de Souza Soares de Andrea, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no 1.o de junho de 1849, acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1849-1850. <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#>.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o conselheiro José Antonio Pimenta Bueno, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial no. 1.o de outubro de 1850; acompanhado do orçamento da receita e despesa para o anno de 1851.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Patricio Corrêa da Camara, na abertura d'Assembléa Legislativa Provincial em 2 de outubro de 1851.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Luiz Alves de Oliveira Bello, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em o 1.o de outubro de 1852.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatorio do Presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grane do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1853.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatorio do Presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grane do Sul, João Lins Vieira Cansansão de Sinimbu, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 6 de outubro de 1854.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, barão de Muritiba, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 1.o de Outubro de 1855. <http://ddsnext.crl.edu/titles/182#>.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatorio do presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Jeronymo Francisco Coelho, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 15 de dezembro de 1856.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatorio do vice-presidente da provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul, o comendador Patricio Correa da Camara, na abertura da Assembléa Legislativa Provincial em 11 de outubro de 1857.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatório do presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, Angelo Moniz da Silva Ferraz, apresentado á Assembléa Legislativa Provincial na 1.a sessão da 8.a legislatura, 1858.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatório apresentado á Assembléa Provincial de S. Pedro do Rio Grande do Sul na 1.a sessão de 9. A legislatura pelo conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão, 1860.

**RELATÓRIO PROVINCIAL** Relatório com que o conselheiro Joaquim Antão Fernandes Leão entregou a presidência da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao exm. sr. Vice-presidente, commendador Patricio Correa da Camara, 1861.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório apresentado pelo presidente da província do Rio Grande do Sul, desembargador Francisco de Assis Pereira Rocha, na 1.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Província, 1862.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espirito Eloy de Barros Pimental, na 2.a sessão da 10.a legislatura da Assembléa Provincial, 1863.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório apresentado pelo presidente da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul, dr. Espiridião Eloy de Barros Pimental, na 1.a sessão da 11.a legislatura da Assembléa Provincial, 1864.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório com que o bacharel João Marcellino de Souza Gonzaga entregou a administração da província de S. Pedro do Rio Grande do Sul ao ilm. e exm. sr. Visconde de Boa-Vista, 1865.

**RELATÓRIO PROVINCIAL.** Relatório realizado pelo Presidente da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul Pereira da Cunha, 1866.

**SESSÃO DA MESA.** Livro de Atas Nº4 da Mesa Administrativa - 1833 a 1843. Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP.

**SESSÃO DA MESA.** Livro de Atas Nº5 da Mesa Administrativa - 1843 a 1850. Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP.

**SESSÃO DA MESA.** Livro de Atas Nº6 da Mesa Administrativa - 1851 a 1853. Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP.

**SESSÃO DA MESA.** Livro de Atas Nº7 da Mesa Administrativa - 1853 a 1854. Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP.

**SESSÃO DA MESA.** Livro de Atas Nº8 da Mesa Administrativa - 1854 a 1859. Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP.

**SESSÃO DA MESA.** Livro de Atas Nº9 da Mesa Administrativa - 1859 a 1875. Centro Histórico-Cultural da Santa Casa de Misericórdia de Porto Alegre, CEDOP.

## JORNAIS

**BRADO DO SUL.** Cidade de Pelotas. 05/01/1860.

**O LÁBARO.** Cidade de Porto Alegre. 17/10/1880.

**O NOTICIADOR.** Villa do Rio Grande. 03/01/1832.

**O NOTICIADOR.** Villa do Rio Grande. 07/02/1832.

**O NOTICIADOR.** Villa do Rio Grande. 15/08/1832.

**O NOTICIADOR.** Villa do Rio Grande. 08/10/1832.

**O NOTICIADOR.** Villa do Rio Grande. 15/08/1834.